



A Gestão do Desporto na Graduação em Educação Física: um mapeamento da formação e pesquisa na capital do Amazonas

Paula Karynne Chaves de Abreu

Dissertação apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, com vista à obtenção do grau de Mestre em Gestão Desportiva, de acordo com o Decreto-Lei nº74/2006, de 24 de Março, na versão da sua quarta alteração pelo Decreto-Lei nº63/2016, de 13 de Setembro.

Orientadora: Prof. Doutora Maria José Carvalho

Co-orientadora: Prof. Doutora Myrian Abecassis Faber

Porto, Setembro de 2018

Abreu, P.K.C. (2018). *A Gestão do Desporto na Graduação em Educação Física: um mapeamento da formação e pesquisa na capital do Amazonas*. Porto: P.K. Abreu. Dissertação de Mestrado em Gestão Desportiva apresentada à Universidade do Porto.

Palavras-chave: GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA, GESTÃO DESPORTIVA, FORMAÇÃO DE GESTORES, ENSINO SUPERIOR EM MANAUS, GRADE CURRICULAR.

“A coisa mais indispensável a um homem
é reconhecer o uso que deve fazer do seu próprio conhecimento”.
(Platão, 1987)

Agradecimentos

*Os poemas são pássaros que chegam
não se sabe de onde e pousam
no livro que lêis.
Quando fechas o livro, eles alçam voo
como de um alçapão.
Eles não têm pouso nem porto;
alimentam-se um instante em cada
par de mãos e partem.
E olhas, então, essas tuas mãos vazias,
no maravilhado espanto de saberes
que o alimento deles já estava em ti...*
(Mario Quintana, 1980)

Todo fruto passa por um estágio embrionário no qual é nutrido e protegido até que floresça e frutifique para o mundo, e cumpra seu propósito. Um trabalho científico, da mesma forma, começa com um simples semear e precisa ser constantemente nutrido, por boas raízes, para que culmine em bom fruto.

Após algumas estações e muita aprendizagem, preciso hoje agradecer por apresentar o meu fruto de estudos. A todos que direta ou indiretamente contribuíram para o êxito obtido, quero agradecer o apoio, ajuda, orientação, compreensão, acompanhamento e profissionalismo para comigo ao longo deste percurso.

À Deus pelas dádivas da vida, da saúde, do amor, das capacidades, da resiliência, da paciência.

Ao meu marido e filhos que a todo momento estiveram comigo nesta verdadeira jornada, e sem os quais eu jamais conseguiria embarcar. Gabriel e Matheus, agradeço o exemplo de vocês, de enfrentar sem medo e com muito êxito, os estudos no além-mar. George, agradecer-te pelas experiências vividas quase chega a ser redundante. Estiveste ao meu lado desde a primeira reunião

em busca deste sonho, que ao final nos custou e ensinou muito. Quero dividir contigo, o mérito e a realização de tudo que este curso envolveu.

À minha família, que também foi muito importante para prosseguimento no projeto; especialmente Bruno e Jefferson, que estiveram nos apoiando com as crianças em Portugal, juntamente com minha mãe, Jeanne, meu exemplo de professora e responsável pela minha iniciação na docência.

Aos amigos, que iniciaram comigo esta jornada - em especial Lúcia, Rosely e Moacir, e a todos os outros que ao longo destes anos com uma palavra de apoio e incentivo caminharam comigo até aqui.

Aos meus sogros, Rosa e Geraldo, que ajudaram como puderam, se fizeram muito presentes, à distância, e foram fundamentais nos momentos críticos.

Aos professores da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, pelos ensinamentos e vivências muito singulares e especiais.

À professora e amiga Myrian Faber pela co-orientação, especialmente na coleta de dados documentais realizada em Manaus.

À minha orientadora Maria José Carvalho, grande profissional da gestão desportiva, pela disposição, paciência, atenção e principalmente, pelo incentivo constante.

“A gratidão é o único tesouro dos humildes”.

(William Sheakspeare, s/d, apud Johnson, 2006)

ÍNDICE GERAL

Índice de Figuras	ix
Índice de Quadros	xi
Resumo	xiii
Abstract	xv
Lista de Abreviaturas	xvii
I INTRODUÇÃO	19
II FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	25
1. A Gestão Desportiva e a sua relevância no Mundo do Desporto	27
1.1 Contextualizando o caminho entre a carência e a relevância	27
1.2 Das organizações e gestores do desporto: definições a respeito da área de atuação	31
1.3 Um breve panorama da relação entre desporto, a gestão do desporto e as especificidades no Estado do Amazonas	45
2. A Educação Física no Brasil e a formação do profissional	50
2.1 O caminhar da Educação Física através dos cursos de formação ..	52
2.1.1 O percurso no Amazonas	59
2.2 Ser profissional em Educação Física no Brasil: Regulamentações, currículos e perspectivas	61
2.2.1 A Educação Física brasileira no papel: proposições legais para a área	63
2.2.2 A organização curricular na formação em Educação Física e a inserção da Gestão Desportiva	74
III METODOLOGIA	91
1. Caracterização da pesquisa	93
2. Caracterização da amostra	95
2. Limitações da pesquisa	98
IV APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	99
1. Apresentação dos resultados	101
2. Discussão dos resultados	109
V CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
VI REFERÊNCIAS	128
VII ANEXOS	140

Índice de Figuras

Figura 1: Brasil em dados demográficos. Fonte: IBGE (2016).	45
Figura 2: A primeira turma da Escola de Educação Física e Esportes do Rio de Janeiro em estágio na Escola de Educação Física do Exército, Rio de Janeiro. Fonte: USP, 2017.	54
Figura 3: Classificação das linhas de pesquisa de grupos brasileiros (CNPq), segundo áreas de estudo da gestão do esporte	88
Figura 4: Distribuição de disciplinas por área de estudo da Gestão Desportiva nos cursos de Graduação em Educação Física em Manaus.	111
Figura 5: Distribuição das áreas de estudos por cursos.	113
Figura 6: Comparação entre cargas horárias.	114
Figura 7: Comparativo entre estágios na área da gestão desportiva e demais áreas curriculares.	115
Figura 8: Relação entre monografias na área da gestão e monografias nas demais áreas.	117

Índice de Quadros

Quadro 1: Classificação de gestores organizacionais quanto à responsabilidade	33
Quadro 2: Funções vs Tarefas vs Competências do Gestor	39
Quadro 3: Matriz curricular do primeiro curso universitário em Educação Física no Brasil	55
Quadro 4: Matriz curricular do primeiro curso superior em Educação Física no Amazonas	60
Quadro 5: Subáreas da gestão esportiva e linhas de pesquisa mais comuns	83
Quadro 6: Cursos de Formação em Educação Física disponíveis em Manaus	96
Quadro 7: Visão geral dos cursos investigados	97
Quadro 8: Instituições de Ensino Superior quanto a turmas graduadas	101
Quadro 9: Pesquisas e estágios na área da gestão e demais áreas	102
Quadro 10: Relação de pesquisas em Trabalhos de Conclusão na área da Gestão Desportiva.....	105
Quadro 11: Relação das disciplinas da área da gestão desportiva por categoria	107
Quadro 12: Carga horária por disciplina e total de curso	108
Quadro 13: A gestão desportiva nos cursos de Educação Física no Amazonas.	110

Resumo

A educação física no Brasil vem crescendo, principalmente nas últimas décadas, em decorrência do desenvolvimento social e econômico do país, trazendo consigo a necessidade de aprimorar a qualificação de profissionais que atuam no contexto esportivo. Manaus, a capital do Estado do Amazonas, embora seja considerada incipiente no tocante ao desporto, tem passado por grandes transformações neste âmbito, uma vez que passou a ser acionada para realização de grandes eventos desportivos, despertando para o desporto e entendimento da importância da gestão desportiva. Diante à exponência da Educação Física, à necessidade de gestores competentes e ao firmamento da cidade como grande metrópole brasileira, esta dissertação buscou compreender a formação de gestores desportivos nos cursos de Graduação em Educação Física na Cidade de Manaus, de forma a contribuir com dados empíricos para o entendimento deste panorama antagônico. Neste sentido, apoiando-se na abordagem mista - qualitativa e quantitativa, foram apreciadas fontes documentais - estruturas curriculares, relatórios de estágios e relações de trabalhos de conclusão - de 10 (dez) cursos de graduação em Educação Física de Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, presenciais e semipresenciais da cidade de Manaus. A análise dos documentos demonstrou, entre outros resultados, que a gestão desportiva enquanto área de conhecimento e intervenção do profissional de Educação Física encontra-se em franca expansão nas grades curriculares do ensino superior em Manaus e seguem as recomendações de conteúdo das escolas de referência mundial em gestão do desporto. As pesquisas acadêmicas, por sua vez, são escassas, e não estão proporcionalmente relacionadas com a quantidade de disciplinas da área que cada curso disponibiliza. As disciplinas voltadas ao empreendedorismo desportivo e aspectos legais do desporto foram encontradas com maior frequência nos programas curriculares dos cursos investigados. Constatou-se também que o aumento de disciplinas curriculares observado, relaciona-se ao crescimento do mercado profissional para gestores do desporto na capital. Contribui-se, a partir deste, com o campo de pesquisas em gestão desportiva no Estado do Amazonas, e com o mapeamento da área no ensino superior, que poderá alicerçar as necessárias revisões das grades curriculares dos cursos de formação em Educação Física.

Palavras-chave: GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA, GESTÃO DESPORTIVA, FORMAÇÃO DE GESTORES, ENSINO SUPERIOR EM MANAUS, GRADE CURRICULAR.

Abstract

In Brazil, the Physical Education has been growing, especially in the last decades, due to the social and economic development of the country, bringing with it the need to improve the qualification of professionals who work in the sporting context. Manaus, the Amazonas's capital, although considered insipient in terms of sport, has undergone major transformations in this area, since it started to be triggered for major sporting events, awakening to the sport and to the understanding of the importance of sports management. With the exponents of Physical Education, the need for competent managers and the firmament of the city as a great Brazilian metropolis, this dissertation sought to understand the training of sports managers in the undergraduate courses in Physical Education in the City of Manaus, in order to contribute with empirical data to the understanding of this antagonistic panorama. In this sense, based on the mixed-qualitative and quantitative approach, documentary sources - curricular structures, trainees' reports and completion work relationships - were appreciated from 10 (ten) undergraduate courses in Physical Education of Public and Higher Education Institutions private, face-to-face, and semi-private activities in the city of Manaus. The analysis of the documents showed, among other results, that sports management as an area of knowledge and intervention of the Physical Education professional is in rapid expansion in the curriculum of higher education in Manaus and follow the recommendations of content of the world reference schools in sport management. Academic research, in turn, is insipient, and is not proportionally related to the amount of subject area that each course provides. The disciplines related to sports entrepreneurship and legal aspects of sport were found more frequently in the curricular programs of the courses investigated. It was also verified that the increase of curricular subjects observed, is related to the growth of the professional market for managers of the sport in the capital. It is based on the field of research in sports management in the Amazonas, and with the mapping of the area in higher education, which can base the necessary revisions of the curriculum of Physical Education training courses.

Keywords: GRADUATION IN PHYSICAL EDUCATION, SPORTS MANAGEMENT, MANAGER'S TRAINING, SENIOR EDUCATION IN MANAUS, CURRICULAR GRADE.

Lista de Abreviaturas

AASM	Asian Association for Sport Management
ALGEDE	Asociación Latinoamericana de Gerência Desportiva
ASMA	African Sports Management Association
CES	Câmara de Educação Superior
CFE	Conselho Federal de Educação
CND	Conselho Nacional de Desportos
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONEP	Comitê Nacional de Ética em Pesquisa
CONFEF	Conselho Federal de Educação Física
CREF	Conselho Regional de Educação Física
CSMA	Commission on Sport Management Accreditation
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EAD	Educação à Distância
EASM	European Association for Sport Management
EF	Educação Física
EUA	Estados Unidos da América
FIFA	Fédération Internationale de Football Association
GD	Gestão Desportiva
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NASPE	National Association for Sport & Physical Education
NASSM	North American Society for Sport Management
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
SMAANZ	Sport Management Association of Australia and New Zealand
TC/TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
WASM	World Association for Sport Management

Atualmente, as atividades físicas desportivas vêm ganhando mais espaço no coração – e no corpo – dos brasileiros. Algumas cidades, principalmente as litorâneas do sudeste do Brasil, sempre apresentaram uma certa tendência “fitness”, com bom percentual de praticantes de atividades.

Manaus, a capital do Estado do Amazonas, nunca despontou entre as cidades mais movimentadas com relação às atividades físicas. Porém, tem passado por grandes transformações neste sentido, uma vez que passou a ser acionada para realização de grandes eventos esportivos, despertando em sua população o gosto pelo desporto e o entendimento de sua importância. Nos últimos 4 anos, a cidade foi sede dos dois maiores eventos esportivos do mundo: A Copa do Mundo FIFA de Futebol (em 2014) e os Jogos Olímpicos (em 2016).

Neste panorama, a Educação Física passa a ser evidenciada e reconhecida, por relacionar-se diretamente ao esporte, saúde e qualidade de vida (MONTAGNER, SCAGLIA e AMAYA, 2012). Os profissionais da área da Educação Física são reconhecidos como agentes promotores de esportes e exercícios físicos, professores de ginástica, técnicos desportivos, professor de educação física escolar.

Embora a formação em Educação Física tenha evoluído de forma notória, com destaque ao crescimento dos debates acadêmicos e das pesquisas científicas (NASCIMENTO, 2006), e as reformas curriculares tenham tentado diminuir os desencontros observados entre a formação no ensino superior e as demandas do mercado de trabalho (FARIAS, SHIGUNOV e NASCIMENTO, 2001), algumas possibilidades de intervenção do profissional de Educação Física ainda estão relegadas a segundo plano no tocante à formação.

O Documento de Intervenção do Profissional de Educação Física (CONFEEF, 2002), elenca especificidades atribuídas ao profissional da classe, entre as quais, destaca-se aqui, “gestão em educação física e desporto”, constante entre as sete possíveis áreas para atuação do profissional de educação física no Brasil. A Gestão do Desporto torna-se então, um prisma pelo qual esta pesquisa analisa a Educação Física na cidade de Manaus - capital do Estado do Amazonas.

O Amazonas é territorialmente o maior estado do Brasil com área fixada em 1.570.745,680 Km² e população estimada em 3.393.369 habitantes (IBGE, 2016). Sua capital – Manaus – é a maior e mais populosa cidade do estado, e

desponta como principal centro urbano, financeiro e industrial da região norte do Brasil. Entretanto, estudos relativos à prática desportiva no Brasil, apontam o estado entre os mais incipientes do país, tanto considerando aspectos qualitativos quanto quantitativos, para o fomento desportivo (DA COSTA, 2005).

Entre os múltiplos fatores que influenciam o desenvolvimento do desporto em determinada região, assim como Anchieta (2010), Chiavenato (2000) e Chelladurai (1992), acreditamos ser o gestor desportivo sujeito importantíssimo deste processo. Os profissionais atuantes na gestão de organizações desportivas – chamados gestores desportivos – segundo alguns autores (BASTOS *et al.*, 2006; ANCHIETA, 2010; CÁRDENAS, 2013; FREITAS, 2015), tem atuado de forma amadora no Brasil. Diante à atual exponencia da Educação Física (e a obvia necessidade de gestores competentes) e o firmamento da Cidade de Manaus como grande metrópole brasileira, buscou-se compreender a formação de gestores desportivos nos cursos de graduação em Educação Física na Cidade de Manaus, de forma a contribuir com dados empíricos para o entendimento deste panorama antagônico.

Entendendo, portanto, que a literatura aponta a necessidade de aperfeiçoamento e melhoria da qualificação de gestores esportivos no país e que os profissionais de Educação Física têm na Gestão Desportiva, uma possibilidade de área de atuação, subentende-se a relação existente entre a formação de gestores desportivos e a formação em Educação Física.

Para compreender esta relação, a presente pesquisa teve como principal objetivo: Mapear as abordagens e perspectivas em relação à Gestão do Desporto como componente curricular nos cursos de Graduação em Educação Física na cidade de Manaus de modo a entender sua relevância na formação dos profissionais da área.

No seguimento da ideia anterior, para conseguir obter respostas face ao objetivo proposto, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: (1) Apontar semelhanças e/ou divergências entre o que se estuda em Gestão nas IES pesquisadas e a base das grandes escolas de Gestão Desportiva do mundo. (2) Identificar nas grades curriculares dos cursos de Educação Física das Instituições de Ensino Superior em Manaus, disciplinas relacionadas à Gestão do Desporto; (3) Relacionar a produção acadêmica e relatórios de estágios, a nível de graduação, existentes na área de Gestão Desportiva das Instituições de

Ensino Superior em Manaus; e (4) Explanar convergências e divergências relacionadas à área de estudos, à produção acadêmica e às perspectivas de estágio entre as instituições pesquisadas.

A estruturação das ideias e informações seguiu as normas e orientações para a redação e apresentação de dissertações da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto. Sendo assim, o estudo encontra-se dividido em seis capítulos, cada um deles subdividido em várias áreas.

O primeiro capítulo definido como *Introdução*, esclarece o tema e a motivação para o estudo, encontra-se o objetivo geral e os específicos e é identificada a estrutura do trabalho para que se consiga entender o que cada parte apresenta. O segundo capítulo, *Fundamentação Teórica*, é dedicado à contextualização teórica da investigação. Neste capítulo, discorre-se sobre vários temas relacionados com a investigação, através da definição de alguns conceitos e comparação de ideias de vários autores. O terceiro capítulo, compõe-se com os métodos utilizados, os intervenientes do estudo e as formas de análise dos métodos escolhidos, resumidamente a *Metodologia*. À quarta parte ou quarto capítulo, chamamos de *Apresentação e Discussão de Resultados*, onde apresentam-se os dados coletados e sua devida interpretação, conforme o referencial investigado e os objetivos perseguidos. O quinto capítulo - *Considerações Finais*, apresenta as conclusões desta investigação e as respostas aos objetivos propostos. E encerrando, as *Referências* ou *Bibliografia*, que apresenta todos os autores e demais fontes utilizadas no percurso do trabalho.

II FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. A Gestão Desportiva e a sua relevância no Mundo do Desporto

Todo processo de busca, investigação, conhecimento e sondagem na pesquisa acadêmica, perpassa o caminho do desconhecido ou do pouco conhecido até a luz do saber.

Estudar a Gestão Desportiva, de forma geral, contextualizando o surgimento da sua necessidade, o nascer do planejamento desportivo voltado à resultados socioeconômicos, a dissociação da Administração Geral, até sua inserção nas grades curriculares dos cursos de educação física, se fez necessário nesta pesquisa, para análise e interpretação da real evolução desta área dentro do ambiente acadêmico. Mais ainda, a construção e desenvolvimento da área, dentro e fora dos cursos de formação profissional, acompanha a demanda do mercado de trabalho e do que se espera deste profissional, sempre em acordo com a realidade em que se insere e se relaciona o desporto e as pessoas nele envolvidas.

Expõe-se a seguir, o caminho pelo qual se baseou teoricamente esta pesquisa, tendo sempre atenção às inquirições que precisam com esta, serem respondidas.

1.1 Contextualizando o caminho entre a carência e a relevância

O desporto, como negócio de entretenimento, tornou-se uma indústria bilionária que mobiliza milhões de pessoas no mundo. Para além do entretenimento, tem conseguido sustentar-se como uma atividade propositiva e relevante no campo da prática e das pesquisas. No entanto, estar considerada como uma área importante e de bem comum, não significa que tudo caminha a contento, principalmente no que se refere as reflexões teóricas. O “mundo do desporto”, abraçado pela Educação Física, normalmente produz boas demandas por envolver aqueles que caminham com ele. As pessoas envolvidas neste “mundo”, estão sempre a buscá-lo de forma espontânea e muitas vezes prazerosa. Entretanto, como toda ciência e atividade envolvida com o social,

requer constantes mudanças para acompanhar a contemporaneidade. Assim, entender que administrar as atividades relacionadas ao desporto é de suma importância, e compreender a forma como fazê-lo é fundamental para a obtenção de resultados positivos, em termos esportivos e de negócios.

O grande desenvolvimento e evolução do desporto e das atividades físicas em geral, foram acompanhados por uma necessidade de descobrir novas áreas, a princípio alheias ao conceito clássico de desporto – quando o único protagonista era o atleta/praticante. O desporto como é conhecido hoje, tomou forma nas escolas da Inglaterra no século XVIII com a codificação dos jogos existentes, aplicando regras e instaurando competições. Com isto, o desporto deixou de ser isoladamente jogo e passou a constituir-se em desporto institucionalizado, surgindo os clubes desportivos originados do associacionismo (TUBINO, 2010).

À medida que a civilização foi evoluindo, as tarefas dos ancestrais também perderam o papel da subsistência ganhando um caráter lúdico, o que lhe permitiu cada vez mais controlar a natureza, demonstrar capacidades, entreter o público, entre outras coisas. Essa busca pelo novo, alicerçado na mitologia de ascensão ininterrupta – “*citius, altius, fortius*”¹ – faz evoluir a ideia da força do desporto, antes um agente de culto ao corpo e agora, uma atividade que reflete todas as categorias centrais do modo capitalista de produção e as integra sob o princípio do rendimento.

A formulação do desporto moderno nasceu com a sociedade capitalista industrial quando passou a ser visto como uma atividade da máquina humana, seja de rendimento desportivo ou enquanto ciência experimental do rendimento corporal. Enquanto o desporto antigo era praticado como uma forma de exaltar o corpo, o desporto moderno cultuava o progresso.

Como um produto da sociedade contemporânea, as atividades desportivas acabam por refletir a imagem desta mesma sociedade, com o seu tipo de funcionamento, com as suas crises e contradições, seus sonhos e

¹ *Citius, Altius, Fortius* é o lema oficial dos Jogos Olímpicos e significa “mais rápido, mais alto, mais forte”, criada pelo padre dominicano francês Henri Didon, em 1891.

esperanças (COSTA, 1992). Em seus diferentes aspectos, a prática desportiva representa uma atividade social relevante, possuindo grande interferência nos comportamentos, hábitos e costumes, e podendo introduzir benefícios na promoção da qualidade de vida das populações (CONSTANTINO, 2010).

Atualmente, o desporto possui um papel importante na sociedade focando-se na vertente de agente promotor de saúde (mental e física), de melhoramento das relações socio-afetivas, colaborador no desenvolvimento educacional e para competição, em diversos níveis, de onde partem os principais interesses econômicos no desporto.

Pires (2007), complementa, afirmando que a relevância do desporto é uma constante crescente, pelo que está presente em questões que vão da paz no mundo e economia global até questões ambientais. Sendo assim, apresenta-se como uma das atividades econômicas que mais crescem no mercado globalizado, com a entrada de grandes corporações empresariais, a ampliação da participação dos governos (recursos públicos destinados a projetos e secretarias para tratar das políticas desportivas) e os enormes recursos financeiros mobilizados pelos chamados megaeventos desportivos.

Estes fatos requisitaram uma condução mais eficiente e eficaz das organizações e instituições esportivas, almejando métodos modernos de gestão e novas perspectivas, mais amplas e significativas para o todo. Daí a necessidade de estudo e pesquisa da organização do desporto e da administração - ou gestão - desportiva (PIRES, 2007; ROCCO JÚNIOR, 2012; REPPOLD *et al.*, 2009).

Gestão esportiva, gestão desportiva, administração desportiva, gestão de organizações/entidades/instituições esportivas – entre outros – são termos comumente utilizados na literatura acadêmica, e deixam transparecer os distintos entendimentos sobre a temática. Citando Nolasco *et al.* (2005), “o termo administração esportiva é uma denominação histórica dessa área de conhecimento, e gestão é um nome apropriado para as necessidades da realidade”. Inferindo a respeito desta variedade de termos, Mazzei e Bastos (2012) atestam que *gestão do esporte* tem sido considerada a terminologia mais apropriada e atual para referir-se ao tema, principalmente por ser a tradução

direta da mundialmente reconhecida *sports management*. Parkhouse (1996), conceituou e distinguiu os termos da seguinte forma:

A gestão engloba todas as áreas relativas ao esporte como: turismo, hotéis, equipamentos, instalações, investimento público e privado no setor de fitness, merchandizing, esportes escolares e profissionais. Enquanto a administração esportiva seria mais limitada e sugere um foco nas relações esportivas e escolares. (PARKHOUSE in ZOUANI & PIMENTA, 2003, p.06)

Além da diversidade de terminologias utilizadas, para se extrair o conceito do que seja a Gestão do Desporto também há que se buscar o consenso, pois nenhum estudo foi considerado como definitivo e conclusivo para defini-la. De forma geral é considerada como a coordenação das atividades que ocorrem dentro das organizações desportivas, com primordial objetivo da promoção de atividades, produtos e serviços esportivos, composta por pessoas e/ou organizações que estabelecem a interface entre a gestão e o desporto de maneira a engendrar um quadro teórico que fundamente a ação do gestor desportivo (ROCHA E BASTOS, 2011; PIRES, 2007; MULLIN *et al.*, 2004; PITTS E STOTLAR, 2002).

Esse novo desporto ou simplesmente a nova forma de entendê-lo e exigi-lo, assim como a própria Educação Física, resultou de algumas crises e discussões paradigmáticas entre estudiosos, profissionais e praticantes. Inaugurou-se um período de avaliações e reconhecimento do campo e dos conceitos existentes a fim de elucidar as tendências futuras em um processo de rápida evolução e mudanças. Compreender as diversas escolas que influenciaram o desporto mundial e brasileiro, era apenas o início de uma busca incessante pelo entendimento de um vasto conteúdo que se relaciona com o que chamamos Ciências do Desporto.

Citando Pitts (apud BASTOS, 2004, p.02), uma área de estudo é composta por um corpo de conhecimento de literatura relativa a teoria e a prática; pelos profissionais que formam profissionais, por aqueles que desenvolvem pesquisa e os que atuam na prática; por organizações profissionais dedicadas ao avanço da área; pela formação profissional e pela credibilidade que ela conquista perante a sociedade.

Em termos conceituais, alguns autores consideram a Gestão do Esporte como uma área científica dependente das Ciências do Esporte², outros defendem a autonomia ou uma tendência para que a área se torne independente³. Como parte das Ciências do Esporte, a Gestão seria uma abordagem disciplinar, pertencendo ao vasto grupo de áreas do conhecimento humano que apresentam conexões científicas com os fatos esportivos, como a Medicina, a Psicologia, a Filosofia, a História, entre outras. Já na visão do segundo grupo, a Gestão do Desporto é considerada uma área de estudo composta por um corpo de conhecimento que atualmente possui literatura, teorias e práticas próprias, ou seja, uma área de conhecimento com autonomia, possuindo causas e fatos, profundidade e generalidade de suas conclusões, finalidade teórica e prática, objeto formal de estudo, método, controle, exatidão e aspecto social em suas pesquisas (MAZZEI & BASTOS, 2012).

Nesta pesquisa particularmente, a gestão desportiva será considerada como área de estudos dentro dos conhecimentos e área de atuação dos profissionais da Educação Física, como regula a legislação brasileira, apresentada no referencial a seguir.

1.2 Das organizações e gestores do desporto: definições a respeito da área de atuação

A discussão científica a respeito da intervenção profissional do gestor desportivo tem diferentes perspectivas, formuladas por pesquisadores e organizações envolvidas. Em um ponto convergem: na comparação sobre os principais aspectos relativos à intervenção profissional do gestor do esporte, são encontrados muitos aspectos comuns às do Administrador (MAZZEI & BASTOS,

² Como por exemplo: GAYA, A. *As Ciências do Desporto nos Países de Língua Portuguesa: uma abordagem epistemológica*. Tese (Doutoramento). Porto: FCDEF, Universidade do Porto, 1994; MILLER, L. K.; STOLDT, G. C.; COMFORT, G. *Profissões relacionadas à administração esportiva*. In: HOFFMAN, S. I.; HARRIS, J. C. [org.]. *Cinesiologia: o estudo da atividade física*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002; TUBINO, M. *As teorias da Educação Física e do Esporte*. Barueri, SP: Editora Manole, 2002.

³ Como por exemplo: BASTOS, F. C.; *Administração Esportiva: área de estudo, pesquisa e perspectivas no Brasil*. *Motrivivência*, ano XV, no. 20-21, p. 295-306, 2003; CAPINUSSÚ, J.M. *Administração desportiva moderna*. São Paulo: IBRASA, 2002.

2012). Nesta Gestão contemporânea estão envolvidos, além das teorias da Administração, conhecimentos relacionados à Economia, Legislação, Política e Marketing. Entretanto, para além destas competências, ao gestor desportivo agregam-se ainda expertises em relação a eventos, instalações e programas esportivos.

Para definição da área de atuação, há que se respeitar a cultura, organização e políticas de cada país ou região. A diversificação existente quanto a atuação de gestores esportivos tem relação direta com a própria valorização do esporte e da atividade física pela sociedade em que se habilita (MAZZEI & BASTOS, 2012).

Parks & Zanger (1990) definiram há alguns anos, a área de atuação dos gestores esportivos nos Estados Unidos: no esporte universitário e escolar, no esporte profissional, na gestão de equipamentos esportivos, de programas recreativos, nas agências de esporte comunitário e de participação, em informação e marketing esportivo, no jornalismo esportivo, nos clubes, na indústria esportiva, na área de atividades aquáticas, nos centros de fitness, nas áreas de treinamento atlético e de medicina esportiva, e no campo de assessoria, consultoria e empreendedorismo.

Assim como os norte-americanos, o Brasil desenvolveu modelos teóricos com a finalidade de direcionar pesquisas, definindo como áreas de atuação do gestor: negócios de esportes, lazer e recreação, administração e prática do esporte; terceiro setor; educação; administração pública; saúde e estética; e outros, como Centros de Estudo e Pesquisa (BASTOS, 2004).

Como área de intervenção profissional, a gestão de organizações esportivas tem sido desempenhada desde a criação das primeiras entidades de prática e organização do esporte no Brasil (CÁRDENAS, 2013). As organizações são unidades coordenadas para atingir uma meta comum ou um conjunto de metas, formadas por um sistema cooperativo de relações racionais e intencionais com objetivo comum de proporcionar resultados que individualmente não teriam nenhuma condição de realizar (CHIAVENATO, 2000). Nas organizações, excetuando-se as mais simples, há pelo menos um gestor em tempo integral que ocupe o que podemos chamar de ápice

estratégico, de onde todo o sistema é supervisionado. À medida que a organização cresce, são necessários mais gestores, que constituirão a linha intermediária. Estabelecendo uma hierarquia de autoridade (linha hierárquica) entre o núcleo operacional e o ápice estratégico, que são encarregados de estabelecer metas e estratégias para atingi-las (KARNAS, 2013).

Para Pires (2007), as ações do gestor são influenciadas pela hierarquia institucional. Mais se espera daquele que ocupa posição no topo da cadeia quanto à capacidade intuitiva e política para gerir. O autor exemplifica afirmando que os presidentes de uma federação desportiva ou de um clube têm competências, responsabilidades e perfis diferentes, enquanto gestor, das de um diretor técnico ou de um treinador. Embora todos sejam gestores – dirigente, diretor, administrador, coordenador, supervisor, presidente, secretário, gerente, superintendente – as especificidades e cobranças variam, em acordo com o cargo ocupado e com a organização onde estão inseridos.

Tendo em consideração a relação entre estrutura organizacional e função de gestores, Pires (2007), classifica os gestores quanto ao âmbito e nível de responsabilidade (Quadro 1):

Quadro 1: Classificação de gestores organizacionais quanto à responsabilidade

Âmbito de responsabilidade	Nível de responsabilidade
Gestores gerais	Gestores de topo
Gestores de projetos	Gestores intermediários
Gestores de funções	Gestores de primeira linha

Fonte: adaptado de Pires (2007).

Esta forma de classificar as funções e responsabilidades, dá origem a diversos postos de trabalhos com perfis e competências mais específicas ainda. Assim, são muitas as perspectivas de análise a respeito da área de atuação dos gestores – do ponto de vista da formação, do ponto de vista do mercado, e das necessidades/responsabilidades da organização.

Atualmente, existem diversas organizações do desporto e diferentes formas de agrupá-las. Roche (2002), classifica as organizações desportivas na Espanha em quatro grupos: organizações desportivas públicas; organizações desportivas privadas sem fins lucrativos; empresas de serviços desportivos e sociedades anônimas desportivas. Nos Estados Unidos, Pitts & Stotlar (2002), classificam as organizações desportivas conforme as práticas desportivas: organizações desportivas de iniciativa privada; organizações desportivas mantidas pelo governo; organizações desportivas mantidas por sócios; organizações desportivas não-lucrativas; escolas de desporto e academias de fitness e desportos. No Brasil as dimensões são agrupadas em acordo com a ótica da organização como unidade social, em dois grandes grupos: as organizações que existem em função da atividade física, desportiva e de lazer e as organizações que possuem setores voltados para atividade física, desportiva e de lazer (REZENDE, 2000).

São estudos e posicionamentos de diferentes culturas, mas em geral os setores são organizados conforme sua finalidade. Embasada na classificação de diversos pesquisadores⁴, Freitas (2015), enquadra as organizações (na área desportiva) da seguinte forma: no Setor Público – aquelas que tem como finalidade a regulação do esporte, o fornecimento de serviços esportivos diretos e os financiamentos; no Setor Privado – aquelas que tem como foco, o lucro; e as organizações sem fins lucrativos ou voluntárias – que tem como finalidade a promoção do esporte sem visar o lucro. Como inseridas no setor público, seriam por exemplo, as organizações governamentais (municipais, estaduais e federais); no setor privado, as empresas de artigos esportivos, mídia esportiva, clubes, academias, assessorias de clubes e atletas, e empresas de comércio de equipamentos e acessórios esportivos; e nas organizações sem fins lucrativos, as bases esportivas comunitárias, associações esportivas e federações – que

⁴ Hoye *et al.* (2012); Pierkaz (2009); Robinson & Palmer (2011); Parks, Thibault e Quaterman (2011).

são responsáveis pela administração do esporte a nível estadual. Entre as estruturas hierárquicas, de primeiro, segundo ou terceiro setor, há muitos escalões onde se encaixa o gestor desportivo.

Como referência, no topo desta cadeia mundial de desenvolvimento, encontramos as organizações profissionais que conectam associações, alianças, entidades, clubes e instituições de diferentes contextos (profissional, acadêmico e científico). São organizações que através de fóruns, mídias eletrônicas, redes sociais, encontros mundiais, congressos e revistas especializadas, realizam o intercâmbio de informações e intervenções na área da gestão esportiva.

A NASSM (North American Society for Sport Management), é um exemplo deste tipo de organização. Fundada em 1985 por americanos e canadenses, teve (e ainda tem) grande relevância no apoio e assistência aos profissionais que atuam nas áreas de esporte, lazer e recreação. Com objetivo de promover, estimular e incentivar o estudo, a pesquisa, a escrita acadêmica e o desenvolvimento profissional na área de gestão esportiva, foi a primeira de uma lista de onde vale também destacar a EASM (European Association for Sport Management) desde 1993, a SMAANZ (Sport Management Association of Australia and New Zealand) desde 1995, a AASM (Asian Association for Sport Management) fundada em 2005, a ALGEDE (Asociación Latinoamericana de Gerência Desportiva) que foi fundada em 2009 e recentemente foi incorporada pela WASM (World Association for Sport Management) iniciada em 2011, e a ASMA (African Sports Management Association), nascida em 2010.

Para classificar as organizações e possibilidades de atuação dentro da gestão desportiva, os pesquisadores têm adotado diferentes posicionamentos, que muitas vezes acompanham o contexto no qual estão inseridos (Bastos, 2004). Pires (2007) afirma que existe uma multiplicidade de maneiras de praticar e, conseqüentemente, de organizar o esporte – o que resulta nos diferentes setores de atuação do gestor esportivo.

Estes setores ou áreas de atuação conectam-se diretamente com as possibilidades de intervenção do profissional em gestão desportiva (conforme seu papel em dada organização), influenciando, por conseguinte nas intenções de pesquisas e formação. Mazzei & Bastos (2012), explicam a diferença entre os termos, entendendo como área de atuação profissional, os tipos de organizações, instituições e entidades nas quais os saberes profissionais devem ser aplicados; e intervenção profissional, como a aplicação prática dos conhecimentos científicos, pedagógicos e técnicos.

Com a complexidade do desporto e seu sistema desportivo, as organizações desportivas não podem abrir mão de gestores capacitados para atender as suas necessidades. Conforme Motta e Bresser-Pereira (2003), “nas organizações burocráticas é necessário haver o administrador profissional, pessoa esta que é altamente qualificada, um especialista”. O gestor desportivo passa a ser requisitado como o profissional detentor de uma visão global e conhecedor de fundamentos da administração, que lhe permitam fazer frente as novas exigências do fenômeno desportivo e de todas as organizações envolvidas no desporto. Pires (2007), afirma que as novas gerações de gestores desportivos começam a perceber as diferenças na gestão do desporto para a gestão de negócios em geral, e segue certo de que a qualidade do produto final depende da qualificação de gestores.

Segundo Tubino *et al.*, (2007), o gestor desportivo é a figura que exerce funções administrativas/gerenciais em associações desportivas; aquele que gere as práticas desportivas através de estratégias, processos e controle de atividades, utilizando-se de conhecimento específico de organizações esportivas (PIRES, 2007).

Ser um profissional na área de Administração ou Gestão Esportiva, envolve conhecimentos multidisciplinares atualizados para se inter-relacionar com a sociedade atual. Isso significa dizer que tais conhecimentos devem ser necessários tanto para compreender e trabalhar em meio a uma indústria que

movimenta mundialmente cerca de 1 trilhão de dólares ao ano⁵, como para organizar e construir estratégias curriculares para formação de profissionais. Segundo a AMCHAM (American Chamber of Commerce), a indústria esportiva no Brasil movimenta em média 31 bilhões de reais por ano, ultrapassando 3% do Produto Interno Bruto brasileiro. Segundo a mesma fonte, os torcedores do Flamengo (um dos maiores clubes desportivos do Brasil) têm poder de consumo maior que a Venezuela, e cerca de 65% da Argentina.

Esse crescimento da (sempre forte) indústria esportiva, aumentou o interesse por parte de algumas entidades e programas de governo, e resultou no fomento às atividades físicas de uma forma geral. Esta ampliação do mercado e quantidade de pessoas que movimenta, atraiu a atenção de diversos autores que buscam caracterizar e definir o papel do esporte junto a sociedade e do estado gestor das ações esportivas no país. Segundo Celma (2004), “a gestão da atividade física e desporto adquiriu uma dimensão estratégica tanto no setor público como privado, afetando todos os tipos de pessoas.”

Segundo Bento (1990) e Meinberg (1989), o desporto tornou-se plural, assumindo novas formas, modelos, valores e sentidos; surgiu como comércio, indústria, atividade cultural, estilo de vida, fator econômico, fator de sociabilização, meio de educação e formação, estratégia de saúde e objeto de investigação científica. Assim sendo, passou a requerer do profissional a capacidade de administrar, implantar e avaliar planos estratégicos de instituições, concebendo produtos e serviços ligados ao lazer, esporte, folclore, arte e cultura, além de demandar liderança empreendedora, visão estratégica, administrativa e gerencial. Os elementos da Administração foram atualizados sobre conceitos e práticas de instituições esportivas, conhecimentos, técnicas e instrumentos gerenciais específicos, aprimorando e desenvolvendo o profissional do esporte.

⁵ Dados da ABRIESP – Associação Brasileira da Indústria do Esporte (www.abriesp.com.br).

Mintzberg (1973), em apontamentos sobre as tarefas do gestor, indicou que este profissional atua de forma muito fragmentada (passando com frequência de um problema a outro de forma desalinhada), variada e por vezes, superficial (sendo acessado por diferentes vertentes, mas não trabalha em profundidade com nenhuma delas). Segundo a pesquisa deste mesmo autor, as tarefas do administrador partem de três conjuntos de funções inter-relacionadas que a organização apresenta em diferentes momentos: funções interpessoais (relacionadas com posição, liderança e autoridade), funções de informação (associadas à comunicação e controle) e funções de decisão/ação (quanto à execução e negociação de recursos). Após alguns anos de estudos⁶, completou o modelo com mais dois segmentos: a estruturação (relativo à estratégias e prioridades) e a programação (no que tange ao fator de otimização de tempo).

A partir do apurado de Mintzberg, sobre as contradições a respeito das tarefas do gestor, Pires (2007), apresenta uma proposta de tarefas e sub tarefas da gestão desportiva, com base na concepção da ação:

O ato de gerir pressupõe o conhecimento de um conjunto de competências do âmbito da gestão. Contudo, o domínio dessas competências só ganha verdadeiro significado quando ajustado ao ambiente e à tecnologia que estiverem em causa. Para gerir é fundamental conhecer profundamente o ambiente em que se está (...). Assim, torna-se necessário ser possuidor de uma capacidade de concepção sobre uma dada tecnologia (desporto, modalidades esportivas), a funcionar num determinado ambiente (áreas e setores de prática desportiva) e dirigida a grupos-alvo específicos (pessoas, idade, gênero, seus anseios, objetivos). (PIRES, 2007, p.151)

Com o conceito de concepção da tarefa, ou seja, o fato de existir uma competência do gestor intimamente relacionada com a atividade em si, Pires (2007), organizou tarefas e sub tarefas com base nos perfis de posto de trabalho, ajustando terminologias e adequando aos ambientes requisitados à realidade desportiva mais moderna (Quadro 2).

⁶ Mais precisamente em 2010, em sua pesquisa intitulada “*Managing: desvendando o dia a dia da gestão*”.

Quadro 2: Funções vs Tarefas vs Competências do Gestor

TAREFAS	SUB TAREFAS	DESCRIÇÃO
De concepção	Tecnologia	Conhece os fundamentos do desporto e da gestão no contexto económico, educativo e social.
	Criatividade	Relaciona numa perspectiva sinérgica e pragmática as problemáticas relacionadas com a história e o futuro do desporto.
	Prospecção	Projeta o fenómeno do desenvolvimento do desporto para além dos circunstancialismos do quotidiano, tendo em atenção as grandes tendências económicas, sociais e políticas.
De informação	Recolha	Identifica os dados necessários à gestão da informação de suporte à tomada de decisão.
	Tratamento	É capaz de transformar os dados em informação e informação em conhecimento de utilização prática. Domina a tecnologia do planeamento e gestão de projetos nos diversos contextos económicos e sociais onde se desenvolve o desporto.
	Disseminação	É capaz de idealizar e construir bases de complexidade simples. Domina as tecnologias necessárias à comunicação interna e externa das organizações.
De inter-relação	Representação	Conhece os rituais, as cerimónias e os procedimentos do desporto nacional no quadro das dinâmicas da cultura dos diversos sistemas desportivos, tanto a nível nacional quanto internacional.
	Liderança	Conhece as problemáticas da liderança nas suas componentes do conhecimento, da autoridade, da motivação, da confiança e da incerteza. É capaz de construir e integrar equipas de trabalho. Compreende a dinâmica de grupos.
	Ligação	Sabe comunicar informação. É capaz de ver o seu trabalho como um todo. Consegue relacionar sua área de ação com o sistema total.
De decisão	Empreendimento	É capaz de gerir por objetivos. Está apto a tomar decisões estratégicas. Sabe assumir riscos em relação ao momento certo.
	Resolução de conflitos	É capaz de identificar potenciais conflitos. É capaz de gerir tanto a nível interno quanto externo da organização.
	Locação de recursos	É capaz de gerir recursos humanos, materiais, financeiros, informacionais.
	Negociação	Dá empatia à dinâmica da negociação.

Fonte: adaptado de Pires (2007, p.153).

De uma outra ótica, alguns autores entendem que existem funções universais para um gestor, independente de atuar na esfera pública ou privada, e de ser o ambiente desportivo, escolar, governamental, hospitalar ou qualquer outro. Soucie (2002), afirma que independente do ambiente em que se encontre um dirigente, ele desempenha os mesmos processos de gestão e funções gerais: a planificação, a organização, a seleção, a direção, a motivação e a avaliação de recursos à sua disposição. Em suas conclusões sobre o perfil de competências de profissões a nível do desporto – analisando os perfis funcionais de treinadores e gestores desportivos, Claudino & Pires (1994) consideraram como perfil desejável aquele que apresentasse capacidade de coordenar equipas, tivesse especialização e formação técnica, boa relação interpessoal, exercesse a profissão em tempo integral e tivesse alguma experiência desportiva como praticante de modalidade. Uma reflexão sobre as duas pesquisas, ainda que apresentem termos diferenciados, permite compreender que tratam das mesmas competências desejáveis.

Outra pesquisa nesse sentido foi realizada por Lambrecht (1987), com o intuito de identificar as necessidades de formação para gestores de clubes desportivos e determinar se existem diferenças na formação das necessidades desses gestores em relação à dimensão da instituição desportiva onde exercerá suas funções profissionalmente. Como resultado, o autor encontrou seis competências consideradas de maior relevância para o gestor desportivo de clubes - controle e organização, técnicas de comunicação, técnicas desportivas, conhecimento do público, contabilidade e a elaboração de orçamentos – e verificou também que essas competências variam sim, conforme a dimensão do clube.

Cuskelly e Auld (1991), investigaram as responsabilidades do gestor desportivo profissional e do gestor de recreação para averiguar se existiam diferenças entre tais ações de acordo com cada contexto organizacional. Segundo os autores, um determinado agrupamento de competências como gerir relações públicas, gerir processos financeiros, programar, comunicar, planejar e gerir eventos, recursos humanos e desenvolver técnicas de marketing, foram percebidos como competências de elevada importância em ambos os grupos.

Ainda sobre estudos a respeito das competências dos gestores esportivos, Rofa (1994) e alguns anos depois Manfredi (1998), concordaram na

identificação das capacidades, competências e funções dos gestores, independentemente do local onde este irá desenvolver seu trabalho. Em ambas as pesquisas, as competências são vistas como capacidades ou saberes que envolvem conhecimentos, habilidades e valores específicos. E aprofundam os resultados a respeito desses saberes, apresentando-os em trinômios: de Rofa (1994) - o domínio do conhecimento (o saber), habilidades (saber fazer) e domínio das atitudes (o saber ser); e Manfredi (1998) – o saber fazer, o saber ser e o saber agir. Destes estudos, 48 diferentes tarefas foram consideradas mais relevantes:

1 – Para domínio dos conhecimentos - o saber:

- *Planificação;*
- *Relações públicas;*
- *Publicidade e comunicação;*
- *Patrocínio;*
- *Plano de marketing;*
- *Contabilidade;*
- *Planificação financeira;*
- *Direção de projetos;*
- *Planificação de instalações desportivas;*
- *Manutenção de instalações desportivas;*
- *Gestão de material desportivo;*
- *Contratação civil-mercantil-desportiva;*
- *Organização de atividades e acontecimentos desportivos;*
- *Organização e direção de recursos humanos;*
- *Seleção e formação de pessoal;*
- *Dinâmica de grupos;*
- *Técnicas de investigação social;*
- *Desporto e sociedade;*
- *Funcionamento da administração pública;*
- *Legislação desportiva;*
- *Legislação laboral;*
- *Legislação fiscal;*
- *Plano geral de contabilidade;*
- *Desporto e meio natural;*
- *Contexto micro e macroeconómico do desporto;*

- *Controle e avaliação da gestão;*
- *Introdução à aplicação financeira;*
- *Conhecimento da Língua Portuguesa;*
- *Conhecimento de Língua estrangeira – inglês e francês.*

2 – Para o domínio das habilidades – o saber fazer:

- *Capacidade de análise;*
- *Comunicação;*
- *Tomada de decisões;*
- *Diplomacia;*
- *Capacidade de negociação;*
- *Capacidade de direção;*
- *Capacidade de delegação;*
- *Fazer-se respeitar;*
- *Gestão do tempo;*
- *Saber escutar;*
- *Capacidade de adaptação a mudanças;*
- *Criatividade.*

3 – Para o domínio das atitudes – o saber ser:

- *Caráter comunicativo;*
- *Iniciativa e dinamismo;*
- *Objetividade;*
- *Liderança;*
- *Segurança;*
- *Autocrítica;*
- *Tendência para formação contínua.*

Toda essa discussão em torno do conceito de competência deixa claro a falta de uniformidade ou de uma teoria que construa uma base consensual a respeito do seu significado e do conhecimento que o permeia. Assim também concordam Batista *et al.* (2007), no estudo sobre o significado de competência, afirmando que a abrangência do campo de aplicação da competência além de

lato, é muito diferenciado. Diante deste panorama compreende-se os motivos de encontrar na literatura, a existência de numerosas definições que procuram reportar-se à competência de uma área específica, de modo a torná-la mais clara e perceptível (JOAQUIM, 2010). Entre os diferentes significados atribuídos à competência, a noção de capacidade e da posse de diferenciados requisitos necessários ao exercício de uma função é mais aceito e utilizado (BATISTA, 2008).

Seguindo com os apontamentos relativos à competência, um outro aspecto que é colocado em evidência por alguns autores (VELVE, 2000; SANDBERG, 1994), é que a experiência é um requisito que deve sempre ser considerado para que a expressão de um conjunto de habilidades possa emergir. Contudo, é importante considerar que o simples acumular de anos em uma função não garante alteração do status quo de forma positiva. A experiência poderá resultar numa melhoria da competência, desde que seja concebida de forma ativa pelo “profissional reflexivo” (SCHON, 1987).

O que também se obteve como resposta da pesquisa de Batista, Joaquim e Carvalho (2016), a respeito da percepção de competências dos gestores desportivos em função da experiência profissional, onde corroboram com a assertiva que o modo como os técnicos superiores de desporto compreendem a importância e o tempo a ser despendido nas diferentes funções relativas à profissão, estão diretamente relacionados à experiência.

A influência da experiência é evidente e de forma significativa, na atribuição de importância à dimensão *lecionação/docência*, materializada na participação em projetos pedagógicos, notadamente pela *lecionação* semanal em horários fixos e em férias desportivas e na percepção do tempo despendido nas dimensões *lecionação/docência* e *marketing* (...); sob o ponto de vista da formação e da gestão de recursos humanos para essa área de intervenção no desporto, pode constituir-se num momento de reflexão e de orientação, designadamente para as instituições formadoras na área da gestão desportiva e para as autarquias locais e seus responsáveis. (BATISTA, JOAQUIM & CARVALHO, 2016, p.56).

A otimização do tempo é outro fator considerado de suma importância nos estudos sobre as atividades dos gestores, como o supracitado estudo de Batista *et al.* (2016). Druker (1998), aponta que a utilização do tempo é fundamental para o sucesso do administrador e, assim, deve-se ter o cuidado de não trocar suas tarefas estratégicas em detrimento de tarefas operacionais, comuns da

organização. Nesse sentido, pesquisadores buscaram conhecer a distribuição de tarefas dos gestores dentro do tempo disponível na função. Anchieta (2010), identificou como principais tarefas do gestor atuante no Amazonas, controlar os recursos materiais, redigir documentos formais e contatar elementos em busca de apoio financeiro. Já Valente (2011), constatou a atividade de supervisão pedagógica e técnica como a que mais ocupa o tempo dos gestores desportivos dos Centros de Esporte e Lazer de Manaus. Em outro contexto, Danylchuk e Chelladurai (1999), definiram como principais atividades quanto à importância e ocupação do tempo dos gestores no Canadá, as atividades de liderança, definição de políticas, gestão financeira, resolução de problemas, geração de receitas e tratamento de assuntos do departamento desportivo.

Esta vastidão de critérios, possibilidades de atuação, imposição de experiência e conhecimentos específicos, demandou dedicação para o mercado de trabalho. Os currículos, a pesquisa, a formação e as especializações passaram então a ser requisitos básicos para se compor um gestor atualizado e em condições de acompanhar as diligências mundiais.

O Brasil começou em atraso as pesquisas e formação, se comparado aos Estados Unidos, Canadá e Europa. Este atraso resulta em um cenário particularmente conflituoso no que tange ao desenvolvimento da área: se por um lado os agentes envolvidos já têm consciência da importância da gestão desportiva e de que forma ela intervém em todas as manifestações de esporte, por outro, há uma apatia geral que associa a gestão desportiva apenas às atividades desenvolvidas pelo setor *fitness*, grandes clubes e desporto profissional.

Na prática brasileira, apenas algumas entidades de ação e de administração de certas modalidades apresentam claramente uma gestão comprometida com a economia e a profissionalização. Battaglia (2003), afirma que “em geral, ainda se utiliza da administração amadora no Brasil”. Apesar da enorme diversidade de serviços existentes no meio desportivo, a tradição de gestores profissionais, especializados na administração dessas atividades, não é uma constante.

Desde a década de 70 até os dias de hoje, pesquisadores da área da gestão esportiva no Brasil vem mencionando a carência de gestores esportivos preparados para assumir cargos diretivos nas organizações esportivas

principalmente em virtude da falta de formação específica destes gestores (Capinussú, 2002; Mazzei & Barros, 2012). Segundo Anchieta e Sarmiento (2009), no sistema desportivo do Brasil, seja em organizações públicas ou privadas de desporto, “os cargos mais altos da gestão desportiva são utilizados como moeda de troca para o atendimento de interesses políticos diversos”. O administrador “eleito” para ocupar a posição mais alta da pirâmide organizacional estratégica, na maioria das vezes não é um gestor desportivo capacitado para tal responsabilidade, mas uma personagem que atende a outros interesses ou um entusiasta dotado de boas intenções sem as competências necessárias para o bom desenvolvimento administrativo ali requerido. Diante destes cenários, assiste-se a uma realidade em que os gestores das organizações esportivas brasileiras são, por exemplo, empresários, engenheiros, advogados, médicos e políticos.

Ocorre que, recentemente, houve um grande crescimento e impacto do esporte em termos sociais, econômicos e em relação ao número de praticantes, impulsionados pela expansão e visibilidade do mercado esportivo, seguindo as necessidades de megaeventos esportivos que estão sendo realizados no país desde 2007, como os Jogos Pan-Americanos, a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. Este cenário de expansão do esporte como um todo, tem exigido gestores competentes para gerir as organizações esportivas na busca pela maximização dos resultados esportivos e organizacionais advindos dos investimentos realizados.

Neste contexto, verifica-se no Brasil, uma tendência a ampliar a gama de possibilidades de intervenção do profissional em educação física. Além da formação tradicional, com vistas aos pedagogos e treinadores, agora há que se incluir a formação de administradores do esporte ou da indústria esportiva. Porém, diferentemente dos EUA e da Europa, os currículos em gestão esportiva no Brasil não possuem uma orientação específica que unifique e padronize uma matriz curricular que estruture o conhecimento necessário para uma atuação profissional atualizada (FREITAS, 2015).

Para o aprimoramento da área da Gestão Desportiva no Brasil, é necessário que mais se estude e conheça, sobre o perfil deste profissional, sua formação e campos para atuação. As bases acadêmicas, as informações sobre a formação destes profissionais e a avaliação das condições e necessidades de

atuação profissional, são elementos conectados e interdependentes, priorizados nos tópicos desta pesquisa, no capítulo respectivo.

1.3 Um breve panorama da relação entre desporto, a gestão do desporto e as especificidades no Estado do Amazonas

O Amazonas (AM) é um estado de grandiosidade natural, o maior do Brasil (Figura 1), com aproximadamente 1.559.149,074 Km² territoriais, equivalente por exemplo ao território de quatro países europeus juntos – Espanha, Portugal, França e Bélgica. É também o detentor de maior parte da Floresta Amazônica e do rio Amazonas, que é a maior bacia fluvial do mundo. A população atual está perto da marca dos 4 milhões de habitantes segundo dados do IBGE/2016 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

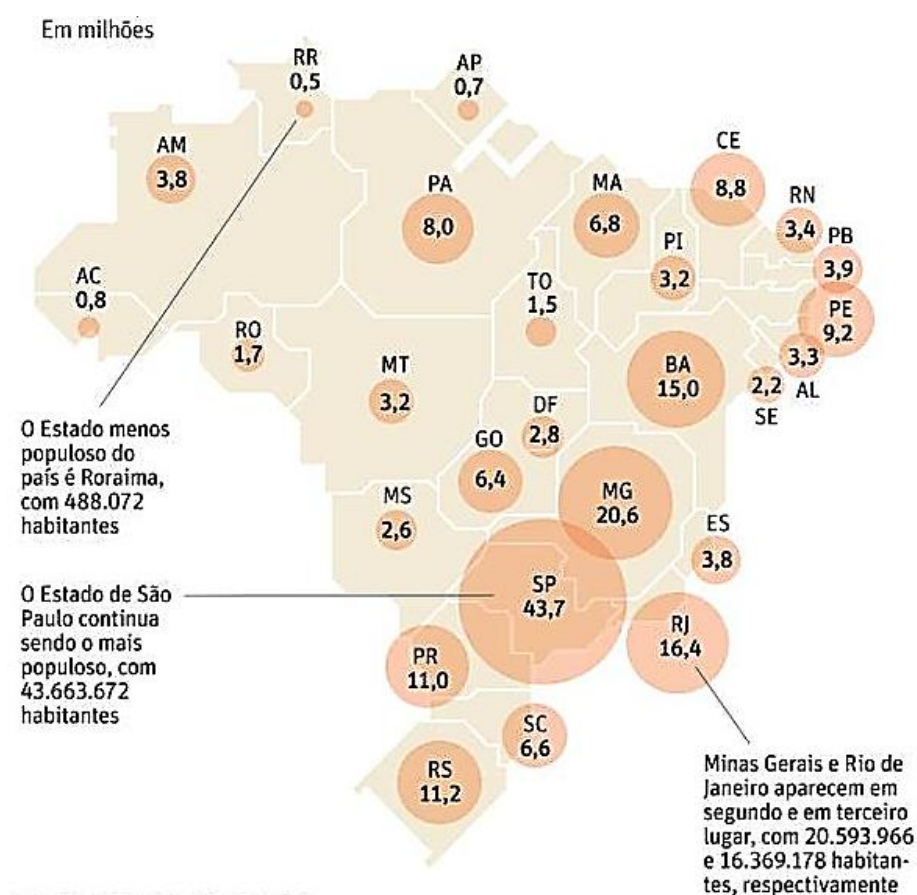


Figura 1: Brasil em dados demográficos. Fonte: IBGE (2016).

Dentro destes impressionantes dados geodemográficos, a capital Manaus – criada no século XVII pelos portugueses, por ser considerada posição estratégica em território brasileiro – ocupa uma área de 11.401.092 Km² e apresenta-se como a cidade mais populosa do Amazonas, com aproximadamente 2,2 milhões de habitantes, conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo a sétima cidade mais populosa brasileira. Situada no meio da maior floresta tropical do mundo, se mantém como um destino turístico importante – o que colabora com o título de principal centro urbano, financeiro e industrial da região norte do país. Manaus contribui com 77,7% do PIB (Produto Interno Bruto) estadual do Amazonas, a maior taxa de dependência verificada no Brasil. O desenvolvimento rápido de Manaus para uma cidade de grande porte deu-se principalmente através da dispersão das indústrias na cidade, o que resulta numa grande importância deste setor para a sua economia. Apesar de o setor secundário responder por grande parte do arrecadamento econômico manauense, há registros de uma significativa diminuição de sua concentração nos últimos anos, haja vista a perda de incentivos da Zona Franca de Manaus e o crescimento da participação econômica de outros setores, como a construção civil, ecoturismo e desporto.

Esta capital cheia de singularidades, é marcada pelos traços culturais, políticos e econômicos herdados dos colonizadores europeus e dos indígenas. Os indígenas iniciaram a ocupação humana na Amazônia, e seus descendentes, os caboclos, desenvolveram-se em contato íntimo com o meio ambiente, adaptando-se às peculiaridades regionais e oportunidades oferecidas pela floresta.

De acordo com Barbosa *et al* (2010) “o Amazonas tem forte ligação com as atividades físicas e desportivas desde seus primeiros habitantes, os índios”. Afirmam ainda, que “estes eram os verdadeiros atletas, exímios nadadores, caçadores, lutadores, canoeiros, e tinham entre as ações de suas vidas diariamente o andar, correr, saltar, trepar, lançar, nadar, remar e dançar”.

A partir da floresta o estado fez sua riqueza já no final do século XVIII, com o aproveitamento de seringueiras, árvore de onde se retira látex, matéria-prima da borracha. Nesse período, a região obteve um desenvolvimento enorme devido ao grande crescimento financeiro e capitais de investimento. Manaus, muito rica e desenvolvida culturalmente, fundou a 1^a. Universidade do Brasil em

1909 – a Escola Universitária Livre de Manaós (hoje Universidade Federal do Amazonas), também sendo a primeira cidade do Brasil a ter energia elétrica e rede de esgoto aos moldes da capital francesa, o que lhe rendeu o apelido de *Paris dos Trópicos* (FREITAS, 2008; MOTA, 2008).

Uma outra fase tanto no desenvolvimento do Estado do Amazonas como no desporto, diz respeito ao período de implantação da Zona Franca de Manaus já na segunda metade do século XX. Terminado o período áureo da borracha a região sofreu com poucos recursos e a implantação de uma área de livre comércio com incentivos fiscais para empresas que se instalassem na região voltou a elevar os índices de desenvolvimento do estado. Nessa época foram fundadas federações de várias modalidades do Amazonas que se desvinculam da *Federação Amazonense de Desportos Atléticos – FADA*, que a exemplo da *Confederação Brasileira de Desporto – CBD* era uma entidade de administração de desporto generalista, geria várias modalidades ao mesmo tempo. Segundo Anchieta (2011), as primeiras manifestações de administração desportiva remontam à escolas e clubes – como o Atlético Rio Negro Clube e a Escola Técnica Federal do Amazonas (atual Instituto Federal do Amazonas) – com organizações de eventos desportivos em instalações próprias.

Mas toda essa riqueza territorial e até mesmo econômica, pela exploração dos recursos naturais e pólo industrial, não o fizeram desenvolver como as grandes metrópoles brasileiras, em termos de organização esportiva. Atualmente, apesar de ser um estado com forte tendência de desenvolvimento econômico, o Amazonas trata o desporto como as regiões subdesenvolvidas, relegando-o a situações esporádicas de promoção de eventos que remontam a política romana de pão e circo. De acordo com Da Costa (2005) o Amazonas encontra-se entre os estados com menor número de praticantes desportivos em várias modalidades, bem como entre os estados que formam o menor número de atletas de alto rendimento no Brasil.

Segundo Esteves (1975), “existe uma clara e forte relação entre o desenvolvimento sócio-econômico e o desenvolvimento esportivo”. O mesmo autor explica que países subdesenvolvidos em geral apresentam também um subdesenvolvimento desportivo e não têm um programa eficaz para o desporto, e têm uma política de utiliza-lo como uma forma escapista das frustrações.

Um princípio básico para a boa gestão desportiva é preocupar-se com as características e valências da região onde está inserida. O que se vê no Amazonas, é uma tendência a imitar políticas e modelos de outras regiões, sem perceber suas próprias necessidades e limitações. A carência de uma política desportiva adaptada a todas as particularidades da região aponta para a insuficiência de percepção das pessoas nela envolvidas, deste o pico da pirâmide aos ingressantes nos estudos de formação, qualidade e capacitação de quem irá conduzi-la.

No desporto a capital conta com razoável infraestrutura de instalações desportivas, tendo por isso sediado megaeventos esportivos. A maior dessas estruturas é a Arena da Amazônia, inaugurada em 2014 para sediar a Copa do Mundo FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos do Rio em 2016 (em ambos os casos para competições internacionais da modalidade de futebol que, no entanto, é amadora no Estado e não consegue atrair público para movimentar e sustentar economicamente as instalações), construída onde antes era o Estádio Vivaldo Lima, demolido em julho de 2010. Outros espaços desportivos de grande e médio porte são a Vila Olímpica Danilo Duarte de Mattos Areosa, a Arena Poliesportiva Amadeu Teixeira e o Estádio Ismael Benigno, conhecido como Estádio da Colina. São encontrados, ainda, áreas esportivas de menor porte, como o Estádio Roberto Simonsen e o Estádio Carlos Zamith.

Respeitando suas origens desportivas, Manaus organiza anualmente a Copa Indígena, evento esportivo que tem como alvo os povos indígenas do Amazonas⁷. Além da Copa, outro evento de periodicidade anual, são os Jogos Indígenas, que fazem parte do calendário dos Jogos Interculturais Indígenas (nacional), com modalidades como arco e flecha, arremesso de lança, cabo de guerra, corrida com tora, lutas tribais, futebol, atletismo e o *xikunahity*⁸.

Para atuar como gestores do desporto na capital, temos secretários de estado, presidentes de clubes, diretores de organizações esportivas, gerentes de projetos esportivos, professores de formação profissional, coordenadores de escolas/clubes/academias/cursos, assessores de atletas/empresas, diretores de

⁷ A Copa Indígena consiste na disputa de clubes de futebol formado apenas por etnias indígenas que disputam entre si, sendo realizado na cidade de Manaus desde 2009.

⁸ Xicunahity é um esporte tradicional indígena, praticado principalmente pelos povos Parecis, Iranxes, Mamaindês e Enawenê-Nawês e assemelha-se a um “futebol de cabeça”.

marketing esportivo, empreendedores, entre outras possibilidades. Ocorre que, somente algumas dezenas de profissionais são especialistas em Gestão do Desporto e apenas dois – professor Sidney Netto e professor Alberto dos Santos Puga Barbosa – são doutores na área, tendo ambos obtido o doutoramento pela Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Algumas investigações a respeito do perfil do gestor no Amazonas dão indicações sobre o panorama desses profissionais na região. Silva & Netto (2010) afirmam, por exemplo, que entre os gestores nos Centros de Esporte e Lazer Municipais de Manaus, todos tem formação superior em Educação Física sendo mais da metade (57%), licenciados. Valente (2011), também sobre gestores municipais, aponta que quase a totalidade dos gestores investigados (95%) exercem outra atividade remunerada além do cargo de gestor, como alternativa para complementar rendimentos, e que, ausentam-se das atividades como gestores dos Centros de Lazer e Desporto por tal motivo. Anchieta (2010), em uma pesquisa a nível estadual e mais ampla, constatou que 59% dos gestores esportivos no Amazonas não buscaram cursos de atualização na área nos últimos 04 (quatro) anos anteriores à sua pesquisa. Ainda Anchieta (2010), ao identificar o perfil do gestor esportivo no Amazonas, afirma que “o mesmo distancia-se do perfil geral apontado na literatura, principalmente no que diz respeito à formação na gestão do desporto, mas que surpreendentemente é muito próximo do perfil encontrado em outros estudos desse gênero”.

Este breve histórico do desenvolvimento do desporto e da gestão desportiva no Estado do Amazonas e mais especificamente em sua capital Manaus, apresenta um panorama de imensa desigualdade de ideais – se por um lado a cidade desenvolveu um excelente trabalho, organizando-se para receber grandes eventos e revelar um ou outro talento esportivo⁹ (mas que para crescerem são obrigados a sair da cidade), por outro não consegue estabilizar sua administração desportiva, nem acompanhar outros grandes centros de desenvolvimento e pesquisa em Gestão Desportiva, precisando importar quando se faz preciso, matéria física e humana para atender suas demandas.

⁹ São exemplos de grandes atletas Manauaras: Gilmar Popoca (futebol), Sandro Viana (velocista), Antônio Pizzonia (fórmula 1), Andreza Chagas de Paula (vôlei), José Aldo e Ronys Torres (Multiple Marcial Arts), Bianca Mendonça Maia (ginástica rítmica), Orlane Santos (salto em altura), João Victor de Lima (hipismo), Wallid Ismail (jiu-jitsu), entre outros.

2. A Educação Física no Brasil e a formação do profissional

Esta investigação preenche-se de algumas variantes a respeito da formação acadêmica e neste caso, especificamente, da formação superior em Educação Física. De forma a construir um referencial que permita compreender o contexto da pesquisa realizada, além dos apontamentos a respeito da Gestão Desportiva, Desporto e Gestores do Desporto, faz-se aqui uma breve contextualização da Educação Física no Brasil.

As primeiras referências sobre a Educação Física no Brasil datam de meados do século XVI, quando Pero Vaz de Caminha¹⁰ documentou através de manuscritos, as atividades físicas - e regulares – realizadas pelos índios. Esses primeiros elementos, considerados marcos da Educação Física, foram enriquecidos, ainda no período do Brasil Colônia (1500-1822), com a chegada dos escravos africanos que incorporaram música e ritmo aos exercícios, dando origem, inclusive, à capoeira (RAMOS, 1982).

Após a elevação de colônia à império, muitas fontes bibliográficas foram herdadas de Portugal. Referências essenciais para aqueles que estudavam e trabalhavam com o movimento humano, chegaram ao Brasil, juntamente com todo o desenvolvimento cultural trazido pela presença da corte portuguesa em terras *tupiniquins*¹¹. Surgiam então, os primeiros Tratados sobre Educação Física no Brasil, naturalmente baseados em modelos de ginástica das tendências europeias, assinalando efetivamente uma longa história de evolução até os dias atuais.

A Educação Física escolar no Brasil, inicialmente denominada Ginástica, nasceu oficialmente com a reforma Couto Ferraz, em 1851 (RAMOS, 1982). Na intenção de sistematizar a ginástica dentro da escola brasileira, surgem os

¹⁰ Pero Vaz de Caminha foi um fidalgo português, nomeado em 1500 como escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, razão pela qual se encontrava na nau capitânia em Abril daquele mesmo ano, quando a mesma descobriu o Brasil.

¹¹ Os **tupiniquins**, também chamados **tupinaquis**, **topinaquis** e **tupinanquins**, são um grupo indígena brasileiro que pertencem à nação tupi. Foi o grupo indígena com o qual se deparou a esquadra portuguesa de Pedro Álvares Cabral, em 23 de abril de 1500.

métodos ginásticos baseados nas escolas sueca, alemã e francesa, que aplicavam à Educação Física uma perspectiva eugênica, higienista e militarista (DARIDO e RANGEL, 2005).

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde, na segunda fase do Brasil República, a Educação Física passa a ganhar a atenção do governo, é inserida na Constituição da República e passa a ser obrigatória no ensino secundário da educação básica (RAMOS, 1982).

A tomada da República pelos militares (1964-1985), revelou um grande crescimento do esportivismo¹² principalmente de alto rendimento, pois o governo usava os “atos heroicos” dos atletas para fazer da Educação Física um sustentáculo ideológico, eliminando assim críticas internas e deixando transparecer um clima de prosperidade e desenvolvimento (DARIDO e RANGEL, 2005).

A Educação Física chegou a ser obrigatória no ensino superior, por meio do Decreto Lei nº 705/69, como mais uma tentativa de conter e distrair os estudantes através da prática esportiva. Segundo Darido e Rangel (2005), a Educação Física/Espportes no 3º Grau era considerada uma atividade destituída de conhecimentos e estava relacionada ao fazer pelo fazer, voltada a formação de mão de obra apta para a produção nos setores econômicos.

Pode-se dizer que coexistem na educação física contemporânea, diversas concepções, modelos, tendências ou abordagens, que tentam romper com o modelo mecanicista, esportivista e tradicional que outrora foi embutido aos esportes. Entre essas diferentes concepções pedagógicas já vivenciadas, a psicomotricista, a desenvolvimentista, da saúde renovada, da abordagem crítica e mais recentemente, os Parâmetros Curriculares Nacionais, são as mais relevantes.

¹² Esportivismo: o ato de praticar esportes.

De forma geral, pode-se concluir que a Educação Física vem se desenvolvendo no Brasil à partir de importantes mudanças político-sociais e que atualmente é vista como um elemento essencial para a formação do cidadão brasileiro. Com a reformulação dos PCN's em 1996, ressaltou-se a importância da articulação da Educação Física entre o aprender a fazer, o saber por que se está fazendo e como relacionar-se a esse saber (BRASIL, 1997). Em suma, as diferentes dimensões dos conteúdos e a relação coexistente com grandes problemas da sociedade brasileira, foram bases para a construção e contextualização do ensino da Educação Física, observando, no entanto, o seu papel de integrar o cidadão na esfera da cultura corporal. A Educação Física passa então a ser trabalhada de forma interdisciplinar e transdisciplinar, alinhada ao desenvolvimento da ética, cidadania e autonomia.

Concomitantemente ao nascimento da Educação Física, também nasciam as escolas para formação de profissionais, e junto a elas, o sempre atual desafio de organizar um currículo ajustado às necessidades da área e seus objetivos. A história das escolas de formação no Brasil, seguem, de forma geral, a história da Educação Física, mas apresentam algumas particularidades singularmente interessantes à esta pesquisa, como se vê na seção a seguir.

2.1 O caminhar da Educação Física através dos cursos de formação

A formação profissional em Educação Física no Brasil, é atualmente desenvolvida em universidades, centros universitários e faculdades – as Instituições de Ensino Superior. As primeiras escolas de ensino superior foram fundadas no Brasil em 1808 com a chegada da família real portuguesa ao país. Nesta época, o ensino superior desenvolvia-se muito lentamente seguindo o modelo de formação para profissionais liberais, alongando-se em experiências práticas. O diploma era visto como oportunidade para ocupar postos privilegiados em um mercado de trabalho restrito e garantir prestígio social (MARTINS, 2002).

A independência política em 1822 não trouxe mudanças no formato do sistema de ensino, nem sua ampliação ou diversificação. Aqueles que detinham o poder econômico e poderio frente às tomadas de decisão governamentais, não vislumbravam vantagens na criação de universidades. Até o final do século XIX existiam apenas 24 estabelecimentos de ensino superior no Brasil com cerca de 10.000 estudantes. Com a promulgação da Constituição da República de 1891 a iniciativa privada passou a ter possibilidades legais de criar seus próprios estabelecimentos de ensino, fazendo crescer as possibilidades no então chamado terceiro grau.

Em 1910, segundo Figueiredo (2005), nasce o primeiro curso provisório em Educação Física, específico para militares do exército brasileiro. O curso tinha duração de cinco meses e era ministrado por médicos e ex-atletas. Barbosa *et al.* (2010) citam Rui Babosa¹³, quem, em seus pareceres sobre a inclusão da Educação Física na formação escolar do brasileiro, prevendo a preparação dos profissionais, pensava ser importante nomear prioritariamente os que tivessem habilitação no ensino da ginástica escolar, contratar professores com competência reconhecida na Suécia, Saxônia e Suíça e instituir em cada escola, um curso noturno gratuito de ensino da ginástica, para habilitar professores. Segundo Marinho (1980), os primeiros cursos surgiram como formação de oficiais a partir do método de Educação Física Militar e suas aplicações desportivas. Em seguida, contratou-se a Missão Militar Francesa para ministrar “instrução de ordem” à força pública brasileira, com sede em São Paulo, pois estava sendo treinada com uma ginástica incorreta e insuficiente e precisava melhorar a formação de seu batalhão. Desta iniciativa derivou o curso provisório de Educação Física na Vila Militar, em 1929. Este curso provisório, transformou-se no Centro Militar de Educação Física em meados de 1930 (RAMOS, 1982).

¹³ Rui Barbosa (1849-1923) foi um político, diplomata, advogado e jurista brasileiro. Representou o Brasil na Conferência de Haia, foi reconhecido como “O Águia de Haia”. Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras e seu presidente entre 1908 e 1919.

Por quase uma década, as escolas militares formaram os profissionais da Educação Física no Brasil, seguindo os caminhos da política e educação da época. São Paulo e Rio de Janeiro¹⁴ foram as cidades brasileiras que despontaram com os cursos civis em Educação Física – 1934 e 1939, respectivamente. O curso no Rio de Janeiro, criado pelo Decreto-lei nº1212 de 17 de abril de 1939, de formação civil em Técnico de Educação Física e Desporto, com duração de 2 anos, outorgava entre outros¹⁵, o grau de licenciado e objetivava ser a escola padrão em formação de profissionais da área da Educação Física no Brasil, visto que, apesar da existência de outros cursos de formação na área, somente este era pertencente a uma universidade (UFRJ, 2006).



Figura 2: A primeira turma da Escola de Educação Física e Esportes do Rio de Janeiro em estágio na Escola de Educação Física do Exército, Rio de Janeiro. Fonte: USP, 2017.

Tais cursos tinham caráter essencialmente técnico, voltados principalmente a ampliação das destrezas motoras e potência muscular trabalhadas através da ginástica militar/calistênica, e à aplicação dos desportos

¹⁴ Em São Paulo o curso livre foi posteriormente incorporado à Universidade de São Paulo e no Rio de Janeiro, começou a funcionar na Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹⁵ O curso outorgava diferentes títulos com diferentes durações: Licenciado – 2 anos, Normalista especializado em Educação Física – 1 ano, Técnico desportivo – 1 ano, Treinador e Massagista desportivo – 1 ano e Médico especializado em Educação Física e desporto - 1 ano.

de uma forma geral. A apresentação da grade do Curso Superior de Educação Física e Desportos (Quadro 3) apresentava uma estrutura curricular onde não se observa até aquele momento, muita preocupação com a questão da gestão das atividades esportivas enquanto área de pesquisa exceto pela disciplina “Organização da Educação Física e Desportos”, constante no 2º ano do currículo do curso.

Quadro 3: Matriz curricular do primeiro curso universitário em Educação Física no Brasil

1ª Série (relativa ao 1º ano)	2ª Série (relativa ao 2º ano)
Anatomia e Fisiologia Humana	Cinesiologia
Cinesiologia	Fisioterapia
Higiene Aplicada	Biometria
Socorros de Urgência	Psicologia Aplicada
Biometria	Metodologia da Educação Física
Psicologia Aplicada	Organização da Educação Física e dos Desportos
Metodologia da Educação Física	Ginástica Rítmica
História da Educação Física e dos Desportos	Educação Física Geral
Ginástica Rítmica	Desportos Aquáticos
Educação Física Geral	Desportos terrestres individuais
Desportos Aquáticos	Desportos terrestres coletivos
Desportos terrestres individuais	Desportos de Ataque e Defesa
Desportos terrestres coletivos	
Desportos de Ataque e Defesa	

Fonte: Barbosa *et al*, 2010.

Somente na década de 60, com o Parecer nº 292 de 14 de novembro de 1962 do Conselho Federal de Educação - CFE¹⁶, é que foram incluídas disciplinas pedagógicas nos currículos de licenciaturas. A formação em Educação Física ganhou status de nível superior com a Resolução CFE nº69/69, que aumentava a carga horária mínima de três anos e 1800 horas, outorgando o título de Licenciatura Plena.

Após essas resoluções do Conselho Federal de Educação, observou-se ainda a inserção de um elenco de disciplinas obrigatórias, subdivididas em *básicas*, *profissionais* e *pedagógicas*, em todos os cursos de Educação Física do país, configurando um modelo chamado de **currículo mínimo** (TOJAL, 2005, grifo meu). As disciplinas que compunham o currículo mínimo eram¹⁷:

- Básicas: Biologia, Anatomia, Fisiologia, Cinesiologia, Biometria e Higiene.
- Profissionais: Socorros Urgentes, Ginástica, Natação, Rítmica, Atletismo, Recreação.
- Pedagógicas: Psicologia da Educação, Didática, Prática de Ensino (Estágios Supervisionados) e Estrutura de Ensino de 1º e 2º graus).

Essa estrutura curricular acabou por se tornar um currículo pleno, pois a maioria das instituições não adicionavam ao currículo mínimo nenhuma disciplina complementar (TOJAL, 2005). Porém, não previa as diferenças regionais existentes nos locais onde estavam inseridos os cursos.

Em 1985, por iniciativa governamental, foi criada a Comissão de Reformulação do Desporto, ligada ao Conselho Regional de Desportos, que

¹⁶ O Conselho Federal de Educação foi instituído pela lei no 4.024/61, conhecida como a LDB/1961. Antes do Conselho Federal de Educação, outros órgãos existiram com funções semelhantes tais como: Conselho Diretor de Instrução Primária e Secundária, reestruturado pelo Decreto no 981, de 8 de novembro de 1890; Conselho de Instrução Superior criado pelo Decreto no 1.232-G, de 02 de janeiro de 1891; Conselho Superior de Ensino, criado pelo Decreto no 8.659, de 05 de abril de 1911, e reformulado a 18 de março de 1915; Conselho Nacional de Instrução, criado pela Lei no 4.632, de 06 de janeiro de 1923; Conselho Nacional de Ensino, criado pelo Decreto nº16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, e Conselho Nacional de Educação, instituído a 11 de abril de 1931, pelo Decreto no 19.850.

¹⁷ TOJAL (2005).

entre outras atribuições, fomentou a formação de administradores esportivos e elaborou um relatório de instruções relacionadas à educação física e ao desporto. O documento indicava que uma das formas de desenvolvimento do esporte seria a preparação de recursos humanos capazes de estimular e coordenar programas dessa manifestação em comunidades e que as Universidades e Escolas de nível superior eram legalmente reconhecidas como locais apropriados de formação desses recursos humanos técnicos. O relatório produzido pela Comissão (Anexo 1) em sua indicação nº2, intitulada “Do conceito de esporte no Brasil”, preconiza:

INDICA que as Universidades e Escolas de nível superior sejam reconhecidas como locais apropriados de formação de recursos humanos técnicos e as entidades de direção desportiva possam promover o treinamento e desenvolvimento de pessoal de apoio técnico (árbitros, mesários, cronometristas, etc.) (CRD, 1985, grifo meu).

A formação de profissionais passou a ser uma preocupação e prioridade não só das pessoas envolvidas na área mas também daqueles que tinham o poder de governo em mãos. Assim, em 16 de outubro de 1987, uma nova proposta curricular foi aprovada (Resolução CNE nº03/87), decretando o fim do currículo mínimo e substituindo-o por áreas de conhecimento, conteúdo identificador da área e conteúdo de natureza técnico-científica. Além desta nova perspectiva, a carga horária foi ampliada para 2880 horas, o tempo mínimo para integralização do curso passou a quatro anos e foi criada a titulação de Bacharelado, para atender o mercado que não visava as escolas.

As duas décadas seguintes, marcaram pela grande disseminação dos cursos de Educação Física em todo o país, quando iniciaram-se estudos mais aprofundados visando a qualidade deste novo profissional, e principalmente da grande invasão de leigos atuando na área. Outra resposta à estabilidade da demanda foi a ampliação acentuada do número de cursos e a fragmentação de carreiras pelo setor privado para colocar novas ofertas ao mercado e com isso atrair clientela. Essa fragmentação torna os cursos mais acessíveis e

assemelham-se a formações mais específicas, como são ofertadas em muitos países (MARTINS, 2002).

Em meados dos anos 90, em nova fase de expansão da Educação Física, com o enfraquecimento da “era da ginástica”, tanto nas escolas quanto nas academias, passou-se a observar uma nova tendência nos objetivos da Educação Física: adaptação das aulas a todos, primar por saúde e qualidade de vida, lazer, inclusão social e o aprofundamento nos estudos da motricidade humana – o modelo desenvolvimentista.

Uma das principais transformações do ensino superior no século XX consistiu no fato de destinarem-se também ao atendimento à massa e não exclusivamente à elite. A classe média¹⁸ passa a ter acesso às universidades privadas e os menos favorecidos continuam por não usufruir da igualdade de oportunidade de acesso ao ensino superior seja ele público ou privado, não por falta de vagas ou de reforma deste, mas por problemas sociais e deficiências do ensino fundamental (MARTINS, 2002).

Até chegar na regulamentação da profissão, muito caminho teve que ser percorrido, muitos pilares instáveis trazem, ainda hoje, consequências para a normatização do fazer profissional em Educação Física. Somente no final da década de 90, mais precisamente em 1º de setembro de 1998, foi assinada a lei que regulamentava a profissão em Educação Física e criava as condições para instituir o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) e seus desdobramentos em Conselhos Regionais de Educação Física (CREF's).

A partir de então o CONFEF tem tomado frente às demandas legais no que concerne à Educação Física, tanto para orientar e disciplinar os fundamentos da profissão, quanto para fiscalizar o exercício do profissional para que a sociedade seja atendida por profissionais eticamente comprometidos, com conhecimento científico, técnico e pedagógico.

¹⁸ Num dos estudos da década de 1990, observou-se que no ensino superior, estudantes oriundos de famílias com renda de até 6 salários mínimos representavam aproximadamente 12% dos matriculados em instituições privadas e 11% em instituições públicas. Tanto no setor privado, quanto no público, a proporção de estudantes oriundos de famílias com renda acima de 10 salários mínimos ultrapassa os 60%, o que desmistifica a crença de que os menos favorecidos é que freqüentam a instituição privada.

2.1.1 O percurso no Amazonas

No Amazonas, a criação dos cursos de Educação Física no nível superior se deu na década de 70, pela Universidade do Amazonas, processo iniciado em 1968 pelas mãos de Guilherme Nery e finalmente implantado com a primeira turma iniciando em 1970. Nas faculdades e centros universitários particulares, os cursos superiores em Educação Física começaram a surgir no final da década de 90, mais precisamente em 1999, encerrando assim 29 anos de soberania da Universidade do Amazonas.

A criação do curso de Educação Física pela Universidade do Amazonas é o marco inicial da formação universitária em Educação Física no Estado. Guilherme Pinto Nery sempre sonhou com a criação de uma escola de Educação Física no Amazonas, exatamente por reconhecer a importância de realizar a profissão com pessoal qualificado.

“... o que veio tentando desde 1937, quando fundou a Academia Nery. Em 1967 foi nomeado para membro do Conselho da Fundação Universidade do Amazonas. Em 1968, encaminhou ao reitor Jauary Marinho, a petição e projeto para a criação da Escola de Educação Física e Desporto da Universidade do Amazonas, a qual teve parecer favorável, ficando assim criada a Escola”. (BARBOSA *et al.*, 2010, p. 37).

Segundo o Projeto Político Pedagógico da Escola de Educação Física e Desporto da Universidade Federal do Amazonas, tinha como finalidade, formar pessoal técnico em educação física e desportos, unidade técnica e prática, difundir de modo geral, os conhecimentos em educação física e desportos e realizar pesquisas sobre estas áreas, indicando os métodos mais adequados à sua prática. Sendo assim, o curso que diplomaria Licenciados em Educação Física, Médicos especializados em Educação Física, Massagistas, Técnicos Desportivos e Normalistas especializados em Educação Física; previa em 3 anos de estudos, formar profissionais para todos os âmbitos da Educação Física, nas áreas acima citadas, distribuídas em três departamentos: Ensino, Pesquisa e Técnico.

Infelizmente, deste projeto, somente a Licenciatura em Educação Física afirmou-se como curso na Universidade, e cursos tão almejados e necessários ainda na contemporaneidade, como Medicina em Educação Física, não foram implantados.

Na primeira grade curricular do curso de Licenciatura em Educação Física (Quadro 4) - evidentemente influenciada pela grade dos cursos já implantados em outras capitais brasileiras e seguindo o currículo comum, a disciplina “Estrutura e Funcionamento do Ensino do 1º e 2º grau” trazia a sugestão da necessidade do estudo da gestão das atividades esportivas em meio à um currículo essencialmente técnico-desportivo.

Quadro 4: Matriz curricular do primeiro curso superior em Educação Física no Amazonas

1ª SÉRIE
Anatomia Humana
Cinesiologia Aplicada
Desportos terrestres coletivos
Desportos terrestres individuais
Pedagogia
2ª SÉRIE
Atletismo
Fisiologia
Ginástica
Natação
Rítmica
3ª SÉRIE
Atletismo
Biologia
Biometria
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus
Estudo de Problemas Brasileiros
Ginástica
Handebol
Natação
Recreação
Rítmica
Socorros Urgentes
Treinamento Desportivo
Técnica desportiva: Handebol
Técnica desportiva: voleibol

Fonte: Barbosa *et al.* (2010).

O segundo curso de licenciatura em Educação Física em Manaus foi implantado em 1999, por uma instituição particular - Centro Universitário Nilton Lins. Desde então, outras universidades públicas e privadas, entraram no panorama educacional de ensino superior e quase a totalidade das instituições que ofertam este nível de escolaridade atualmente em Manaus, trabalham com a graduação em Educação Física.

2.2 Ser profissional em Educação Física no Brasil: Regulamentações, currículos e perspectivas

Sem dúvidas, uma das grandes questões atuais no que tange à pesquisa e referencial teórico de formação de profissionais, é entender que, participando e inseridos em um mundo globalizado e em constante comunicação e progresso, as adaptações regionais serão sempre requeridas e necessárias para qualquer área. Para além da regionalidade, a mutação social gera constantes demandas que consequentemente alteram as características e objetivos do desporto e da educação física.

A formação do indivíduo é compartilhada em diversos saberes e vivências pelos quais se constrói, ao longo da vida, um conjunto único de experiências. Vivências familiares, experiências religiosas, formação acadêmica, saberes artísticos, sociais e econômicos, vão tecendo a individualidade de cada um.

Especificamente em se tratando da formação acadêmica, muitos debates e estudos tem aflorado nas diversas áreas de conhecimento. Questionamentos, críticas, novas políticas, bases curriculares unificadas, têm contextualizado os apontamentos sobre formação profissional na medida em que se identificam as deficiências no processo e as dificuldades, das instituições formadoras, em atender as demandas sociais modernas (LAMPERT, 2009).

A formação acadêmica, em geral, é produto da aprendizagem obtida em cursos e instituições formais de ensino, mas também pode ser resultado de uma aprendizagem não formal, contraída pelo indivíduo fora do ambiente escolar/universitário (FILIPPIS, 2012). Conforme Bordenave e Pereira (1985), a formação está relacionada a diversos aspectos. Tem íntima relação com questões do currículo dos programas de formação; se relaciona às características de professores, alunos, de métodos, instalações e materiais de

ensino; está ainda articulada às diferentes formas de avaliação da aprendizagem e às condições da instituição de ensino. Desta forma, todos estes elementos influenciadores são variáveis que modificam o resultado e as condições de formação do indivíduo. Para Sacristán (2008), a globalização e as constantes e aceleradas mudanças tecnológicas que incidem sobre os sujeitos, os conteúdos e as formas de ensinar e aprender, tem afetado diretamente os processos de formação na atualidade.

O processo de formação aqui chamado “formal”, não deixa de estar inserido em um contexto mais amplo de constituição do indivíduo, pois a aprendizagem realizada na instituição de ensino não acontece como um processo dissociado das demais vivências acima citadas para compreensão de sua realidade.

Baseando-se nas definições de Filippis (2012), a formação profissional – ou simplesmente a formação – pode ser compreendida como o processo de aquisição de saberes/conhecimentos e desenvolvimento de habilidades e competências que o indivíduo vivencia e que o moldam para o exercício profissional em um determinado campo de atuação. Haydt (2006), entende que a formação deve estar alicerçada e construída sobre propósitos e metas bem definidos.

Partindo de uma visão ampla sobre os objetivos de formação profissional e pensando nas necessidades sociais da atuação de cada profissional, Le Boterf (2003), entende que a formação deveria centrar-se sobre três grandes funções: desenvolver saberes e capacidades/recursos necessários à construção de competências profissionais; contribuir para o desenvolvimento do profissionalismo dos indivíduos; e aumentar a capacidade de transpor os conhecimentos adquiridos para novas, diferentes e complexas situações profissionais. A previsão de competências, necessárias à atuação do futuro profissional torna-se, assim, instrumento necessário e orientador da elaboração de planos de formação na atualidade (LE BOTERF, 2003).

Com base nos conceitos supracitados a respeito de formação, entende-se que para compreendê-la, é preciso olhar o todo. Nesta pesquisa, a ênfase recai sobre o alinhamento das disciplinas relacionadas à Gestão Desportiva com os objetivos gerais e específicos da formação em Educação Física bem como às competências requeridas para o futuro profissional que opte por esta ramificação

da área, de forma que se desenvolvam em torno do que propõem para a aquisição de conhecimentos e experiências no processo formativo. Para tanto, considera-se necessário apresentar os aspectos gerais sobre a regulamentação e formação de currículo, temas relacionados com a presente pesquisa. Sendo assim, serão aqui enfatizados fundamentos da literatura e da legislação sobre a formação e a intervenção dos profissionais de Educação Física, no contexto brasileiro.

2.2.1 A Educação Física brasileira no papel: proposições legais para a área

Ainda que a história da educação física remonte aos primórdios da própria história do Brasil, o caminho para a regulamentação da profissão foi muito longo, abreviando a linha do tempo da “nova profissão”.

Através da Lei nº9696 de 1º de setembro de 1998, o exercício de atuação em Educação Física ficou condicionado aos profissionais da área devidamente registrados em conselho profissional – neste caso, o CREF/CONFEF¹⁹. O objetivo principal da regulamentação era reduzir a quantidade de atuantes leigos na área e disciplinar o fazer profissional. Assim sendo, atualmente são considerados profissionais de Educação Física no Brasil:

I – os possuidores de diploma obtido em curso de Educação Física, oficialmente autorizado ou reconhecido;

II - os possuidores de diploma em Educação Física expedido por instituição de ensino superior estrangeira, revalidado na forma da legislação em vigor;

III - os que, até a data do início da vigência desta Lei, tenham comprovadamente exercido atividades próprias dos Profissionais de Educação Física, nos termos a serem estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação Física (CONFEF, 2002).

Em fevereiro de 2002, o CONFEF aprovou a resolução nº. 046, que dispõe sobre a Intervenção do Profissional de Educação Física e respectivas

¹⁹ O CONFEF – Conselho Federal de Educação Física, por sua vez pessoa jurídica em todo o território nacional brasileiro; e os CREF's – Conselhos Regionais de Educação Física, com sede e foro em capitais brasileiras, foram designados instituições de direito público, criadas pela Lei Federal nº9,696 em 1º de Setembro de 1998, com personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, organizadas de forma federativa.

competências e define os seus campos de atuação Profissional, concluindo-se assim, a etapa para adequar as questões decorrentes das ações dos Profissionais de Educação Física, atendendo tanto às intervenções já prestadas junto a Sociedade, quanto aos ditames estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que definia Diretrizes Curriculares para todas as áreas e profissões, interferindo de maneira consistente na formação profissional em Educação Física, alterando substancialmente o processo em que a mesma era oferecida pelas Instituições de Ensino Superior e ocasionando uma divisão formal nos campos de atuação de toda a categoria.

Dentre os cinco documentos fundamentais, estabelecidos - até então - pelo sistema CONFEF (O código de ética do profissional de Educação Física; A Carta Brasileira de Educação Física; O documento de intervenção do profissional de Educação Física; O guia de princípios de conduta ética do estudante de Educação Física e; A carta brasileira de prevenção integrada na Área da Saúde), apresenta-se aqui, recortes do documento de intervenção, por ser uma referência significativa para a atuação profissional, no sentido de apresentar objetivamente as estratégias, procedimentos, princípios, filosofia, valores sociais e pedagógicos a serem trabalhados.

DOCUMENTO DE INTERVENÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

I - PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

O Profissional de Educação Física é especialista em atividades físicas, nas suas diversas manifestações - ginásticas, exercícios físicos, desportos, jogos, lutas, capoeira, artes marciais, danças, atividades rítmicas, expressivas e acrobáticas, musculação, lazer, recreação, reabilitação, ergonomia, relaxamento corporal, ioga, exercícios compensatórios à atividade laboral e do cotidiano e outras práticas corporais, tendo como propósito prestar serviços que favoreçam o desenvolvimento da educação e da saúde, contribuindo para a capacitação e/ou restabelecimento de níveis adequados de desempenho e condicionamento fisiocorporal dos seus beneficiários, visando à consecução do bem-estar e da qualidade de vida, da consciência, da expressão e estética do movimento, da prevenção de doenças, de acidentes, de problemas posturais, da compensação de distúrbios funcionais, contribuindo ainda, para a consecução da autonomia, da auto-estima, da cooperação, da solidariedade, da integração, da cidadania, das relações sociais e a preservação do meio ambiente, observados os preceitos de responsabilidade, segurança, qualidade técnica e ética no atendimento individual e coletivo.

II - EDUCAÇÃO FÍSICA

A Educação Física contempla, dentre outros, os significados:

- O conjunto das atividades físicas e desportivas;
- A profissão constituída pelo conjunto dos graduados habilitados, e demais habilitados, no Sistema CONFEF/CREFs, para atender as demandas sociais referentes às atividades físicas nas suas diferentes manifestações, constituindo-se em um meio efetivo para a conquista de um estilo de vida ativo dos seres humanos;
- O componente curricular obrigatório, em todos os níveis e modalidades do ensino básico, cujos objetivos estão expressos em Legislação específica e nos projetos pedagógicos;
- **Área de estudo e/ou disciplina no Ensino Superior;**
- O corpo de conhecimentos, entendido como o conjunto de conceitos, teorias e procedimentos empregados para elucidar problemas teóricos e práticos, relacionados à esfera profissional e ao empreendimento científico, na área específica das atividades físicas, desportivas e similares.

III - RESPONSABILIDADE SOCIAL NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

1 - DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

A Intervenção Profissional é a aplicação dos conhecimentos científicos, pedagógicos e técnicos, sobre a atividade física, com responsabilidade ética.

(...)

O Profissional de Educação Física utiliza diagnóstico, define procedimentos, ministra, orienta, desenvolve, identifica, **planeja, coordena, supervisiona**, leciona, **assessora, organiza, dirige** e avalia as atividades físicas, desportivas e similares, sendo especialista no conhecimento da atividade física/motricidade humana nas suas diversas manifestações e objetivos, de modo a atender às diferentes expressões do movimento humano presentes na sociedade, considerando o contexto social e histórico-cultural, as características regionais e os distintos interesses e necessidades, **com competências e capacidades de identificar, planejar, programar, coordenar, supervisionar, assessorar, organizar, lecionar, desenvolver, dirigir, dinamizar, executar e avaliar serviços, programas, planos e projetos, bem como, realizar auditorias, consultorias, treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares, informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas das atividades físicas, do desporto e afins.**

(...)

4 - DOS LOCAIS DE INTERVENÇÃO

O exercício do Profissional de Educação Física é pleno nos serviços à sociedade, no âmbito das Atividades Físicas e Desportivas, nas suas diversas manifestações e objetivos. **O Profissional**

de Educação Física atua como autônomo e/ou em Instituições e Órgãos Públicos e Privados de prestação de serviços em Atividade Física, Desportiva e/ou Recreativa e em quaisquer locais onde possam ser ministradas atividades físicas, tais como: Instituições de Administração e Prática Desportiva, Instituições de Educação, Escolas, Empresas, Centros e Laboratórios de Pesquisa, Academias, Clubes, Associações Esportivas e/ou Recreativas, Hotéis, Centros de Recreação, Centros de Lazer, Condomínios, Centros de Estética, Clínicas, Instituições e Órgãos de Saúde, "SPAs", Centros de Saúde, Hospitais, Creches, Asilos, Circos, Centros de Treinamento Desportivo, Centros de Treinamento de Lutas, Centros de Treinamento de Artes Marciais, Grêmios Desportivos, Logradouros Públicos, Praças, Parques, na natureza e outros onde estiverem sendo aplicadas atividades físicas e/ou desportivas.

(...)

V - ESPECIFICIDADES DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

1 - REGÊNCIA/DOCÊNCIA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

*Intervenção: Identificar, **planejar**, programar, **organizar**, **dirigir**, **coordenar**, **supervisionar**, desenvolver, avaliar e lecionar os conteúdos do componente curricular/disciplina Educação Física, na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, Médio e Superior e nas atividades de natureza técnico-pedagógicas (Ensino, Pesquisa e Extensão), no campo das disciplinas de formação técnico-profissional no Ensino Superior, objetivando a formação profissional.*

2 - TREINAMENTO DESPORTIVO

*Intervenção: Identificar, diagnosticar, **planejar**, **organizar**, **dirigir**, **supervisionar**, **executar**, **programar**, ministrar, prescrever, **desenvolver**, **coordenar**, orientar, avaliar e aplicar métodos e técnicas de aprendizagem, aperfeiçoamento, orientação e treinamento técnico e tático, de modalidades desportivas, na área formal e não formal.*

3 - PREPARAÇÃO FÍSICA

*Intervenção: Diagnosticar, **planejar**, **organizar**, **supervisionar**, **coordenar**, **executar**, **dirigir**, **programar**, ministrar, desenvolver, prescrever, orientar e aplicar métodos e técnicas de avaliação, prescrição e orientação de atividades físicas, objetivando promover, otimizar, reabilitar, maximizar e aprimorar o funcionamento fisiológico orgânico, o condicionamento e o desempenho físico dos praticantes das diversas modalidades esportivas, acrobáticas e artísticas.*

4 - AVALIAÇÃO FÍSICA

*Intervenção: Diagnosticar, **planejar**, **organizar**, **supervisionar**, **coordenar**, **executar**, **dirigir**, **programar**, ministrar, desenvolver, prescrever, orientar, identificar necessidades, desenvolver*

coleta de dados, entrevistas, aplicar métodos e técnicas de medidas e avaliação cineantropométrica, biomecânica, motora, funcional, psicofisiológica e de composição corporal, em laboratórios ou no campo prático de intervenção, com o objetivo de avaliar o condicionamento físico, os componentes funcionais e morfológicos e a execução técnica de movimentos, objetivando orientar, prevenir e reabilitar o condicionamento, o rendimento físico, técnico e artístico dos beneficiários.

5- RECREAÇÃO EM ATIVIDADE FÍSICA

Intervenção: Diagnosticar, **identificar, planejar, organizar, supervisionar, coordenar, executar, dirigir, assessorar, dinamizar, programar, ministrar, desenvolver, prescrever, orientar, avaliar** e aplicar atividades físicas de caráter lúdico e recreativo, objetivando promover, otimizar e restabelecer as perspectivas de lazer ativo e bem estar psicossocial e as relações sócio-culturais da população.

6 - ORIENTAÇÃO DE ATIVIDADES FÍSICAS

Intervenção: Diagnosticar, **planejar, organizar, supervisionar, coordenar, executar, dirigir, assessorar, dinamizar, programar, desenvolver, prescrever, orientar, avaliar**, aplicar métodos e técnicas motoras diversas, aperfeiçoar, orientar e ministrar os exercícios físicos, objetivando promover, otimizar, reabilitar e aprimorar o funcionamento fisiológico orgânico, condicionamento e o desempenho fisiocorporal, orientar para: o bem-estar e o estilo de vida ativo, o lazer, a sociabilização, a educação, a expressão e estética do movimento, a prevenção de doenças, a compensação de distúrbios funcionais, o restabelecimento de capacidades fisiocorporais, a auto-estima, a cidadania, a manutenção das boas condições de vida e da saúde da sociedade.

7 - GESTÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO

Intervenção: Diagnosticar, **identificar, planejar, organizar, supervisionar, coordenar, executar, dirigir, assessorar, dinamizar, programar, ministrar, desenvolver, prescrever, prestar consultoria, orientar, avaliar** e aplicar métodos e técnicas de avaliação na organização, administração e/ou gerenciamento de instituições, entidades, órgãos e pessoas jurídicas cujas atividades fins sejam atividades físicas e/ou desportivas (CONFEEF, 2002, grifos meus).

Após a apresentação do Documento de Intervenção do Profissional de Educação Física, o caminhar dos profissionais e estudantes da área passa a ser conduzido de forma que sejam observados os preceitos desta e das demais legislações que a antecederam e que nasceram a partir dela. Ter um documento

que conceitua a profissão, dita as competências, fala dos direitos e deveres, antevê os campos de atuação profissional bem como as tarefas e possibilidades de atuação, facilita o processo de promoção e regulamentação da profissão. Para além disto, o documento supracitado, menciona ainda a necessidade da frequente busca após a formação, quando expressa-se sobre capacitação, especialização e complementação da formação básica em Educação Física. Para esta pesquisa sobre a gestão do desporto nos cursos de formação, particularmente se torna interessante o inciso V, que trata das especificidades de intervenção profissional e as relaciona: 1. Docência/Regência em Educação Física; 2. Treinamento desportivo; 3. Preparação Física; 4. Avaliação física; 5. Recreação em atividade física; 6. Orientação em atividade física e 7. Gestão em Educação Física e Desporto.

Após seis meses da publicação do documento de intervenção profissional, um novo documento, elaborado e organizado democraticamente, com a contribuição de profissionais da educação física brasileira, para que representasse os ensejos da categoria, foi aprovado por unanimidade na plenária do CONFEF logo após ter sido apresentado no Fórum Nacional de Cursos de Formação Profissional em Educação Física, em Belo Horizonte – a Carta Brasileira de Educação Física.

Percebe-se, desde a regulamentação da atividade profissional na área da Educação Física no Brasil, uma constante tentativa de instituir normas e oferecer bases para uniformizar o fazer destes profissionais. Evidente também que nenhuma destas ações resultou ou resultará em uma forma definitiva e imutável de conduzir as diversas possibilidades da EF, como prevê o próprio preâmbulo do documento que em seguida apresenta-se “...ficou patente a expectativa de que à Categoria Profissional da área caberá ampliar a discussão, modificar comportamentos, adotar novos paradigmas, visando a atender ao proposto no teor da Carta...”.

Aqui apresenta-se alguns recortes da carta, com grifos próprios, para referendar algumas das ações esperadas pelo profissional do qual, aqui disserta-se, a respeito de sua formação e a conexão desta formação com a área da gestão desportiva.

CARTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Do Profissional Brasileiro de Educação Física:

1. A categoria dos Profissionais de Educação Física no Brasil, deve ser identificado como a força de trabalho qualificada e registrada no sistema CONFEF/ CREFs, responsáveis pelo exercício profissional na área de Educação Física e que neste sentido, utiliza e investiga, respectivamente, com fins educativos e científicos, as possíveis formas de expressão de atividade física;
2. Os Profissionais de Educação Física devem possuir uma **formação acadêmica sólida**, estar organizados nos Conselhos Regionais de Educação Física e, permanentemente envolver-se em programas de aprimoramento técnico-científico e cultural;
- (...)

Referências para uma Educação Física de qualidade no país:

4. Para uma Educação Física no Brasil que possa ser adjetivada pela Qualidade, e que possa contribuir para a melhoria da nossa sociedade, existem algumas referências, pelas quais deve:
 - a) ser entendida como direito fundamental e não como obrigação dos brasileiros;
 - b) Prover os seus beneficiários com o desenvolvimento de habilidades motoras, atitudes, valores e conhecimentos, procurando levá-los a uma participação ativa e voluntária em atividades físicas e esportivas ao longo de suas vidas;
 - c) envolver práticas formais e não-formais para atingir seus objetivos;
 - d) Constituir-se numa responsabilidade de profissionais com formação em nível superior;**
 - e) ser ministrada numa ambiência de alegria, em que as práticas corporais e esportivas sejam prazerosas;
 - f) respeitar as leis biológicas de individualidade, do crescimento, do desenvolvimento e da maturação humana;
 - g) Propiciar vivências e experiências de solidariedade, cooperação e superação;
 - h) valorizar práticas esportivas, danças e jogos nos conteúdos dos seus programas, inclusive e com ênfase, aqueles que representem a tradição e a pluralidade do patrimônio cultural do país e das suas regiões;
 - i) ajudar os beneficiários a desenvolver respeito pela sua corporeidade e os das outras pessoas, através da percepção e entendimento do papel das atividades físicas na promoção da saúde;
 - j) interatuar com outras áreas de atuação e conhecimento humano, desenvolvendo nos seus beneficiários, atitudes interdisciplinares;
 - k) ser objeto de uma ação cada vez mais intensa da comunidade acadêmica quanto à pesquisa, intercâmbio e difusão de informações e programas de cooperação técnico-científica;
 - l) ser conteúdo de livros, periódicos específicos e banco de dados eletrônicos especializados, aumentando as possibilidades de acesso às informações técnicas e científicas do conhecimento existente;

m) ser meio de desenvolvimento da cidadania nos beneficiários e de respeito ao meio ambiente.

Da preparação de profissionais para uma Educação Física de qualidade:

5. A Preparação de Profissionais para uma Educação Física de Qualidade no Brasil deverá ser:

*a) **rediscutida para que os currículos acadêmicos de preparação se harmonizem com as últimas renovações conceituais ocorridas na educação Física**, incorporando inclusive, perspectivas de educação continuada, para que esses profissionais possam acompanhar os avanços técnicos e científicos da área, a cada momento de suas trajetórias de atuação;*

*b) **comparada, através de indicadores efetivos, à preparação de Profissionais de educação Física de países vizinhos**, para que os futuros tratados de correspondências acadêmicas nos blocos sócio econômicos da América Latina sejam equiparados em padrões considerados de qualidade;*

c) ampliada com a preparação complementada resultante de cursos, eventos, estágios, clínicas, etc., oferecidos por organizações de distintas naturezas, desde que se apresentem com o compromisso da qualidade.

(...)

Da busca de uma Educação Física de qualidade nos seus diversos espaços:

7. A Educação Física, ao ser utilizada em espaços distintos de toda ordem, como academias, clubes, condomínios, praias, áreas públicas e outras, para que torne-se de qualidade é necessário que:

a) Constitua-se numa expressão de democracia, atendendo as opções das pessoas e oferecendo condições de igualdade em suas práticas;

b) Busque a percepção nos beneficiários da sua importância ao longo das suas vidas, desenvolvendo nos mesmos padrões de interesse em atividades físicas;

c) Fique evidenciada a competência dos profissionais responsáveis nos programas desenvolvidos;

*d) **seja praticada em instalações e equipamentos compatíveis com os objetivos e especificidades dos seus programas;***

e) seja desenvolvida com efetividade para os objetivos formulados nos respectivos programas;

f) atenha-se em todas as ações às referências éticas, sem concessões sob qualquer pretexto e circunstância (CONFEEF, 2000, grifos meus)

Sendo este um documento de extrema valia para o presente trabalho de investigação científica, como para qualquer outro que trate do profissional de Educação Física no Brasil, constata-se aqui mais um dispositivo legal que assegura a legitimidade da profissão e da validação de formação nos termos do

sistema que a rege e fiscaliza. E que parte desta fiscalização se faz no momento da formação básica ou pós-graduação, incentivando e promovendo tais cursos.

A Carta Brasileira de Educação Física além de ratificar a importância da formação acadêmica para atuação, conduz os fazeres profissionais pautando-se sempre na qualidade de prestação de serviços aos “beneficiários” – tal qual como são citados no referido documento os clientes, alunos, e demais envolvidos nas atividades prestadas e oferecidas pelo profissional da área. Qualidade esta que, por lei, é direito do cidadão e responsabilidade direta dos governos, mas que, depende da atuação constante dos órgãos de fiscalização e, como trata o item 5 da Carta - *A Preparação de Profissionais para uma Educação Física de Qualidade no Brasil* – e a proposta desta pesquisa, da formação do profissional.

Em 2004, culmina a “divisão” da Educação Física, iniciada quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação²⁰ (LDB) de 1996 trazia a proposta de serem firmadas diretrizes curriculares básicas, que interferiam em toda a configuração do conhecimento da educação no Brasil. A partir da LDB, especificamente no Ensino Superior, iniciou-se a flexibilização na elaboração dos currículos dos cursos de graduação, retirando-lhes as amarras da concentração e a inflexibilidade dos currículos mínimos, propostas pela Lei nº 5.540/1968²¹. Assim, através da Resolução CNE/CES 07/2004 (Anexo 2), homologada pelo Parecer CNE/CES 058/2004, foram definidas as orientações para a organização curricular e institucional dos cursos de Graduação Plena, bem como, os mecanismos para a avaliação dos cursos a ser realizada pelas instituições formadoras e pelo sistema educacional. Esse documento veio a substituir a antiga Resolução 03/87 da educação física, sendo atualmente a principal

²⁰ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei 9394/96) é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil (da educação básica ao ensino superior). A primeira LDB foi criada em 1961, seguida por uma versão em 1971, que vigorou até a promulgação da mais recente em 1996.

²¹ O texto da Lei 5540/68 fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, entre outras providências.

balizadora da formação profissional da graduação em Educação Física no Brasil (TAFFAREL & LACKS, 2005).

Com base nessas Diretrizes, atualmente é possível habilitar o futuro profissional em duas vertentes de formação: Licenciatura ou Graduação em Educação Física. Os cursos da Graduação (antigo Bacharelado²²) formam profissionais voltados ao mercado de trabalho e seus variados locais de atuação (academias de ginástica, clubes, centros esportivos, etc.). Os cursos de Licenciatura, por sua vez, formam professores com perfil direcionado para atuação no ambiente escolar, na docência da disciplina de Educação Física em instituições regulares de educação básica (FARIAS, SHIGUNOV e NASCIMENTO, 2001).

Até os dias atuais essa divisão gera discussões. Alguns defendem a proposta da manutenção da divisão entre Licenciatura e Graduação com currículos voltados para a consolidação de competências diferentes para diferentes campos de atuação, o escolar para a Licenciatura e o não escolar para o Bacharelado, acreditando que a nova estrutura traz contribuições para a qualificação dos profissionais do campo, ajudando a construir uma produção científica mais específica e pontual, elevando assim o seu reconhecimento na comunidade acadêmica e social. O lado oposto da discussão, defende a criação de uma “Licenciatura ampliada” que garanta todo o conhecimento da Educação Física, independente do campo de atuação, para que não se fragmente, ainda mais, a formação desses profissionais, promovendo a divisão entre os que produzem e os que transmitem conhecimento.

A bem da verdade é que, após esta reestruturação, componentes mais específicos foram acrescidos à formação dos profissionais. A própria Gestão Desportiva aparece mais frequentemente nos currículos “pós divisão”. Aqueles que buscam esta vertente da Educação Física, que procuram a formação para gestores esportivos, atualmente a encontram – ou não, no curso que hoje no Brasil se chama Graduação em Educação Física.

Após essas promulgações, importantes reformulações aconteceram nos currículos dos cursos de Educação Física. As formações em licenciatura e

²² A partir da Resolução CNE/CES nº 7/2004, a nomenclatura de Bacharelado caiu em desuso, passando a ser oficialmente chamado de Graduação.

bacharelado/graduação não poderiam mais ocorrer por meio de um currículo comum. Sendo assim, todas as IES com curso superior em Educação Física deveriam reestruturar seus currículos tendo como base as novas DCNs.

Entre os múltiplos esclarecimentos legais que as DCNs realizam, o artigo 3º pode ser destacado, ao apresentar a Educação Física, seu objeto de estudo e campo de atuação:

Art. 3º – A Educação Física é uma área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, **da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas**, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas. (Resolução CNE/CES nº 7, 2004, grifo meu).

Além disso, para enfatizar ainda mais os objetivos deste referencial, e ainda apoiados no embasamento legal das Diretrizes Curriculares, que em seu artigo 6º trata das habilidades e competências que a formação em Educação Física deve proporcionar, destaca-se:

- Dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins [...].
- Intervir acadêmica e profissionalmente de forma deliberada, adequada e eticamente balizada nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.
- Participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais [...].
- Conhecer, dominar, produzir, selecionar e avaliar os efeitos da aplicação de diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias para a produção e a intervenção acadêmico-profissional em Educação Física nos campos [...] **da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas**, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas. (CNE/CES nº 7, 2004, grifo meu).

Em nenhuma parte do texto as DCNs especificam disciplinas ou conteúdos que devem, ou não, contemplar os currículos de formação de cada instituição de ensino superior. Contudo, salientam que a organização curricular dos cursos de graduação deve estar coerente e alinhada às competências e habilidades esperadas para o profissional que se almeja formar (Anexo 2). Diante dessa nova organização curricular para a formação de professores, foram criadas diversas comissões de especialistas para determinar os diferentes conteúdos dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em diversas áreas, e com a Educação Física não poderia ser diferente.

Inicia-se então uma nova e renitente busca ao currículo adequado para cada proposta, e em observância ao contexto profissional. Este complexo processo de organização para novas informações, de saberes preexistentes, aglutinação das vivências, de formar profissionais, desperta diferentes perspectivas de análise. Aqui, nos cercearemos da fundamentação mais objetiva sobre os currículos de formação acadêmica, através de documentos formais.

2.2.2 A organização curricular na formação em Educação Física e a inserção da Gestão Desportiva

Com todo este reposicionamento nas políticas e propostas de formação, a reestruturação das construções curriculares ganha força e atenção. Segundo Macedo (2007, p.13), nunca se atribuiu tamanha importância e “empoderamento” ao currículo como definidor dos processos formativos dos indivíduos. Moreira e Tadeu (2011) dissertando sobre os debates, discussões e teorias em torno da questão curricular, observam quais conhecimentos (entre saberes e conteúdos) deveriam contemplar a formação do indivíduo ou do profissional. O currículo, argumenta Silva (2009, p.15), é sempre o resultado de uma seleção - “de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo”.

Entendemos aqui que, de um conceito mais simples, o currículo no ensino superior é um documento educacional, também nesta pesquisa chamado grade curricular, onde se organiza a formação, com seus objetivos e competências a serem trabalhados através de uma estrutura de disciplinas e conteúdo. Mas é possível perceber a dinâmica com a qual se movimenta esta construção de saberes, integrando a objetividade curricular com o conjunto de experiências vivenciadas no ambiente acadêmico. Neste mesmo sentido, definiu Traldi (1987), a respeito do currículo:

“... são todas as experiências organizadas e supervisionadas pela escola e pelas quais, portanto, esta assume responsabilidade; ...cabe à instituição de ensino determinar as experiências mais significativas para o desenvolvimento e a formação do indivíduo, pressupondo que tais experiências estejam em harmonia às demandas sociais esperadas para aquela formação” (TRALDI, 1987, p.41).

As etapas de seleção de conteúdos e a elaboração de ementas são então essenciais e norteadoras no processo formativo. É por meio das ementas, conteúdos e das experiências de aprendizagem que a escola transmite os conhecimentos tidos como desejáveis na formação do indivíduo e do profissional. O conteúdo é elemento fundamental do processo formativo do indivíduo e, por esse motivo, é tão importante (HAYDT, 2006).

A escolha de conteúdos para compor a estrutura de ementas curriculares e currículos deve basear-se, ainda segundo Haydt (2006), em critérios como:

- a) validade (quando os conhecimentos estão em conformidade com os objetivos educacionais mais amplos da formação);*
- b) utilidade (quando o conhecimento é aplicável em situações do cotidiano dos educandos);*
- c) significação (quando os conteúdos ensinados têm relação e complementaridade com os outros conhecimentos já absorvido pelos alunos) e;*
- d) flexibilidade (quando existe a possibilidade de alterações e adaptações dos conteúdos curriculares para melhor atender as necessidades de quem aprende).*

Tais critérios devem embasar a construção de currículos de forma que contemplem os objetivos – conceituais, procedimentais e atitudinais,

organizando-os e flexibilizando-os em acordo com as verdadeiras necessidades e condições da formação profissional e da inserção desta em determinada região. Bordenave e Pereira (1985) relacionam críticas comuns às construções curriculares no contexto universitário:

Existe falta de integração entre as diversas disciplinas dos cursos, ocasionando duplicação de assuntos, erros de sequência cronológica e uma sensação geral de *colcha de retalhos*; e que se observam desencontros entre o planejamento de tempo e a densidade de determinados conteúdos, fazendo com que o professor descuide da aprendizagem para cumprir os conteúdos planejados (BORDENAVE e PEREIRA, 1985).

No planejamento curricular, para se eleger os conteúdos e experiências de aprendizagem a serem desenvolvidos, também deve-se alinhar às respostas daqueles que buscam a formação e consigo trazem expectativas de compreender os aspectos mais fundamentais daquele campo de conhecimento e formar uma ligação clara com o contexto maior daquilo que está sendo ensinado.

Estabelecendo uma conexão dos elementos acima descritos, Traldi (1987), indica que o planejamento, a construção, reformulação e a avaliação de currículos devem seguir determinadas etapas, quais sejam:

- *Diagnóstico da realidade (levantamento das necessidades, interesses, aspirações, seja do educando, seja da sociedade/cultura);*
- *Definição de objetivos a serem atingidos (em função dos levantamentos realizados anteriormente);*
- *Seleção do conteúdo (em termos de conhecimentos – informações e dados, habilidades/capacidades, etc. a desenvolver);*
- *Organização do conteúdo (em termos de sequência, integração, articulação, organicidade, escopo);*
- *Seleção de experiências/atividades (em função do que se pretende desenvolver em termos de conteúdo/habilidades etc. explicitados, para atingir determinados fins, considerando as necessidades da realidade diagnosticada como um todo);*
- *Organização das experiências e atividades (em termos de “todos” sequenciais integrados);*
- *Avaliação (contínua, dinâmica e sistemática do processo como um todo).*

Não sendo o currículo um documento imutável e atemporal, sofre ainda com as demandas socioculturais e políticas de cada região para onde está a ser

implementado. Isto quer dizer que não somente os interesses educacionais interferem, mas também poder e ideologia. O poder, para autores como Silva (2009) e Moreira e Tadeu (2011), é precisamente o ponto que vai separar as teorias tradicionais das teorias críticas e pós-críticas do currículo. Selecionar que conhecimentos, conteúdos e, disciplinas irão contemplar o plano curricular de um curso de formação – e quais os que não farão parte do currículo – é, no entender dos autores, um modo de exercer poder, uma forma de decisão.

Todas estas circunstâncias tornam a pesquisa sobre currículos sempre atual (pois estão em constante mutação) e específica (normalmente se aplica a uma determinada região e situação sociocultural), o que explica a constante discussão de autores a respeito do assunto. Ao mesmo tempo que se entende que fatores subjetivos não devem fazer parte do “corpo” curricular no processo formativo, da matriz geral de métodos e técnicas objetivamente alinhadas, também não se pode deixar de perceber o quanto interfere na formação, as vivências e demais conteúdos extracurriculares da rede de conhecimentos de cada aluno. E que é a soma destes ambíguos que estruturam fundamentalmente um currículo verdadeiramente aplicável para a formação de futuros profissionais.

O desenvolvimento científico de uma área e a construção de uma disciplina, envolvem diversos aspectos conectados entre si. Podemos citar o fomento público à pesquisa na área, a expressão da produção científica, a comunicação de conteúdo em termos internacionais, o quantitativo e a qualidade dos veículos de difusão e publicação das pesquisas, a consistência da produção e a relação de todos esses aspectos com a formação de profissionais que lecionam e atuam profissionalmente na área.

Sendo assim, cabe revisar as competências do profissional de Educação Física, para compreensão do desenvolver científico no que tange à construção curricular da área. Segundo a mesma lei que dispõe sobre a regulamentação da profissão, em seu art. 3º:

Compete ao Profissional de Educação Física coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, **dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria**, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto (BRASIL, 1998).

Além da lei que regulamenta a profissão e legitima as atividades do profissional de EF, em 13 de dezembro de 2010, foi publicado no Diário Oficial da União – DOU, o Estatuto do Conselho Federal de Educação Física que, relaciona as especificidades com relação as atividades exclusivas daqueles que legalmente são profissionais e sua área de intervenção:

Art. 10 - O Profissional de Educação Física intervém segundo propósitos de prevenção, promoção, proteção, manutenção e reabilitação da saúde, da formação cultural e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer **e da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas** (CONFEEF, 2010, grifo meu).

Dentre tantas atribuições e possibilidades, a parte gerencial e administrativa, características da gestão, estão claramente elencadas, sendo evidenciado também a complexidade que envolve a gama de competências deste profissional. Fez-se necessário compreender que o professor de Educação Física, que outrora respondia as mais diversas necessidades, deixou de ter capacidade para o continuar a fazer. Começaram a surgir treinadores, preparadores físicos, gestores, diretores técnicos, diretores esportivos, isto é, um significativo número de profissões no âmbito desportivo, cada uma delas com funções diferenciadas relativamente ao contexto específico onde são aplicadas (PIRES, 2005).

Essas novas necessidades alteram as configurações da construção curricular do curso. Há que se relevar os ensejos do aluno com relação ao que pretende adquirir como corpo de conhecimentos. Os conteúdos e experiências de aprendizagem selecionadas para o currículo, devem levar o aluno à compreensão dos aspectos mais fundamentais daquele campo de conhecimento e formar uma ligação clara com o contexto maior daquilo que está sendo ensinado. As experiências vividas e os conhecimentos adquiridos pelos sujeitos precisam ser utilizáveis e aplicáveis em situações além da sala de aula, no dia-a-dia e na prática profissional (TRALDI, 1987).

Silva (2009), aponta que as construções curriculares devem estar sempre alinhadas às respostas sobre que expectativas se têm dos alunos que se tornarão profissionais e que conhecimentos devem sustentar sua formação.

Diante dos argumentos encadeados até aqui, e considerando as amplas questões que envolvem o processo de ensino-aprendizagem no ensino superior, bem como todos os conhecimentos e aplicações consequentes dele, no caso da formação básica em Educação Física, limita-se aqui à reflexão sobre a presença e a pertinência dos conteúdos relacionados à Gestão Desportiva.

A gestão faz parte dos pilares da educação física brasileira. No documento de intervenção do profissional, na subárea em Gestão da Educação Física e Desporto, o documento delineia como competências requeridas:

Diagnosticar, identificar, planejar, organizar, supervisionar, coordenar, executar, dirigir, assessorar, dinamizar, programar, ministrar, desenvolver, prescrever, prestar consultoria, orientar, avaliar e aplicar métodos e técnicas de avaliação na organização, administração e/ou gerenciamento de instituições, entidades, órgãos e pessoas jurídicas cujas atividades fins sejam atividades físicas e/ou desportivas (CONFEEF, 2002).

O que mais uma vez ressalta a diversidade nas exigências necessárias para esta subárea que pelas ações do fazer encontra-se nas demais, de forma mais ou menos explícita, mas sempre presente, e cada vez mais valorizada e organizada.

Convergente a essa necessidade, Bastos *et al.* (2006), entendem que a melhoria da gestão esportiva, no Brasil, está atrelada ao aperfeiçoamento dos cursos de formação em Educação Física/Espportes, sobretudo, no que diz respeito a formação relacionada à gestão. Não obstante aos elementos apresentados até aqui, é cabido mencionar, conforme argumenta Cárdenas (2013), que a formação em Educação Física

(...) mesmo estabelecendo – certas vezes – alguma relação com aspectos de gestão, não deve ser confundida com a formação específica de gestores esportivos. Isso porque, um curso de formação em Educação Física não forma gestores esportivos – forma profissionais de Educação Física – e a gestão do esporte é apenas uma das áreas de intervenção que o referido profissional pode atuar (CÁRDENAS, 2013, p.110).

Assim, considera-se a gestão como um componente relevante à formação profissional na área de Educação Física, contudo não se deve considerá-la o ingrediente fundamental. Enfatizar demasiadamente conteúdos de gestão faria com que fosse formado um gestor esportivo e não um profissional de Educação Física (Cárdenas, 2013).

Tal discussão permeia alguns outros estudos entre os quais destaca-se aqui parte de Sarmiento, Pinto & Oliveira (2006):

A designação de Gestor Desportivo, apenas tenta evidenciar a posse de uma formação académica específica e um vínculo laboral estável com remuneração financeira. **Mesmo nas Ciências do desporto alguma polémica tem sido levantada relativamente à necessidade de obtenção de uma formação específica, no contexto da gestão das organizações desportivas, facto que não impediu o aparecimento de licenciaturas em Gestão Desportiva e o estabelecimento de prerrogativas laborais diferenciadas entre os licenciados em ensino ou gestão.** Relativamente à primeira situação defendemos que o estatuto remuneratório ou profissional não altera o perfil funcional, logo não somos a favor da oposição ou até mesmo separação das atividades desenvolvidas por Dirigentes ou Gestores. Aceitamos, contudo, que do ponto de vista etimológico algumas diferenças se possam estabelecer em torno da designação. Quanto à formação em Gestão Desportiva, pensamos que ela se consolidará progressivamente a par do reconhecimento do papel do Gestor Desportivo nas diversas estruturas dos sistemas desportivos e da administração pública e privada. (Sarmiento, Pinto & Oliveira, 2006, p.01, grifo meu).

O fato é que, o estudo da gestão do esporte permeia todos os documentos reguladores da profissão no Brasil, inserindo-se tanto como parte multidisciplinar como específica. Atualmente, percebe-se um momento de discussão e definição de uma política nacional esportiva mais robusta, que norteie além da área de atuação e experiências de campo, a formação do profissional. Verifica-se com maior clareza que o universo de atuação do profissional em Educação Física não mais reduz-se às aulas e/ou treinos desportivos, sendo crescente a compreensão que a Gestão passou a ser indispensável a todos os atores do contexto desportivo.

Quanto à evolução histórica, os primeiros passos da formação do gestor esportivo no Brasil foram dados no início da década de 70 a partir da oferta de um curso de extensão em administração esportiva pela parceria entre o

Conselho Nacional de Desportos (CND) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC.

A década seguinte, também apresentou algumas conquistas importantes, como a implementação do curso de especialização em Administração Esportiva na Universidade Gama Filho (também no Rio de Janeiro). A formação estrangeira de professores mestres e doutores fomentaram a produção textual em periódicos e livros, que por sua vez enriqueciam a realização de eventos.

Em prosseguimento, pelas voltas para o século XXI, os debates se consolidaram e produziram efeitos principalmente na produção científica brasileira no que tange à Educação Física. Neste momento, a Gestão do Desporto tal como a conhecemos atualmente, começa a ser mais observada, do ponto de vista teórico assim como nas práticas.

Mais recentemente – a partir de 1999 e concomitantemente à confirmação do Brasil como sede de megaeventos esportivos – surgiram cursos específicos de formação, em nível tecnológico, em gestão do esporte. Em 2009, o primeiro curso de Bacharelado em Gestão Desportiva e do Lazer do país, iniciou suas atividades na Universidade Federal do Paraná (MAZZEI, AMAYA e BASTOS, 2012). Porém, constata-se enfoques muito diferentes entre os cursos de bacharelado e tecnológico (Bastos & Mazzei in Freitas, 2015) – para os alunos de bacharelado, a ênfase recai aos aspectos culturais e de contextualização do social do esporte; já nos cursos tecnológicos, ressaltam-se as disciplinas diretamente relacionadas com os fundamentos da gestão, demonstrando a falta de consenso ou padrão curricular para este tipo de formação.

A área de Gestão Esportiva, de acordo com Bastos (2004), envolve a aplicação dos conceitos e teorias gerais da Administração ao Esporte e as diferentes demandas exigidas na sociedade contemporânea. Economia, Marketing, Legislação e Política estão também envolvidos, devido à grandeza que o esporte tem no contexto social dos dias de hoje. Pires (2007) contribui, apontando o marketing, turismo, recursos humanos, tecnologias da informação,

relações internacionais, planejamento estratégico e gestão de negócios como conteúdos relevantes. Para Parkhouse (1996), a formação deve abranger: o domínio das atividades desportivas; gestão e competência organizacionais em desporto; ética; marketing; comunicação; finanças; economia do desporto; direito do desporto; política desportiva; e experiência na área. Esta visão é semelhante às atuais determinações da *Commission on Sport Management Accreditation* (CSMA), organização nos Estados Unidos que normatiza e atualiza diretrizes para formação do gestor desportivo, dando reconhecimento aos cursos norte-americanos existentes sobre componentes que devem estar presentes nos currículos.

Segundo o CSMA, estas áreas de competências do gestor implicam que na formação devem conter pelo menos sete conteúdos principais: gestão e liderança no esporte, “marketing” esportivo, aspectos legais do esporte, ética na gestão do esporte, finanças do esporte, comunicação no esporte e aspectos socioculturais do esporte (CSMA, 2010).

A partir destes conteúdos principais, surgem as subáreas mais específicas e que trazem à formação, maior segurança e domínio dos conteúdos abordados. Isto significa encontrar na subárea gestão e liderança no esporte, linhas de pesquisas relacionadas à gestão de recursos humanos, liderança e efetividade de equipes esportivas, efetividade organizacional, responsabilidade social de organizações esportivas, recursos de organizações esportivas e vantagem competitiva, entre alguns outros. Dentro da subárea “marketing” esportivo encontram-se linhas de pesquisas relacionadas aos comportamentos do consumidor do esporte, estratégias de “marketing” de organizações esportivas, e estratégias de “marketing” de organizações não esportivas para se associarem ao esporte.

No quadro 5, podemos visualizar as subáreas e linhas de pesquisa segundo a CSMA.

Quadro 5: Subáreas da gestão esportiva e linhas de pesquisa mais comuns

Subárea	Linha de pesquisa
Gestão e Liderança no Esporte	• Gestão de RH em organizações esportivas • Gestão de eventos esportivos • Gestão de arenas esportivas • Liderança e efetividade em equipes esportivas • Efetividade organizacional • Responsabilidade social • Vantagem competitiva
“Marketing Esportivo”	• Comportamentos do consumidor do esporte • Estratégias de “marketing” para equipes esportivas • Patrocínios e endossos • Licenciamento • “Naming rights” • “Ambush marketing”
Aspectos legais do esporte	• Contratos em organizações esportivas • Riscos de processos em atividades esportivas • Representação legal de atletas • Discriminação • Ética na gestão do esporte “Doping” • “Fair play” • Abuso de poder em equipes esportivas • Corrupção em entidades de administração • Modificação genética de atletas
Finanças do esporte	• Estimativas acerca da indústria do esporte • Retorno sobre investimento em equipes/eventos • Custos/receitas de construção de arenas • Custos/receitas de eventos • Custos/receitas para manter equipes esportivas
Comunicação e esporte	• Mídia esportiva • Acordo de transmissão de eventos esportivos • Retorno de imagem • Redes sociais e promoção do esporte • Publicidade e propaganda de produtos esportivos
Aspectos socioculturais	• Impacto de megaeventos esportivos • Turismo esportivo • Diversidade e gestão do esporte • Esporte fantasia

Fonte: CSMA, 2010.

Todas as colaborações destes autores corroboram com a ideia de que, mesmo muito ampla e de necessidades multidisciplinares, a formação dos gestores do desporto (em nível básico ou pós-graduações) precisa de uma diretriz universal, para que as adaptações requeridas por cada região não se tornem “linguagens” diferenciadas de uma proposta organizativa universal.

Nesse ensejo, em 1993, duas associações norte-americanas pioneiras no estudo da gestão desportiva – a *National Association for Sport & Physical Education* (NASPE) e a *North American Society for Sport Management* (NASSM), se uniram para definir uma estrutura básica de conhecimentos a serem transmitidos aos estudantes da gestão do esporte; do que resultou em dez áreas centrais para o currículo de formação, a nível de graduação, do gestor esportivo (NASPE-NASSM Join Task Force on Sport Management Curriculum and Accreditation, 1993):

1. *Dimensões Comportamentais no Esporte;*
2. *Competências de Gestão e Organizacionais no Esporte;*
3. *Ética na Gestão do Esporte;*
4. *Marketing no Esporte;*
5. *Comunicação no Esporte;*
6. *Finanças no Esporte;*
7. *Economia no Esporte;*
8. *Aspectos Legais do Esporte;*
9. *Governança no Esporte;*
10. *Experiência de Campo na Gestão do Esporte.*

Da mesma forma, e seguindo as necessidades e evolução da formação de gestores voltados para a área desportiva, a Europa, através do *Sport Management Reserch Group* (SMRG), da *Association for Sport Management* (EASM) e da *Aligning a European Higher Education Struture in Sport Science* (AEHESIS), no início do século XXI, começa a trabalhar um currículo unificado de formação em gestão desportiva, apresentando como base curricular a seguinte estrutura (Cingiene *et al.*, 2006):

1. *Fundamentos da Gestão Esportiva;*
2. *Fundamentos de Marketing Esportivo;*
3. *Fundamentos de Economia do Esporte;*
4. *Recursos Humanos em Organizações Esportivas;*
5. *Gestão de Eventos;*
6. *Teoria Organizacional;*
7. *Esportes Internacionais;*
8. *Negócio Esportivo;*
9. *Sociologia e Ética no Esporte;*
10. *Gestão de Instalações;*
11. *Disciplinas eletivas conforme organização de atuação;*
12. *Estágio.*

Destas bases curriculares – EUA e Europa, pode-se perceber um tronco em comum, e a preocupação em trazer para a formação a visão sistêmica, conhecimentos interdisciplinares, competências e vivências necessárias para uma intervenção profissional eficaz e contextualizada no ambiente a ser inseridos.

Um dos estudos mais citados sobre currículos e programas de formação, foi realizado por Brassie (1989), e consistia em organizar a preparação de estudantes bacharéis e licenciados, tendo em vista suas carreiras na área de gestão do desporto. A utilização final dos resultados encontrados seria feita pelas instituições que preparavam os profissionais do desporto. Ao nível dos cursos de bacharelado identificaram-se 3 componentes básicas dos currículo: formação básica, áreas de atuação e experiências de campo. Na formação básica estariam incluídos conhecimentos de gestão, marketing, economia, contabilidade,

finanças e informática. Para preparação nas áreas de atuação, seriam necessárias a sociologia desportiva, a história do desporto, a filosofia do desporto, a psicologia do desporto, conhecimentos sobre mulheres no desporto, direito desportivo, economia desportiva, marketing e administração desportiva. A experiência de campo incluía aspetos de carácter prático. No caso das licenciaturas era necessário frequentar dois cursos em métodos de pesquisa e realizar um projeto ou uma tese. Seria possível ainda a realização de cursos avançados numa das seguintes áreas: direito desportivo, economia do desporto, marketing do desporto, administração do desporto, concepção de instalações e gestão de eventos desportivos. Na licenciatura também estariam contempladas as aplicações práticas, através das experiências de campo.

Tais estudos e alguns outros de grande relevância, foram elencados na revisão sistemática sobre pesquisas a respeito das competências do gestor desportivo realizada por Joaquim (2010). A autora elencou 24 estudos empíricos internacionais de contextos distintos na área da gestão do desporto designadamente a respeito dos contextos profissionais. Dentre os resultados da pesquisa, Joaquim (2010) destacou a supremacia de investigações na América do Norte justificada pelo interesse demonstrado na gestão dos negócios no âmbito do desporto, principalmente ao nível das ligas profissionais, universitárias e intercolegiais.

Hatfield, Wrenn & Bretting (1987) realizaram um estudo sobre as responsabilidades dos diretores desportivos universitários (NCAA - National Collegiate Athletic Association) comparadas às dos gestores do desporto profissionais. Três pontos de investigação foram utilizados para fazer um estudo comparativo entre as diretorias: os perfis demográficos, os educacionais e as experiências anteriores dos gestores desportivos profissionais e dos diretores desportivos. Dentre eles, destacamos aqui a comparação de cursos considerados relevantes para a formação desses profissionais. A comunicação oral, as relações públicas e o marketing foram pontos em comum entre os dois grupos. Afora estas, discordam, os gestores desportivos consideraram ainda o direito desportivo/empresarial e as relações de trabalho; já os diretores desportivos, complementariam a “formação ideal” com administração desportiva e empresarial.

O currículo europeu para a gestão desportiva, concentra-se na produção de conteúdos relacionados à profissão como um campo específico, além da organização do contexto de “Esporte para Todos”, que tem grande força na maioria das nações europeias. Segundo Mazzei & Bastos (2012, p.24), “o panorama do desenvolvimento desta área de conhecimento revela que os EUA, Canadá e todo o continente europeu estão consideravelmente um estágio à frente em relação ao restante do Globo”. Estes mesmos autores informam ainda, que a difusão da produção científica na área, em termos internacionais, se deu, a partir de 1987 na América do Norte, de 1994, na Europa e de 1998 na Oceania, com a publicação de revistas científicas especializadas: *Journal of Sport Management*, 1983, *European Journal of Sport Management*, 1994 e *Sport Management Review*, 1998. Entretanto, supõe-se que a pesquisa na área da Gestão Desportiva desenvolveu-se, em âmbitos internacionais, a partir da década de 50, bem antes desses veículos de difusão.

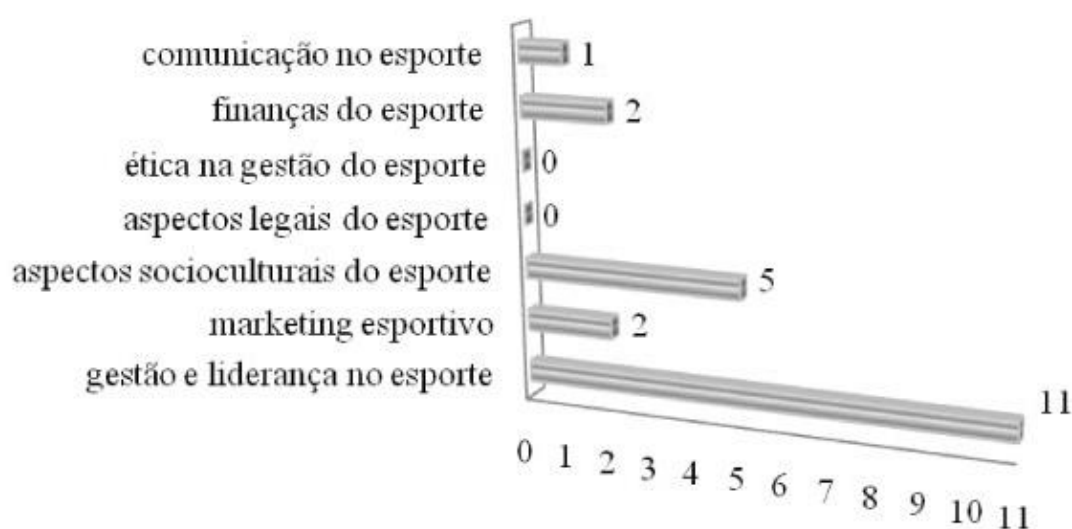
Em meados da década de 50, os países do Primeiro Mundo passaram a entender a necessidade de estudar e desmistificar a Gestão do Desporto. Em 1968 foi criado, na América do Norte, o primeiro curso regular em “Administração Esportiva”. A partir daí, tanto nos EUA como no Canadá, foram instituídos diversos cursos de graduação específicos em Gestão do Esporte, o que exigia cada vez mais docentes especializados para lecionar na formação acadêmica desta área.

Na Europa, também a partir da metade do século XX, diversos profissionais que se dedicaram à gestão de suas funções como professores de educação física ou profissionais do esporte, e acompanhando as tendências relacionadas às políticas públicas da Educação Física e Esportes, passaram a trabalhar na formação de outros graduados interessados na melhor administração de seus recursos.

“A expansão de cursos de graduação em Gestão do Esporte nos EUA e em países europeus também se dá em países da Ásia e principalmente da Oceania. Da mesma forma cresce o número de programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) da área no contexto internacional. Não por acaso diversos profissionais que atuam com formação e pesquisa em Gestão do Esporte no Brasil buscaram conhecimentos em países da Europa e da América do Norte”. (BASTOS E MAZZEI, 2012, p.29).

Essa retrospectiva comprova que o Brasil está a “correr atrás”, caminhando a passos lentos na evolução do ensino e da pesquisa em GD. Algumas premissas da gestão como antecipar-se e conhecer o ambiente não parecem estar sendo levadas em conta. Não se pode preparar os alunos, futuros gestores para a situação atual da gestão esportiva. Se os currículos não forem flexíveis e contemporâneos, estaremos sempre a olhar estudos mais desenvolvidos “pelas costas”. Alunos sendo formatados e não preparados para assumir desafios; gestores técnicos habilitados para o imediato e para a estabilidade, e não para as constantes mudanças sociais e de mercado. “Formar para o atual mercado de trabalho é em última instância, formar para o desemprego”(GARCIA & LEMOS, 2005). E como os estudos caminham com a necessidade local, no Brasil as linhas de pesquisa desenvolvidas pelos grupos de pesquisa estão concentradas na sua maioria na subárea gestão e liderança (Figura 3); do mesmo estudo, não se percebe uma quantidade relevante de pesquisa concentrados em ética e em aspectos legais do esporte. E, como os estudos no Brasil ainda são incipientes na área de gestão do esporte, mesmo as linhas de pesquisa que vêm sendo investigadas ainda apresentam bastante potencial para desenvolvimento (ROCHA & BASTOS, 2011).

Figura 3: Classificação das linhas de pesquisa de grupos brasileiros (CNPq), segundo áreas de estudo da gestão do esporte



Fonte: CSMA, 2010.

No campo dos aspectos socioculturais do esporte - segunda linha de pesquisa mais solicitada entre os pesquisadores brasileiros, percebe-se um alinhamento com a expansão do desporto nos últimos anos. Alguns autores²³ relacionam este panorama com as necessidades sociais - a teoria das trocas sociais. Essa teoria tem sido usada para investigações relativas ao suporte de megaeventos esportivos que demandam grande investimento da comunidade local. Segundo a teoria das trocas sociais, os cidadãos de uma determinada região tendem a apoiar a realização de megaeventos se eles percebem que o legado decorrente do evento lhes seja favorável. Por exemplo, se os moradores locais percebem que sediar uma edição da Copa do Mundo pode aumentar o número de empregos na região, então eles apoiarão a realização do evento.

Seguindo com as linhas mais pesquisadas no Brasil, um estudo realizado a partir de 1999, sobre a produção de monografias de conclusão de curso em esporte, destaca a evolução do número de trabalhos relacionados à área de “marketing” e a tendência de crescimento no interesse em áreas como legislação e comunicação esportiva (BARTOLETTI & BASTOS, 2010).

Dentre as perspectivas gerais da gestão desportiva no Brasil, está a qualificação do profissional de educação física que tem por obrigação saber lidar com os fatores que estão sempre interferindo na administração dos fazeres desportivos. Como afirma Capinussú (2002):

Essencialmente, ser administrador desportivo significa saber trabalhar coordenadamente com as autoridades políticas; sabe criar as condições e ocasiões para competições de grande repercussão; saber se relacionar com o público; saber utilizar a imprensa e os meios informativos em geral de forma justa e adequada, tendo sempre presente os objetivos predeterminados e as necessidades da parte técnicas (Capinussú, 2002, p.83).

Portanto, espera-se que um gestor desportivo tenha pleno conhecimento das ações que devem ser realizadas, estando disposto também, a reestruturar constantemente as áreas de conhecimento que envolvem a gestão do desporto. Mais uma vez, remete-se à ideia inicial do estudo multidisciplinar que envolva a pesquisa e a prática profissional, para que esses gestores colaborem efetivamente com as necessidades requeridas.

²³ Autores como BLAU (1964) e EMERSON (1976) in ROCHA & BASTOS (2011).

Este referencial transcorreu em torno das elucubrações a respeito do ensino da gestão do desporto enquanto conteúdo na formação de profissionais de educação física em Manaus. A pesquisa documental apresentada a seguir, pautou-se no mesmo caminho, caminhando ambas ao encontro dos objetivos formulados em torno desta investigação.

III METODOLOGIA

O método de uma pesquisa, segundo Richardson *et al.* (2007, p.22) é “o caminho ou a maneira empregada para chegar a determinado fim ou objetivo”, neste sentido, o presente capítulo apresenta os procedimentos utilizados para responder ao problema e aos objetivos da pesquisa.

Conforme argumenta Vergara (2009), a coleta e o tratamento dos dados devem estar adequados e correlacionados aos objetivos da pesquisa. Por ser uma pesquisa de cunho documental, percorreu-se o caminho de análise de ementas e currículos, apresentados pelas próprias IES.

A coleta documental ocorreu entre os meses de agosto e novembro de 2017, com visitas às secretarias e bibliotecas das IES investigadas, excetuando-se uma delas, na qual a investigação foi realizada no site de matrículas.

1. Caracterização da pesquisa

A partir da necessidade de se compreender o ensino da gestão desportiva nos cursos de formação básica em Educação Física, mais especificamente no contexto regional da capital do Estado do Amazonas – e da falta de estudos neste sentido, faz com que o presente estudo possa ser entendido como exploratório com abordagem mista – qualitativa e quantitativa (RICHARDSON *et al.*, 2007). Tashakkori e Teddlie (1998) referem-se a estudos em que as técnicas quantitativas e qualitativas são usadas sequencialmente ou paralelamente, indicando como a análise quantitativa permite identificar sujeitos para um estudo qualitativo, e como é que entrevistas qualitativas podem fornecer elementos adicionais a processos identificados através de análise quantitativa.

O procedimento técnico utilizado foi a pesquisa documental, sujeita a análise do conteúdo e estatística descritiva, para análise de estruturas curriculares, trabalhos de conclusão e estágios na área da gestão desportiva dos Cursos de Educação Física de instituições de Ensino Superior da Cidade de Manaus. Concomitante a esse entendimento, a pesquisa pôde, ainda, ser percebida como descritiva (VERGARA, 2009), na medida em que descreveu características dos documentos e realidades investigados.

Ainda que possa ser considerado como exploratório e descritivo, o estudo é entendido, igualmente, como explicativo, pois implicitamente buscou compreender a respeito de fatores afetos à formação, à investigação, estágios para gestores esportivos e ao próprio contexto geral da gestão esportiva brasileira (RICHARDSON *et al.*, 2007; VERGARA, 2009).

A amostra é caracterizada como não-aleatória, estratificada e justificadamente por escolha intencional ou por julgamento - "a característica chave da amostragem por julgamento é que os elementos da população são selecionados intencionalmente. Esta seleção é feita considerando que a amostra poderá oferecer as contribuições solicitadas." (CHURCHILL, 2013).

O critério de inclusão foi determinado a partir da natureza dos cursos de graduação em educação física na cidade de Manaus – Bacharelados presenciais e/ou semipresenciais. Os critérios de exclusão foram atribuídos seguindo a mesma lógica, abstraindo-se então deste estudo, os cursos em EAD (Ensino à Distância) e as licenciaturas em educação física.

Essa investigação de natureza mista (qualitativa e quantitativa), permite uma análise lógica de interpretação de dados em perspectivas parciais para a compreensão das partes. A pesquisa quantitativa considerou os dados qualificados, traduzindo em números, as informações que foram classificadas e analisadas.

Salientamos ainda, que esta pesquisa em cursos de Educação Física na cidade de Manaus, foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (Sistema CONEP/Plataforma Brasil) sob parecer n. 2280208/2017.

2. Caracterização da amostra

Apresenta-se uma amostra intencional, sendo constituída de cursos para formação superior em Educação Física ofertados na modalidade Graduação (Bacharelado) em Instituições de Ensino Superior públicas e privadas da cidade de Manaus. Foram excluídos da pesquisa os cursos com habilitação em Licenciatura, por não apresentarem dentro de sua grade curricular, qualquer alusão ou intenção com a formação de profissionais para a gestão do desporto. Os cursos EAD, a princípio estariam inseridos mas, ao início da coleta verificou-se que o universo de IES que oferecem a graduação em Educação Física é, além de muito variável, amplo; como esta pesquisa pretende entender a gestão desportiva nos cursos em Manaus, abranger todas as universidades, de estados brasileiros diferenciados, que não possuem sequer uma secretaria local, requer um estudo específico de caso.

Para conhecer-se a amostra, buscou-se nos registros do CREF8²⁴ e do MEC, todas as IES cadastradas e autorizadas a oferecer a formação superior em Educação Física (Quadro 6). Aqui, serão chamadas IES – Instituição de Ensino Superior – as Faculdades, os Centros Universitários e as Universidades²⁵.

²⁴ Do sistema de Conselhos Regionais de Educação Física, o CREF8 abrange os estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima.

²⁵ As instituições são credenciadas originalmente como faculdades. São centros universitários as instituições de ensino superior pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar. As universidades se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão; são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano. (Ministério de Educação e Cultura do Brasil).

Quadro 6: Cursos de Formação em Educação Física disponíveis em Manaus

Instituição	Curso Oferecido em Manaus	Modalidade
Universidade Federal do Amazonas/UFAM	Licenciatura	Presencial
Universidade Federal do Amazonas/UFAM	Licenciatura	À distância
Universidade Federal do Amazonas/UFAM	Bacharelado em Promoção da Saúde e Lazer	Presencial
Universidade Federal do Amazonas/UFAM	Bacharelado em Treinamento Esportivo	Presencial
Universidade de Uberaba/UNIUBE	Licenciatura	À distância
Universidade Cruzeiro do Sul/UNICSUL	Licenciatura	À distância
Universidade Pitágoras/UNOPAR	Licenciatura	À distância
Universidade Pitágoras/UNOPAR	Bacharelado	À distância
Universidade Brasil	Licenciatura	À distância
Universidade Brasil	Bacharelado	À distância
Universidade Paulista/UNIP	Licenciatura	Presencial
Universidade Paulista/UNIP	Bacharelado	Presencial
Universidade Salgado de Oliveira/UNIVERSO	Licenciatura	À distância
Universidade Nilton Lins/UNINILTON LINS	Licenciatura	Presencial
Universidade Nilton Lins/UNINILTON LINS	Bacharelado	Presencial
Universidade Anhanguera/UNIDERP	Licenciatura	À distância
Universidade Anhanguera/UNIDERP	Bacharelado	À distância
Universidade do Estado do Amazonas/UEA	Licenciatura	Presencial
Universidade do Estado do Amazonas/UEA	Bacharelado	Presencial
Faculdade Estácio do Amazonas	Bacharelado	Presencial
Faculdade Estácio do Amazonas	Licenciatura	Presencial
Faculdade La Salle	Licenciatura	Presencial
Faculdade Uninassau Manaus	Bacharelado	Presencial
Centro Universitário Claretiano/CEUCLAR	Licenciatura	À distância
Centro Universitário Claretiano/CEUCLAR	Bacharelado	À distância
Centro Universitário de Maringá/UNICESUMAR	Licenciatura	À distância
Centro Universitário de Maringá/UNICESUMAR	Bacharelado	À distância
Centro Universitário do Norte/UNINORTE	Licenciatura	Presencial
Centro Universitário do Norte/UNINORTE	Bacharelado	Presencial
Centro Universitário Leonardo da Vinci UNIASSELVI	Bacharelado	Semipresencial
Centro Universitário Leonardo da Vinci UNIASSELVI	Licenciatura	Semipresencial
Centro Universitário Internacional/UNINTER	Bacharelado	À distância
Centro Universitário Internacional/UNINTER	Licenciatura	À distância
Centro Universitário Maurício de Nassau de Maceió	Licenciatura	À distância
Centro Universitário IBTA	Licenciatura	À distância
Centro Universitário CEUNI-FAMETRO	Licenciatura	Presencial
Centro Universitário CEUNI-FAMETRO	Bacharelado	Presencial
Centro Universitário FACVEST/UNIFACVEST	Licenciatura	À distância

Fonte: Adaptado de Sistema e-MEC (Ministério da Educação e Cultura no Brasil), 2018.

Dentro da amostra total obtida – 38 (trinta e oito) cursos entre licenciaturas e bacharelados, presenciais e à distância – somente 10 (dez) cursos atenderam os critérios de exclusão previstos. Quanto ao critério modalidade, somente 17 (dezessete) cursos são presenciais e 02 (dois) semipresenciais, totalizando 19

(dezenove) cursos selecionados. Neste universo, aplicando o crivo dos Bacharelados, somente 10 (dez) dos 19 (dezenove) presenciais, foram selecionados para as análises objetivadas nesta pesquisa.

Com a amostra definida, fizeram-se necessárias outras subseções de classificações para as IES investigadas, uma vez que não apresentam as mesmas características quanto ao tempo de aprovação de curso e principalmente, se possuem alunos finalistas ou já graduados. Optou-se por conhecer 100% da amostra ainda que mescladas aquelas que oferecem a graduação de modo presencial com as instituições que a desenvolvem de forma semipresencial, para formar profissionais. Além dos dois requisitos classificatórios já descritos (ciclo concluído e forma de ensino), a amostra foi também descrita quanto à natureza da IES – pública ou privada.

A partir do Quadro 7, utilizaremos a numeração da primeira coluna e/ou as abreviaturas dos nomes das IES para identificá-las nesta pesquisa, de forma a facilitar os resultados comparativos dentre as diferentes classificações e subgrupos, em acordo com as características específicas de cada uma.

Quadro 7: Visão geral dos cursos investigados

	Curso	Instituição de Ensino Superior	Características
01	Bacharelado em Promoção da Saúde e Lazer	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Pública, presencial, turmas formadas
02	Bacharelado em Treinamento Esportivo	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Pública, presencial, turmas formadas
03	Graduação Plena em Educação Física	Universidade Paulista (UNIP)	Particular, presencial, turmas formadas
04	Educação Física Bacharelado	Universidade Nilton Lins (UNINILTON LINS)	Particular, presencial, turmas em formação
05	Bacharelado em Educação Física	Faculdade Estácio do Amazonas	Particular, presencial, turmas em formação
06	Bacharelado em Educação Física	Centro Universitário do Norte (UNINORTE)	Particular, presencial, turmas em formação
07	Educação Física Bacharelado	Universidade Maurício de Nassau (UNINASSAU)	Particular, presencial, turmas em formação
08	Educação Física Bacharelado	Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI)	Particular, semipresencial, turmas em formação
09	Bacharelado em Educação Física	Centro Universitário CEUNI-FAMETRO	Particular, presencial, turmas em formação
10	Graduação Plena	Universidade do Estado do Amazonas (UEA)	Pública, presencial, turmas em formação

Entendendo, conforme Bordenave e Pereira (1985), que a formação poderia ser investigada à luz de diferentes perspectivas, optou-se por estudá-la a partir dos currículos dos cursos investigados, das disciplinas de gestão, da descrição das unidades curriculares, trabalhos de conclusão de curso e relatórios de estágio.

2. Limitações da pesquisa

Para além das questões metodológicas acima descritas, esta pesquisa, dentro de suas características próprias, apresenta limitações.

Os resultados expostos, não representam a integralidade da formação em Educação Física nos cursos investigados, isto é, apresentam um panorama parcial da formação, em um estudo específico da inserção da gestão desportiva na construção da carreira profissional.

Mais especificamente sobre alguns dos principais documentos analisados, as grades curriculares e seu conteúdo, podem estar em processo de mudança, ou simplesmente não retratar os assuntos explorados no interior das salas e da forma como cada professor, em cada IES, conduz as disciplinas investigadas. Ou seja, apresentar um currículo bem construído não significa que na realidade do dia a dia o processo formativo aconteça de forma fidedigna ao planejado.

Outra questão a ser pontuada é o fato de que os cursos encontram-se em momentos diferentes, tendo alguns deles pelo menos 05 turmas formadas, enquanto outros estão ainda em processo de formação dos primeiros profissionais à sua égide. Isto incorre em falta de documentos para comparação de algumas variáveis como a ausência de trabalhos de conclusão e relatórios de estágio.

Ainda assim, esta pesquisa pode contribuir como referência a outras que se relacionem com a temática e a região investigada, e apresenta dentro do contexto objetivado, resultados obtidos a rigor metodológico – discutidos a seguir.

IV APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Os resultados a seguir apresentados são relativos à coleta de informações documentais dos cursos de formação em Educação Física na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas. Tais resultados estão segmentados conforme os documentos observados – currículos, disciplinas, conteúdo programático, relação de TC's e relatórios de estágios – e, em observância às classificações definidas para as IES's.

1. Apresentação dos resultados

Para apresentar os dados obtidos, inicialmente se faz necessário compreender o cenário onde se deu a coleta – as instituições de ensino superior que ofertam o curso de graduação/bacharelado em Educação Física em Manaus. E assim sendo, entre as 3 subcategorias de classificação temos relacionadas as 10 instituições investigadas (quadro 8):

Quadro 8: Instituições de Ensino Superior quanto a turmas graduadas

QUANTO AO TEMPO EM QUE O CURSO É DISPONIBILIZADO:	
Já possui turmas graduadas	Primeira turma ainda não graduada
01/UFAM	04/UniNilton Lins
02/UFAM	05/Faculdade Estácio de Sá
03/UNIP	06/UNINORTE
	07/UNINASSAU
	08/UNIASSELVI
	09/CEUNI-FAMETRO
	10/UEA

O quadro 8 retrata o universo de coleta para alguns dos documentos analisados. Toda a coluna da direita, referente às IES que ainda não possuem nenhuma turma graduada, ou seja, que tem o curso disponibilizado a um tempo inferior a 4 anos, não possuem relação de TC's e relatórios de estágio de conclusão de curso. Sendo assim, nestes dois elementos/documentos, somente 03 (três) cursos podem aqui, apresentar resultados. Vale ressaltar que 02 (dois) dos 03 (três) cursos acima descritos pertencem a uma mesma instituição – UFAM.

Em relação às instituições que já formaram profissionais, obtivemos documentação referente a 03 anos letivos (2015-2017) para apresentar resultados dos Cursos 01 e 02; e 04 anos letivos (2014-2017) documentados pelo Curso 03. Para estes períodos, obtivemos os seguintes resultados (Quadro 9) numa correlação da área da gestão com as demais áreas do curso entre pesquisas de conclusão e áreas de estágio:

Quadro 9: Pesquisas e estágios na área da gestão e demais áreas

Curso	Total de alunos informados	Área da Gestão Desportiva		Demais áreas	
		TC	Estágio	TC	Estágio
01	23	03	23	20	23
02	32	03	32	29	32
03	91	04	02	36	89

No curso aqui descrito como 01 – Bacharelado em Promoção da Saúde e Lazer, os resultados representam a escolha da própria instituição com relação à gestão. Neste caso, todos os alunos matriculados na disciplina “Estágio Supervisionado”, obrigatória para obtenção de grau acadêmico, passam por quatro áreas previstas no Projeto Pedagógico do curso, a saber: atividades com a terceira idade (105h), populações com deficiência (105h), academia (105h) e gestão do lazer (105h), perfazendo um total de 420h de estágio. Assim sendo, todos os alunos que concluíram o curso neste período, foram submetidos à uma experiência prática no campo da gestão.

Da mesma forma, para o curso 02 – Bacharelado em Treinamento Esportivo, da mesma instituição, todos os alunos concluintes foram submetidos a uma etapa de estágio relacionada à área da gestão. Isto porque, são previstos, do total de 420h de estágio supervisionado, 105h para esportes coletivos, 105h para esportes individuais, 105h para esportes de aventura e 105h para gestão esportiva.

Para ambos os casos e se tratando da mesma IES, é previsto no Projeto Pedagógico que o Estágio Supervisionado deve ser realizado em Instituições publicamente reconhecidas e devidamente escolhidas (selecionadas) pelo professor responsável pela turma do Estágio de comum acordo com os alunos sob sua responsabilidade.

Há que se pontuar aqui, que nesta IES, de onde dois cursos de graduação/bacharelado em EF foram pesquisados, o regime é público; e que, durante este período de tempo analisado, os cursos sofreram atrasos de dois períodos semestrais (totalizando um ano letivo) por paralisação de greve de funcionários e/ou professores.

O curso 03 – Graduação Plena em Educação Física – de uma outra instituição, neste caso particular/privada, apresenta um outro panorama, possivelmente por deixar a escolha do campo de atuação do estágio a cargo do aluno. A instituição também apresenta em seu Projeto Pedagógico a disciplina “Estágio Supervisionado” como unidade curricular obrigatória, e carga horária total de 400h. Este total de horas deve estar dividido nos campos da Saúde, Esporte e/ou Lazer, sendo obrigatório contemplar, pelo menos, duas destas áreas ou duas modalidades em uma única área. A instituição disponibiliza na própria página acadêmica (via *web*) cartas de credenciamento e fichas de frequência, para que o aluno providencie um local para cumprir suas horas obrigatórias de estágio e só após credenciar-se, apresentar a documentação para o professor supervisor e secretaria do curso.

Outra informação que achamos importante destacar, apesar de não entrar na discussão de dados coletados²⁶, o curso de Bacharelado 05 – da Faculdade Estácio de Sá, apresenta em seu Projeto Pedagógico a disciplina “Prática Profissional” (com um total de 410h) como campo de estágio, organizada sob as seguintes perspectivas temáticas:

- ✓ *Ética Profissional em Educação Física: Responsabilidade e Ética Profissional e intervenção profissional em Educação Física; Habilidades e Competências pertinentes ao Profissional de Educação Física.*
- ✓ *Desenvolvimento das Competências Pessoais e Profissionais: Desenvolvimento e aplicação das Competências Pessoais e Profissionais inerentes ao exercício profissional em Educação Física demandadas pelo mercado de trabalho e desenvolvimento do pensamento e ações empreendedoras nas diferentes possibilidades de atuação do Profissional de Educação Física.*

²⁶ Pela recente formalização, o curso não teve nenhuma turma matriculada na disciplina até a data limite de coleta de dados – Dezembro/2017.

- ✓ *Noções Básicas de Gestão: Desenvolvimento e aplicação dos Conhecimentos Essenciais relacionados à Prática da Gestão nos diferentes segmentos do mercado de trabalho em Educação Física; Competências inerentes ao Planejamento, Organização, Execução, Controle e Avaliação dos processos de gestão nos diferentes tipos de organizações (públicas, privadas, governamentais, ONGs, filantrópicas, nacionais e multinacionais).*
- ✓ *Temas Contemporâneos: Cultura geral e transversal - Perspectivas críticas, integradoras e construtivas de conhecimentos e temas importantes para a realidade contemporânea; Temas que transcendem o próprio ambiente e conteúdo específico da formação.*

Como houve a possibilidade de acesso a quase totalidade de Projetos Pedagógicos de cursos de bacharelado em Educação Física de Manaus, é possível perceber que, para futuras pesquisas, este curso promoverá grande parte de seu estágio na área da gestão. Por tal motivo, apresenta-se aqui estes dados, ainda que para esta pesquisa esteja entre os critérios de exclusão.

Quanto à pesquisa por trabalhos de conclusão de curso – TCC ou simplesmente TC – intencionalmente buscava-se a relação entre quantidade de disciplinas curriculares na área da gestão e produções finais, o que, com o pouco material coletado, verificou-se não haver relação. Os motivos da pouca produção em TC's na área da gestão não fazem parte desta pesquisa, mas aqui são evidenciados. Entre os 10 (dez) cursos pesquisados, somente 03 (três) poderiam apresentar documentos - pois tinham alunos já graduados. Como dois, entre os três cursos analisados, pertencem à mesma instituição, e ainda que sejam cursos distintos e com coordenações, professores e matrizes diferenciadas, apresentam alunos com perfis semelhantes, quanto à escolaridade, classe econômica e social, média etária e estímulo à pesquisa, os dados ficam mais frágeis, ainda que fidedignos.

Pela análise, o curso 03 possui produção de TC's na área da gestão do desporto muito inferior que os cursos 01 e 02 (quanto ao total de alunos informados). De acordo com os documentos analisados, o Curso 01 apresentou somente 03 (três) trabalhos de conclusão na área da gestão; o Curso 02, exibe o mesmo resultado – 03 (três) trabalhos de conclusão; e o Curso 03, que informou maior quantidade de alunos formados e com base em um espaço de tempo maior de coleta, retrata somente um trabalho a mais. Esse universo de 10

(dez) produções na área da gestão desportiva dão indícios as tendências de pesquisa nas IES (Quadro 10):

Quadro 10: Relação de pesquisas em Trabalhos de Conclusão na área da Gestão Desportiva

CURSO	TÍTULO DA MONOGRAFIA
01	• “Novos usos de espaços públicos para o lazer: aula de ginástica aeróbica em uma rua da zona norte de Manaus” • “Formação em Educação Física para o SUS” • “Registros das experiências no estágio supervisionado (Bacharelado de Educação Física em Promoção da Saúde e Lazer)”
02	• “Jogos Universitários da UFAM: História e organização” • “A Gestão Federativa e o Perfil dos Treinadores de Atletismo na Capital do Amazonas” • “O processo de formação de grupos de Esporte de Aventura: um estudo de caso a partir do Grupo Mapinguari Adventure em Manaus”
03	• “A prática da atividade física e uma análise diante dos serviços da academia e qualificação profissional” • “Gestão e Tendências nas academias de Manaus” • “Gestão de Academias” • “A implantação de um sistema de ginástica em uma academia de Manaus”

Com relação às disciplinas curriculares da área da gestão, apesar de uma diversidade de nomenclaturas utilizadas pelas instituições de ensino na identificação das disciplinas, percebeu-se que a maioria delas buscam significar um mesmo escopo de conhecimentos abrangidos nas matérias acadêmicas. “Gestão de eventos”, “planejamento de eventos” ou “organização de eventos” – por exemplo – são denominações de disciplinas identificadas em diferentes currículos de formação, mas que abordam, claramente, um mesmo objeto de estudo – os eventos. Apesar de muitas titulações entre as disciplinas das IES’s, grande parte resulta em conotações assemelhadas.

A observação dos currículos permitiu-nos identificar entre todas as disciplinas referentes à temática do estudo, a existência de cinco categorias de disciplinas relacionadas à área da gestão.

As categorias de disciplinas identificadas foram:

- (1) Gestão de ambientes do desporto;
- (2) Organização de eventos;
- (3) Marketing desportivo;
- (4) Empreendedorismo;
- (5) Aspectos legais do desporto;

Para compreensão desta divisão categórica de disciplinas, apresenta-se o Quadro 11, com a relação de todas as disciplinas da área da gestão encontradas nas grades curriculares dos 10 (dez) cursos pesquisados. A disposição das disciplinas entre os períodos acadêmicos é bem diferenciada, com certa tendência a apresentar as unidades curriculares de gestão, da metade para o final do curso. Observou-se também, muita variação na quantidade de disciplinas entre as grades curriculares dos diferentes cursos. Dentre os cursos analisados, constatou-se que 03 (três) deles oferecem apenas 02 (duas) disciplinas para todo o currículo, enquanto outro disponibiliza um eixo curricular formado por até 08 (oito) disciplinas e estágio obrigatório na área da gestão. Salienta-se que, entre todas as instituições, nenhuma deixou de apresentar em seu currículo disciplinas da área da gestão desportiva, mas somente 03 (três) delas exigem estágios obrigatórios na área.

Quadro 11: Relação das disciplinas da área da gestão desportiva por categoria

CATEGORIA	DISCIPLINA	CH	CR	CURSO
Gestão de ambientes do desporto	✓ Espaços e equipamentos de lazer;	60	4	01
	✓ Organização e gestão em academias;	60	4	01
	✓ Espaços e equipamentos esportivos;	60	4	02
	✓ Tópicos de atuação profissional;	40	2	03
	✓ Gestão dos espaços esportivos;	60	3	04
	✓ Gestão em serviços de saúde;	88	4	06
	✓ Organização e administração em Educação Física;	40	2	07
Organização de eventos	✓ Planejamento de eventos;	60	4	01
	✓ Planejamento e organização de eventos de lazer;	60	4	01
	✓ Planejamento de eventos;	60	4	02
	✓ Planejamento e organização de esportes de aventura;	60	4	02
	✓ Organização de campeonatos e eventos esportivos;	40	2	03
	✓ Planejamento e gestão de eventos em Educação física;	40	2	07
Marketing desportivo	✓ Comunicação e marketing esportivo;	60	4	02
	✓ Marketing esportivo	60	3	04
	✓ Marketing e organização de eventos esportivos;	66	3	06
	✓ Marketing esportivo;	40	2	07
Empreendedorismo	✓ Gestão de negócios e empreendedorismo;	60	4	01
	✓ Gestão de negócios e empreendedorismo;	60	4	02
	✓ Gestão e tendências em academias;	40	2	03
	✓ Empreendedorismo no esporte;	60	3	04
	✓ Gestão de negócios e projetos em Educação Física;	36	3	05
	✓ Empreendedorismo em atividade física e esportiva;	66	3	06
	✓ Tendências do esporte;	33	1,5	06
	✓ Empreendedorismo;	60	3	07
	✓ Desenvolvimento pessoal e empregabilidade;	60	3	07
	✓ Educação física em foco;			
	✓ Gestão e empreendedorismo em esportes e lazer;	40	2	08
		40	2	08
	✓ Gestão Empreendedora	60	3	09
Aspectos legais do desporto	✓ Políticas públicas para promoção da saúde, esporte e lazer;	60	4	01
	✓ Legislação e ética profissional;	60	4	01
	✓ Políticas públicas para promoção da saúde, esporte e lazer;	60	4	02
	✓ Ética na saúde;	80	4	05
	✓ Ética e profissionalismo;	33	1,5	06
	✓ Legislação e ética profissional;	40	2	07
	✓ Ética e cidadania;	60	3	07
	✓ Políticas públicas em Educação Física, Esportes e Lazer;	40	2	07
	✓ Políticas educacionais;	60	3	08
	✓ Filosofia e Ética	60	3	09
	✓ Legislação e ética em Educação Física	60	4	10
	✓ Estrutura e Organização do Ensino	30	2	10

O quadro 12 mostra a relação entre a carga horária total de curso e a quantidade de horas da soma de todas as suas disciplinas na área de Gestão, apresentadas no quadro 11.

Quadro 12: Carga horária por disciplina e total de curso

Curso/IES	Carga horária total	Quantidade de disciplinas no curso	Carga horária na área da gestão desportiva
01/UFAM	3.300h	07	420h
02/UFAM	3.300h	06	360h
03/UNIP	3.854h	03	120h
04/UNINILTON LINS	3.400h	03	180h
05/ESTÁCIO DE SÁ	3.288h	02	72h
06/UNINORTE	3.236h	05	286h
07/UNINASSAU	3.240h	08	380h
08/UNIASSELVI	3.400h	03	140h
09/CEUNI-FAMETRO	3.200h	02	120h
10/UEA	2.990h	02	90h

Ressalta-se neste quadro que, um outro fator a ser considerado são as horas/aula e créditos curriculares. As propostas curriculares com maior quantidade de disciplinas nem sempre estão proporcionalmente a oferecer a maior quantidade de horas em aulas.

Como já exposto, a análise quantitativa dos dados recolhidos, pode não retratar o ensino da gestão desportiva nas IES, mas revela a intenção, em seus projetos pedagógicos, de estudar e evidenciar a área. Discutiremos então, os dados aqui elencados e organizados, de forma a responder as inquietações que fundamentaram esta pesquisa, à luz do referencial selecionado.

2. Discussão dos resultados

A partir dos resultados apresentados, cabe uma análise das respostas obtidas, direcionadas as questões que permearam esta pesquisa.

O mapeamento documental da gestão desportiva nos cursos de graduação/bacharelado em educação física, demonstrou primeiramente, que 70% dos cursos são muito recentes, de forma que nem puderam contribuir com todos os documentos solicitados para a análise. Dos 10 (dez) cursos pesquisados, somente 03 (três) tinham pelo menos quatro anos de atividades (período mínimo para conclusão do curso no Brasil). Destes 03 (três) cursos, 02 (dois) são da mesma instituição, pública; o terceiro é ofertado por uma universidade particular.

Sem poder atestar com fidedignidade, constatamos que, conforme abordado no referencial teórico, a gestão desportiva vem se desenvolvendo no Brasil, e conseqüentemente em Manaus, e crescendo bastante nos últimos anos. Segundo uma pesquisa realizada por Rocha & Bastos (2011), o fato do país sediar megaeventos esportivos pode fomentar o desenvolvimento da gestão esportiva tanto como área de intervenção profissional, quanto como área acadêmica. E citam o exemplo da Austrália, que após sediar os Jogos Olímpicos de Sydney, em 2000, receberam outros grandes eventos esportivos devido à expertise adquirida com os jogos mundiais e principalmente, pelo grande crescimento de pesquisas e cursos na área de gestão após os mesmos.

Além disto, no ano de 2004, os cursos de formação em Educação Física foram reformulados estruturalmente, culminando a “divisão” da área em dois pontos de graduação – licenciaturas e bacharelados. Especificamente para a cidade pesquisada, Anchieta (2010) relacionou há oito anos, inclusive antes do acontecimento dos grandes eventos esportivos no Brasil e em Manaus, as disciplinas da área da gestão constantes nas grades curriculares dos cursos de formação em educação física no Amazonas, e assim apresentou:

Quadro 13: A gestão desportiva nos cursos de Educação Física no Amazonas.

Instituição	Disciplina gestão/administração	Carga Horária	Habilitação
UFAM	Organização e Administração da Educação Física e do Esporte	60h	Licenciatura e Bacharelado ²⁷
Nilton Lins	Organização e Administração da Educação Física	60h	Licenciatura Plena
ULBRA	Currículo e Gestão em Ambiente Educativo	136h	Licenciatura
UNIP	----	----	Licenciatura
Uninorte	Estrutura e Funcionamento do Ensino Básico Brasileiro	80h	Licenciatura
La Salle	Organização de Eventos Esportivos Escolares	51h	Licenciatura
UEA	Organização e Administração: Gestão e Empreendedorismo	45h	Licenciatura e Bacharelado ²⁸

Fonte: adaptado de ANCHIETA, 2010.

Comparativamente, com os dados recentemente obtidos, para os cursos de bacharelado aqui estudados, de 02 (dois) cursos presenciais, a cidade agora dispõe de 10 (dez). No quantitativo de disciplinas, em 2010 os cursos apresentavam um total de 02 (duas) unidades curriculares, e ao final de 2017, constatamos 41 (quarenta e uma) disciplinas para a mesma área de estudos. Consideramos um crescimento bastante expressivo em um espaço temporal relativamente curto – sete anos.

Os fatores deste crescimento não foram investigados nesta pesquisa, entretanto, pode-se inferir que a necessidade de dividir a antiga formação em licenciatura plena, junto à exponência da Educação Física gerada pelos grandes eventos acontecidos na cidade, contribuíram para tal salto.

²⁷ Grifo meu.

²⁸ Grifo meu.

Seguindo os objetivos de análise da pesquisa realizada, buscou-se apontar semelhanças e/ou divergências entre o que se estuda em Gestão nas IES pesquisadas e a base das grandes escolas de Gestão Desportiva do mundo. Segundo o referencial adotado pela CSMA (2010), a formação de gestores desportivos deve contemplar sete conteúdos principais: gestão e liderança no esporte, marketing esportivo, aspectos legais do esporte, ética na gestão do esporte, finanças do esporte, comunicação no esporte e aspectos socioculturais do esporte.

Comparativamente com os conteúdos adotados pela CSMA, as IES pesquisadas apresentaram, de uma forma geral, concordância com as tendências mundiais para estudo/formação na área da gestão desportiva. Na Figura 4, podemos identificar de que forma as disciplinas se aglutinam nos currículos investigados:



Figura 4: Distribuição de disciplinas por área de estudo da Gestão Desportiva nos cursos de Graduação em Educação Física em Manaus.

A Figura 4 apresenta a maior tendência dos cursos para contemplar as áreas de estudos “Empreendedorismo” e “Aspectos legais do desporto”; e como menos relevante, “Marketing Desportivo”. Os motivos e pré-requisitos utilizados para tal distribuição nos cursos não foram explorados por esta pesquisa, que objetivou especificamente, quantificar e descrever a presença ou ausência dos

conteúdos de gestão desportiva nos mesmos. A divisão nestas cinco categorias nas quais distribuímos as disciplinas investigadas, teve como base pesquisas anteriores como CSMA (2010), Bastos (2004), Mazzei & Bastos (2012), Cárdenas (2013), entre outras.

Ainda a respeito da discussão destes resultados com o direcionamento da CSMA, não encontramos nenhuma disciplina específica da área “Finanças do esporte” e analisando o conteúdo programático, nenhuma unidade curricular apontava estimativas acerca da indústria do esporte, retorno sobre investimentos de equipes ou eventos ou ainda, sobre estimar e calcular custos e receitas de instalações, eventos ou qualquer outro elemento voltado a indústria esportiva. Da mesma forma, a área “Comunicação no Esporte”, precisa ser mais valorizada dentro dos currículos acadêmicos de formação pois, somente 01 (uma) unidade curricular – denominada Comunicação e Marketing Esportivo (Curso 02) - apresentou conteúdo que contemple em relativo, a área citada.

Na correlação entre a distribuição destas áreas nos diferentes cursos investigados, conforme pode-se observar na Figura 05, somente 01 (um) curso – neste caso denominado Curso 02 – contempla todas as áreas de estudos selecionadas. No outro extremo, o Curso 10 apresenta unidades curriculares apenas para a área de Aspectos Legais do Desporto. Nenhuma das áreas está presente na totalidade dos cursos, sendo a mais frequente o Empreendedorismo Desportivo, que tem representação em 09 (nove) dos 10 (dez) cursos analisados.

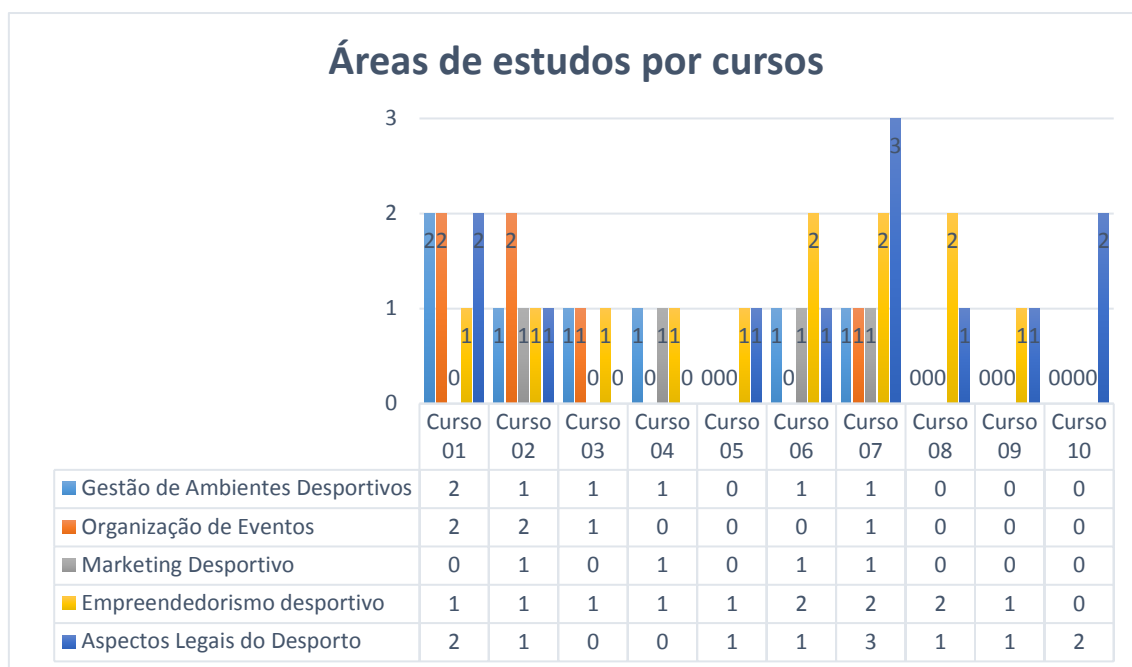


Figura 5: Distribuição das áreas de estudos por cursos.

A heterogeneidade de configurações das grades curriculares possibilita, também, identificar que determinados cursos começam a equilibrar muito mais os conteúdos curriculares obrigatórios. Segundo o Documento de Intervenção do Profissional de Educação Física, são 07 (sete) grandes áreas de intervenção: Regência/Docência em Educação Física, Treinamento Desportivo, Preparação Física, Avaliação Física, Recreação em Atividades Físicas, Orientação das Atividades Físicas e Gestão em Educação Física e Desporto. Dentro dessas possibilidades, há duas correlações com os dados quantificados: a disposição dos cursos em oferecer unidades curriculares que desenvolvam os conteúdos respectivos a cada uma delas e o interesse dos alunos em aplicar pesquisas e buscar estágios nestas áreas.

Assim, na Figura 6, podemos ver a correlação entre as cargas horárias totais de curso e as cargas horárias relativas às disciplinas na área da gestão desportiva:

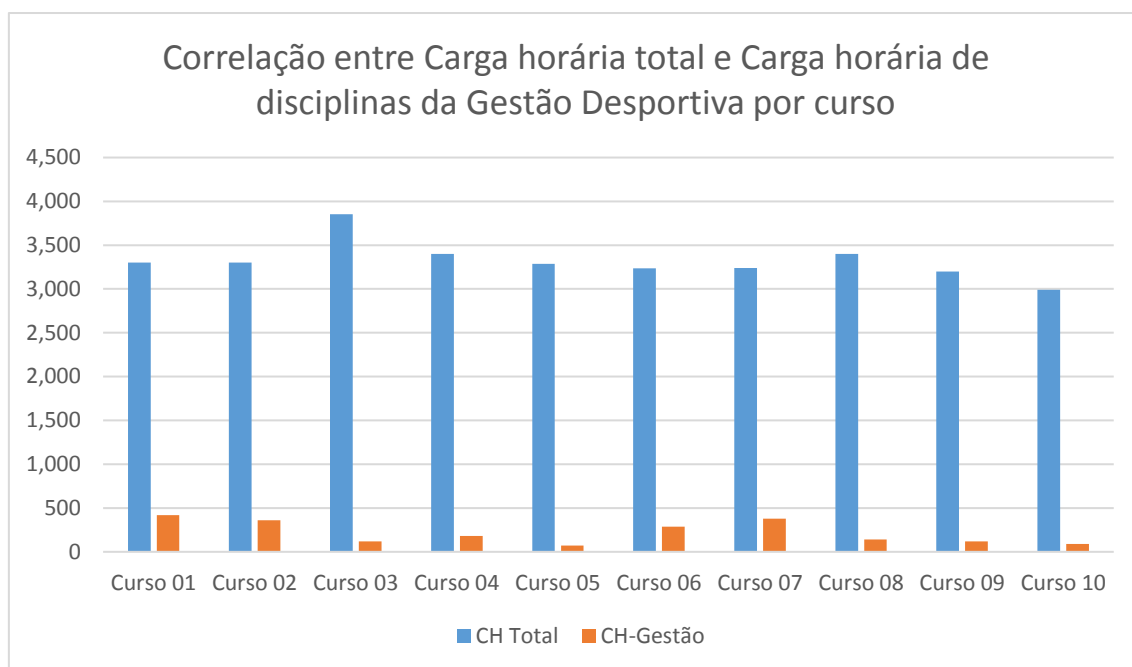


Figura 6: Comparação entre cargas horárias.

Ainda sobre as informações intrínsecas na Figura 6, temos o curso 05 (cinco) com menor quantidade de horas disponíveis ao estudo da gestão – apenas 72 horas; e o curso 01 (um) com a maior disponibilidade de horas - 420h – para os conteúdos da gestão desportiva.

Mudando o prisma da observação, de carga horária para unidades curriculares, temos uma diferença de resultados. O curso 05 (cinco), que apresenta menor carga horária para gestão, também é um, entre os 03 (três) cursos que apresentam a menor quantidade de unidades curriculares na área – somente 02 (duas); porém, o curso 07 (sete), apesar de não apresentar a maior carga horária em gestão, é o curso que possui maior quantidade de disciplinas na área entre todos os cursos analisados – 08 disciplinas.

Com relação aos estudos práticos ou atividades práticas na área da gestão, denominadas nos cursos examinados como estágios supervisionados ou estágios obrigatórios, também ressaltam as divergências na condução dos mesmos nas diferentes IES (Figura 7).

Conforme anteriormente apresentado, somente 03 (três) cursos puderam ser averiguados quanto aos estágios. Os cursos 01 (um) e 02 (dois) apresentaram um resultado muito alto na relação de alunos que cumpriram

estágio na área da gestão. Isto porque, nestes dois cursos, o estágio na área é obrigatório. Portanto, todos os alunos que colaram grau nestes cursos, cumpriram pelo menos 105h de estágio obrigatório na área da gestão, ou seja, nestes cursos, 100% dos alunos cumpriram estágio na área.

O curso 03 (três), diferentemente, permite que o aluno escolha duas, dentre quatro áreas da educação física, para cumprir estágio. Neste caso, temos um pouco mais de 2% do total investigado como resultado quantitativo de estágios na área (Figura 7). E ainda que não seja a proposta desta pesquisa investigar os motivos pelos quais os alunos se encontrem desencorajados a cumprir estágio na área, ao verificar os documentos apresentados pela IES, percebeu-se que a relação de estabelecimentos com convênios para cumprir o estágio na modalidade gestão esportiva, é bem menor que das demais modalidades, podendo, ou não, ser este o motivo de tão baixa quantidade apresentada.

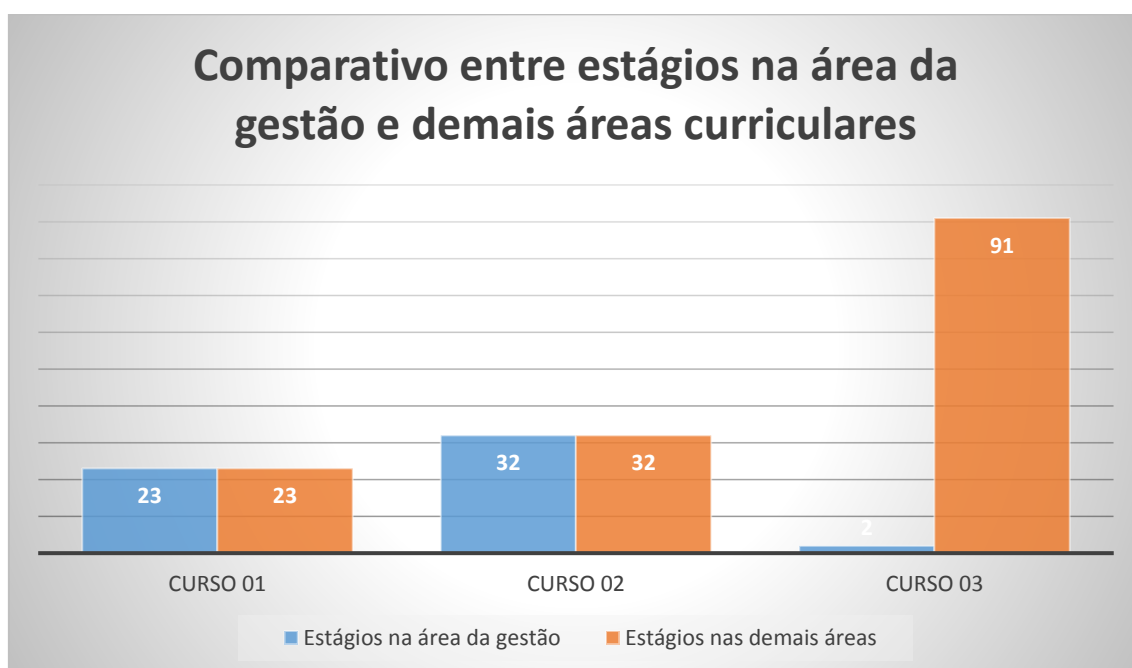


Figura 7: Comparativo entre estágios na área da gestão desportiva e demais áreas curriculares.

Sendo o estágio um “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de

educação superior” (BRASIL, 2008), acredita-se como um indicador das intenções de intervenção profissional. O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, e visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, oportunizando o aluno adquirir experiências práticas para o breve fazer profissional. Com base no exposto e a partir dos dados recolhidos nas IES, podemos inferir que poucos alunos se interessam pela intervenção profissional na área da gestão desportiva ou não estão cumprindo estágio objetivando o desenvolvimento para o trabalho.

Considera-se importante explicar ainda, alguns pormenores para que as conclusões sobre estas constatações não sejam equivocadas. O que se vê na leitura dos dados é que o Curso 01 (um), apresenta 07 (sete) disciplinas na área da gestão - a maior carga horária de estudos na área - e estágio obrigatório na área. Uma consistência que se esvai quanto ao número de produções/monografias de conclusão de curso na área; pois, dos três anos informados (2015-2017), este curso apresentou somente 03 (três) trabalhos de conclusão na área da gestão, uma média de um trabalho por ano, considerado muito baixo para toda a atenção que a gestão tem dentro do currículo do curso.

O Curso 02 (dois) apresenta características semelhantes: 06 (seis) unidades curriculares, 360 horas voltadas ao estudo da área da gestão e estágio obrigatório na área. A documentação apresentada, para monografias na área da gestão desportiva, indicou somente 03 (três) trabalhos de conclusão no mesmo período (Figura 8).

A sondagem do Curso 03 (três), apresentou somente 03 (três) unidades curriculares na grade, totalizando 120 horas de conteúdos na área, e com quantidades de estágio na área inferiores a 3%. Da mesma forma, este curso produziu pouco na área da gestão – somente quatro monografias (Figura 8), equivalentes a aproximadamente 10% da produção total do curso em um período de quatro anos (2014-2017).

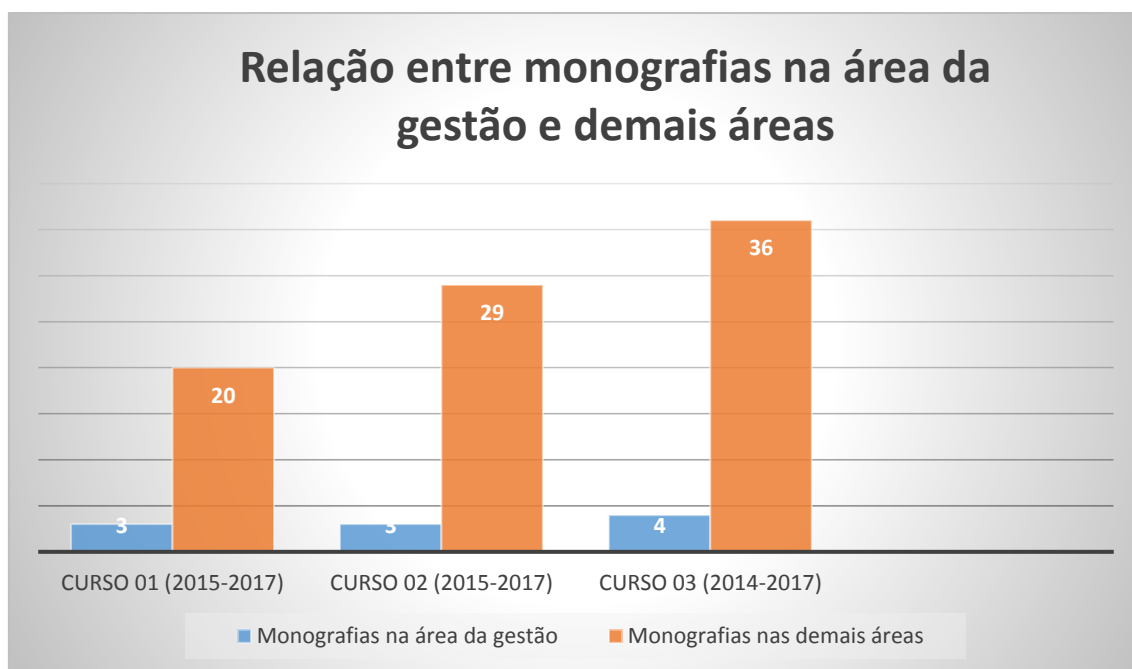


Figura 8: Relação entre monografias na área da gestão e monografias nas demais áreas.

Algumas observações a respeito das informações apresentadas na Figura 8 merecem ser destacadas: sobre o Curso 01, para três anos de atividades foram informados 23 alunos formados; destes, 03 (três) escolheram a área da gestão desportiva para objetivar suas pesquisas de final de curso, perfazendo um total de 15% do total de monografias para o período. No Curso 02, de 32 alunos informados, 03 (três) escolheram a gestão desportiva como área temática para suas monografias, tabulando aproximadamente 10% do total de trabalhos de conclusão do curso. E os resultados do Curso 03, que apresentam menor índice de pesquisas na área comparativamente ao quantitativo de monografias, apenas 4,3% aproximadamente. No Curso 03, os trabalhos de conclusão de curso podem ser realizados individualmente, em duplas ou trios de alunos, o que justifica o total de monografias apresentadas (40) não ser igual ao número de alunos graduados informado (91).

Quanto ao conteúdo dos trabalhos, pôde-se identificar que os enfoques são bem diferenciados, principalmente entre cursos. Seguindo as linhas de pesquisas enunciadas por Rocha & Bastos (2011) como principais no Brasil – comunicação no esporte, finanças no esporte, ética na gestão do esporte, aspectos legais do esporte, aspectos sócio culturais do esporte, marketing esportivo e gestão e liderança no esporte; entre os cursos pesquisados, os

trabalhos dividem-se entre aspectos legais do desporto (quatro trabalhos) e aspectos sócio culturais do desporto (quatro trabalhos), como áreas de maior concentração das pesquisas, e a área de gestão e liderança, com menor concentração (dois trabalhos). As demais áreas não foram contempladas.

Para todas as comparações, e visto que, objetivou-se aqui um mapeamento da área de estudos e pesquisas em Gestão Desportiva nas IES em Manaus, utilizou-se o referencial teórico supra. Os resultados e as análises realizadas pautaram-se nas categorias e especificidades já estudadas - com relação à composição de grades curriculares, as grandes escolas de gestão mundiais; e com relação à pesquisa e estágio, as referências legais de intervenção em Educação Física para o Brasil.

Por fim, a Prática em Gestão foi identificada também – além dos estágios obrigatórios - em disciplinas curriculares optativas, de carga horária totalmente teórica, mas que propunham em seus ementários vivências pautadas na efetiva organização de eventos, atividades recreativas de lazer ou competições esportivas. Estas atividades – disciplinas optativas ou extra currículo – ainda que constantes nos planos curriculares como carga horária efetiva para conclusão do curso, não foram aqui apresentadas por não serem “obrigatórias”.

Estes resultados representam a gestão desportiva na formação básica do profissional de educação física, configurada de diferentes formas nos cursos analisados. Na observação do conjunto de disciplinas e conteúdos programáticos analisados, percebe-se que suas temáticas convergem em vários pontos com a atuação dos gestores esportivos, mas é importante frisar que isso não pode ser afirmado para cada curso de formação, se observado individualmente. Quanto aos estágios, reitera-se a necessidade de uma nova pesquisa quando a totalidade dos cursos aqui investigados, possuírem os documentos necessários para a análise dos mesmos. E as pesquisas a nível de graduação, monografias ou trabalhos de conclusão de curso, ainda representam pouco, frente a consistência e espaço que a gestão do desporto ocupa na formação em Educação Física.

Finalizando a discussão dos resultados obtidos e em constante encontro com as perspectivas que objetivaram esta pesquisa, relataremos a seguir, algumas reflexões e considerações pessoais sobre a formação em Educação Física no tocante à gestão desportiva.

V CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Gestão Desportiva e a sua relevância nos cursos de formação básica em Educação Física, foram os dois eixos principais desta pesquisa. Seguindo o principal objetivo de mapear as abordagens e perspectivas em relação à Gestão do Desporto como componente curricular nos cursos de Graduação em Educação Física na cidade de Manaus de modo a entender sua relevância na formação dos profissionais da área, e demais objetivos secundários, vislumbramos reflexões e resultados a seguir elencados.

No caminho das questões norteadoras, face ao principal objetivo exposto, foram elaborados, objetivos específicos que permitiram uma análise das partes do todo percebido: apontar as semelhanças e/ou divergências entre o que se estuda em Gestão nas IES pesquisadas e a base das grandes escolas de Gestão Desportiva do mundo; Identificar nas grades curriculares dos cursos de Educação Física das Instituições de Ensino Superior em Manaus, disciplinas relacionadas à Gestão do Desporto; Relacionar a produção acadêmica e relatórios de estágios, a nível de graduação, existentes na área de Gestão Desportiva das Instituições de Ensino Superior em Manaus; e Explanar convergências e divergências relacionadas à área de estudos, à produção acadêmica e às perspectivas de estágio entre as instituições pesquisadas.

Em busca dos conhecimentos almejados, prosseguiu-se com a pesquisa documental, pautada no referencial teórico existente a respeito da temática. Neste âmbito, a pesquisa bibliográfica foi ao encontro da literatura a respeito da Gestão Desportiva e sua relevância no mundo do desporto, com a intenção de contextualizar o surgimento de sua necessidade, a dissociação da Administração Geral, culminando com a sua inserção nas grades curriculares dos cursos de Educação Física. É importante ressaltar que, nesta pesquisa, a Gestão Desportiva foi considerada como área de estudos pertencente aos conhecimentos e área de atuação dos profissionais de Educação Física.

Partindo desse prisma, e com vistas a entender a relevância da Gestão Desportiva na formação de profissionais da Educação Física, investigou-se também definições a respeito da área de atuação do gestor desportivo. Para tanto, foi necessário compreender a posição desta figura no contexto das principais escolas de gestores do desporto.

As principais incidências dos gestores desportivos nos Estados Unidos cerceiam o alto rendimento e suas vertentes – desporto profissional, gestão de equipamentos esportivos, agências de desporto, marketing desportivo, indústria desportiva, jornalismo desportivo, clubes e centros fitness, treinamento atlético e medicina desportiva, assessoria, consultoria e empreendedorismo. A vertente europeia aproxima-se mais das organizações desportivas públicas, privadas sem fins lucrativos, das empresas de serviços esportivos e das sociedades anônimas desportivas.

No Brasil, segundo as pesquisas investigadas, as áreas de atuação do gestor desportivo, envolvem principalmente negócios de esporte, lazer e recreação; espaços de saúde e estética; administração pública desportiva, administração e prática do desporto; educação; terceiro setor; e outros segmentos, como centros de estudo e pesquisas.

Daí inferiu-se que os setores ou áreas de atuação, conectam-se diretamente com as possibilidades de intervenção do profissional em gestão desportiva, influenciando, por conseguinte, nas intenções de pesquisas e construções curriculares de formação.

Outro importante resultado encontrado na primeira parte da pesquisa bibliográfica, foi perceber que diferentemente dos Estados Unidos e Europa, os currículos da Gestão Esportiva no Brasil, não possuem uma orientação específica que unifique e padronize uma matriz curricular que estruture o conhecimento necessário para uma atuação profissional atualizada. Entende-se que vislumbrar as tendências internacionais no caminho do aprimoramento da formação de profissionais, é antever o caminhar das expectativas e demandas exigidas através de conhecimentos multidisciplinares e competências específicas, que cabem ser estudadas ou pelo menos conhecidas, durante a formação básica em educação física.

A formação em Educação Física foi o cerne da segunda metade do referencial teórico. Através dos documentos relativos à regulamentação da profissão, pôde-se demonstrar que a Gestão Desportiva está entre as sete áreas de especificidades da intervenção do profissional em Educação Física. A regulamentação do profissional também está legalmente condicionada aos possuidores de diploma obtido em cursos de Educação Física e inscrição no Conselho Profissional Regional. Consequentemente, no Brasil, o gestor

desportivo deve ter formação (ainda que inicial) nos cursos básicos de graduação em Educação Física.

Para balizar o conteúdo relativo a esta área de formação, recorreu-se às fontes primárias - as Diretrizes Curriculares Nacionais – para aclarar as questões que envolvem a formação de currículos. As diretrizes esclarecem o objeto de estudo da área, campo de atuação, além das habilidades e competências que a formação em Educação Física deve proporcionar, porém, não especificam disciplinas ou conteúdos que devem, ou não, contemplar os currículos de formação de cada Instituição de Ensino Superior. Contudo, salientam que a organização curricular nos cursos de graduação deve estar coerente e alinhada às competências e habilidades esperadas para o profissional que se almeja formar.

Conceitualmente, com relação às competências e habilidades, identificou-se que, para os gestores no Brasil são requeridos saberes relativos a: diagnosticar, identificar, planejar, organizar, supervisionar, coordenar, executar, dirigir, assessorar, dinamizar, programar, ministrar, desenvolver, prescrever, prestar consultoria, orientar, avaliar e aplicar métodos e técnicas de avaliação na organização, administração e/ou gerenciamento de instituições, entidades, órgãos e pessoas jurídicas cujas atividades fins sejam atividades físicas e/ou desportivas.

Os resultados obtidos neste âmbito geral, arrematam a questão inicial que buscava entender a relevância da gestão desportiva na formação dos profissionais da área da educação física. Conforme observado, o currículo é formatado a partir das competências requeridas pelo mercado de trabalho. Sendo a Gestão Desportiva uma das áreas de intervenção do profissional de Educação Física, associado a crescente necessidade do gestor desportivo multidisciplinar e cultural, entende-se que já não há mais espaço para aqueles que partem do amadorismo – sendo essencial, a busca pela formação acadêmica.

Entretanto, esta pesquisa objetivou confrontar tais dados empíricos, com a realidade particular da Cidade de Manaus. Esta capital, e o Estado do Amazonas de uma forma geral, tem uma história de forte ligação com as atividades físicas e desportivas, desde os seus primeiros habitantes – os índios. Contudo, mesmo sendo uma das grandes metrópoles brasileiras, principal centro

urbano, financeiro e industrial do norte do país e requisitada para grandes eventos desportivos, não se destaca em termos de gestão no desporto e configura-se entre as regiões mais incipientes do Brasil, considerando aspectos qualitativos e quantitativos, para o fomento desportivo.

Dos 38 (trinta e oito) cursos de graduação em Educação Física existentes em Manaus, utilizou-se nesta pesquisa os documentos de 10 (dez) deles – os Bacharelados oferecidos na modalidade presencial.

Com vistas a responder o primeiro objetivo específico – apontar as semelhanças e/ou divergências entre o que se estuda em gestão nas IES pesquisadas e a base das grandes escolas de Gestão Desportiva do mundo, conclui-se que de uma forma geral, há concordância entre as tendências mundiais para estudo/formação na área da gestão desportiva e o que se aplica nas IES em Manaus. As áreas que convergem – gestão e liderança no esporte, marketing esportivo, aspectos legais do esporte e ética desportiva – representam 68% (sessenta e oito por cento) das disciplinas atualmente oferecidas pelos cursos investigados.

Na identificação de disciplinas relacionadas à Gestão Desportiva nas grades curriculares investigadas, percebeu-se um grande aumento de disciplinas. Comparando a estudos anteriores²⁹, em sete anos, as IES da cidade aumentaram 400% (quatrocentos por cento) a oferta de cursos de graduação/bacharelado presenciais (visto a divisão do curso em licenciaturas e bacharelados em, e, por conseguinte, houve um aumento de 1950% (mil, novecentos e cinquenta por cento) na quantidade de disciplinas relacionadas a gestão do desporto.

A formação relacionada à gestão oferecida em cursos de Educação Física analisada através das unidades curriculares, demonstrou-se heterogênea. A variabilidade na quantidade de disciplinas oferecidas (entre duas e oito), as diferentes nomenclaturas utilizadas para definir conteúdos semelhantes, e a organização das matérias no percurso curricular, são alguns dos aspectos variantes nos processos formativos sondados.

Ainda sobre este aspecto, é importante ressaltar que nenhum dos cursos deixou de apresentar em seu currículo, disciplinas da área da gestão desportiva.

²⁹ Estudos de Anchieta (2010), Anchieta (2011).

Os resultados obtidos na identificação destas unidades curriculares, contribuíram ainda, para indicar que as áreas de Empreendedorismo e Aspectos Legais do Desporto, são as mais contempladas pelos cursos, e a área de Marketing, a de menor ocorrência. Além destas, outras categorias intermediárias foram encontradas: Gestão de ambientes de desporto e Organização de eventos esportivos. Não obstante, alguns aspectos considerados essenciais na investigação teórica, para atuação de gestores desportivos, não são abordados na formação em Educação Física. Finanças do esporte e Comunicação no esporte, são componentes da atuação de gestores desportivos não desenvolvidos pelos cursos examinados.

Respectivamente à área de pesquisa e estágios, constatou-se que é necessário fomentar o interesse acadêmico nestes campos. Ainda que a pesquisa para estes dois elementos tenha sido resumida a três cursos (em virtude do pouco tempo de habilitação dos demais), percebeu-se certa inconsistência face à importância destes aspectos para a formação. Outro dado que se pôde inferir, é que o volume de estágios na área da gestão desportiva é dependente das orientações aplicadas pela instituição de ensino com relação a esta unidade curricular. Diferentemente, a escolha da pesquisa a ser apresentada como trabalho de conclusão de curso, cabe ao aluno, e da mesma forma, apresentou baixos índices de interesse na relação disponibilizada pelas IES.

É importante considerar que para uma maior abrangência dos resultados, seria necessário um outro estudo quando a totalidade dos cursos possuírem turmas formadas, possibilitando a investigação em documentos que ainda não puderam ser disponibilizados, contribuindo para um mapeamento atualizado.

Da mesma forma, recomenda-se que este estudo seja reproduzido, com novas populações dentro da grande área da Educação Física, a fim de contribuir na construção de um diagnóstico em nível nacional das categorias a serem reveladas como mais relevantes no ensino superior para a área da gestão desportiva.

Contribuindo, a partir das abordagens investigadas, indica-se uma revisão nas grades curriculares dos cursos de formação para Graduação/Bacharelado em Educação Física, para que se alicercem em programas cada vez mais adequados à realidade e às perspectivas da gestão desportiva brasileira.

Lembre-se ainda, que tal indicação parte do entendimento de se estabelecer uma padronização nos currículos, de forma a priorizar as competências requeridas pelo mercado de trabalho no Brasil.

Ante ao exposto, considera-se este trabalho uma semente no amplo e fértil terreno de novas pesquisas na área. Os resultados obtidos responderam aos objetivos propostos, validando a metodologia utilizada. Usando-se da generalização, aferimos que a gestão desportiva enquanto área de conhecimento e intervenção do profissional de Educação Física, encontra-se em franca expansão nas grades curriculares do ensino superior em Manaus e seguem, as recomendações de conteúdo das grandes escolas em gestão do desporto. O aumento de disciplinas curriculares observado, relaciona-se ao crescimento do mercado profissional para gestores do desporto na capital. As pesquisas acadêmicas, por sua vez, são incipientes e retratam uma realidade de poucos estudos relativos a temática na região. E por fim, que se faz necessário maior proporcionalidade e equilíbrio nos programas das diferentes instituições para formação da mesma categoria profissional.

Finaliza-se, na certeza de que importantes contribuições foram dadas ao campo de pesquisas em gestão desportiva do Estado do Amazonas, ainda que se depreenda o longo caminho de investigações a ser percorrido para compreensão da formação de gestores no contexto anteposto.

VI REFERÊNCIAS

ANCHIETA, T. (2010). *Perfil do gestor desportivo no Amazonas*. Dissertação de mestrado (Gestão Desportiva). Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Porto.

ANCHIETA, T. (2011). *O ensino da gestão desportiva no Amazonas*. In: Com. Motricidade – Portal dos Professores e Profissionais de Educação Física e Desporto. Disponível em: <http://www.motricidade.com/index.php/repositorio-aberto/42-gestao/1581-o-ensino-da-gestao-desportiva-no-amazonas>. Acesso em: junho/2018.

BATISTA, P. (2008). *Discursos sobre a competência: Contributo para a (re) construção de um conceito de competência aplicável ao profissional do desporto*. Dissertação apresentada às provas de Doutoramento em Ciências do Desporto. Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Porto.

BATISTA, P.; GRAÇA, A. & MATOS, Z. (2007). *Competência: entre significado y concepto*. In: Revista de Educacion, La Roja, v. 10, (p.7-28) Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2656723>. Acesso em junho/2018

BATISTA, Paula Maria; JOAQUIM, Barbara & CARVALHO, Maria José (2016). *A percepção de competências dos gestores desportivos em função da experiência profissional*. Revista brasileira de Ciências do Esporte v.38 (p.50-57).

BENTO, J.O. (1990) *Para um Desporto Referenciado à Saúde*. In: BENTO, Jorge Olímpio, MARQUES, Antônio (Eds.). Desporto, Saúde, Bem-Estar. Porto: Universidade do Porto.

BASTOS, F. C. (2004). *Campos de Atuação do Administrador Esportivo - Proposta de um modelo para o Brasil*. Comunicação apresentada em 19º Congresso Brasileiro Científico da FIEP – Vol. 74. Foz do Iguaçu: Janeiro/2004.

BASTOS, F. C., Barhum, R. A., Alves, M. V., Bastos, E. T., Mattar, M. F., Rezende, M. F., Mardegan, M., & Bellanger, D. (2006). *Perfil do administrador esportivo de clubes sócio-culturais e esportivos de São Paulo/Brasil*. Revista Mackenzie de Educação Física e Esportes Vol.5.

BRASIL (1998). *Lei nº 9696, de 1º de setembro de 1998*. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos regionais de Educação Física. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 set. 1998.

BRASIL (2008). *Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008*. Dispõe sobre o estágio de estudantes e altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/08/cartilha-mte-estagio.pdf>. Acesso em: Janeiro/2018.

BRASSIE, P. (1989) *Guidelines for programs preparing undergraduate and graduate students for careers in sport management*. Consultado em Março/2018 em: <https://journals.humankinetics.com/doi/pdf/10.1123/jsm.3.2.158>.

BARBOSA, R.P.; BATALHA, J. & AMARAL, S.M. (2010). *Educação Física no Amazonas – personalidades, formação, produção científica, esportes, gestão e eventos*. 2a. edição. Manaus: Valer.

BARTOLETTI, C.T; BASTOS, F.C. (2010). *Monografias em gestão do esporte nos Cursos de graduação da EEFEEUSP (1995-2008)*. Lecturas: Educación Física y Deportes, Buenos Aires, v.14, n.142, 2010.

BATTAGLIA, A. (2003). *Administração de clubes: uma perspectiva inovadora no mercado profissional*. São Paulo: Arte e Ciência.

BORDENAVE, J.D.; PEREIRA, A.M. (1985). *Estratégias de ensino-aprendizagem*. Petrópolis/RJ: Vozes.

BRASIL (1997). *Parâmetros curriculares nacionais : Educação física*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF.

CAPINUSSÚ, J.M. (2002). *Administração desportiva moderna*. São Paulo: Ibrasa.

CÁRDENAS, A.R. (2013). *A atuação de gestores esportivos e a formação, relacionada à gestão, oferecida em cursos de graduação em Educação Física*. Dissertação de mestrado (Administração). Universidade do Estado de Santa Catarina - Florianópolis.

CELMA, J. (2004). *ABC del Gestor desportivo*. Barcelona: INDE Publicaciones.

CINGIENE, V.; PURONAHU, K.; BARREAU, G.; COSTA, G.; HOVEMANN, G.; & SKIRSTAD, B. (2006). *Curriculum Model Development - Sport management*. In K. Petry, K. Froberg & A. Madella (Eds.), *Thematic Network Project AEHESIS: Aligning a European Higher Education Structure In Sport Science* (pp. 171-200). Cologne: German: Institute of European Sport Development & Leisure Studies.

CHELLADURAI, P. (1992). A classification of sport and physical activity services implications for sport management. *Journal of Sport Management*, 6(1), 38-51.

CHIAVENATO, I. (2000). *Introdução à Teoria Geral da Administração*. 6a. edição. Rio de Janeiro: Campus.

CHURCHILL, G.A. Jr.; PETER, J.P.(2013). *Marketing: criando valor para os clientes*. 3a. ed. São Paulo: Saraiva.

CLAUDINO, R. & PIRES, G. (1994). *Perfil de competência e do treinador e gestor desportivo*. Lisboa: FMH.

CRD - COMISSÃO DE REFORMULAÇÃO DO DESPORTO (1985). *Uma Nova Política para o Desporto Brasileiro – Questão de Estado*. Relatório Conclusivo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Física e Desportos.

CONFED (2002). Conselho Federal de Educação Física. *Documento de intervenção do profissional de Educação Física*. Rio de Janeiro: CONFED.

CONFED - CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (2000). Carta brasileira da educação física. Rio de Janeiro: CONFED. Disponível em: <http://www.confef.org.br/extra/conteudo/default.asp?id=21>. Acesso em: Janeiro/2018.

CONFED - CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (2010). Estatuto do conselho Federal de Educação Física. Disponível em: <http://www.confef.org.br/confef/conteudo/471>. Acesso em: Novembro, 2017.

CONSTANTINO, J. (2010). *O desporto, a cidade e o lazer*. In A. Liberato & A. Soares (Org.), *Políticas públicas de Esporte e Lazer: Traços históricos*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas.

COSTA, Antônio da S. (1992). *Desporto e análise social*. In: *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Acesso em: Março/2018. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2615/239>

CSMA - COMMISSION ON SPORT MANAGEMENT ACCREDITATION (2010). *Accreditation principles and self study preparation*.

CUSKELLY, G. & AULD, C. (1991). *Perceived importance of selected Job responsibilities of sport and recreation managers: An Australian Perspective*. *Journal Sport Management*, n. 5, p. 34-46.

DA COSTA, L.P; Org. (2005). *Atlas do esporte no Brasil: Atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e de lazer no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape.

DANYLCHUK, K. & CHELLADURAI, P. (1999). The nature of managerial work in Canadian Intercollegiate Athletics. *Journal of Sport Management*, n. 15, p. 364-379.

DARIDO, S. C. e RANGEL, I. C. A. (2005). *Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

DRUKER, P. (1998). *Introdução à administração* (3ª ed.). São Paulo: Pioneira.

ESTEVES, J. (1975). *O desporto e as estruturas sociais*. 3ª ed. Lisboa.

FARIAS, G.O; SHIGONOV V; NASCIMENTO J. V. (2001). Formação e desenvolvimento profissional dos professores de Educação Física. In: SHIGUNOV V; SHIGUNOV NETO A. *A formação profissional e a prática*

pedagógica: ênfase nos professores de Educação Física. Londrina: Midiograf (p.19-53).

FIGUEIREDO, Zenólia Cristina Campos (Org.)(2005). *Formação Profissional em Educação Física e o mundo do trabalho*. Vitória, ES: Gráfica da Faculdade Salesiana.

FILIPPIS, A. (2012). *Formação profissional em lazer, nos cursos de Educação Física, no estado de São Paulo*. Dissertação de mestrado (Educação Física). Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba.

FREITAS, D.M. (2015). *Competências de liderança dos presidentes das Federações Olímpicas Brasileiras*. Tese de doutoramento (Gestão do Desporto) Universidade do Porto, Porto.

FREITAS, M. (2008). *O estado do Amazonas: Projeções geo-históricas de um novo processo civilizatório*. Manaus: Editora Valer.

GARCIA, R.P.; LEMOS K. (2005). *Temas (quase éticos) do desporto*. Belo Horizonte: Casa da Educação Física.

HANSEN, Morris H; HURWITZ, William N & MADOW, William G. (1993). *Sample survey methods and theory*. Vol. II. John Wiley & sons, Inc. Disponível em: <https://archive.org/details/SampleSurveyMethodsAndTheory>. Acesso em: Maio/2018.

HATFIELD, B. D., WRENN, J. P., & BRETTING, M. M. (1987). *Comparison of Job Responsibilities of Intercollegiate Athletic Directors and Professional Sport General Managers*. Journal of Sport Management, 1, 129-145. Disponível em: <https://translate.google.com/translate?hl=pt-PT&sl=en&u=http://thesportjournal.org/article/career-and-educational-experiences-of-high-school-athletic-directors-a-multi-level-perspective/&prev=search>. Acesso em: Março/2018.

HAYDT, R.C.C. (2006). *Curso de didática geral*. 8. ed. São Paulo: Ática.

HOYE, R., SMITH, A., STEWART, B., NICHOLSON, M., & WESTERBEECK, H. (2012). *Sport management: principles and applications*. London: Routledge.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). *Censo demográfico 2010*. Acesso em: Fevereiro/2018. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rs>.

JOAQUIM, B. A. (2010). *Gestores de Desporto: Competências e Funções -Do enquadramento legal à realidade dos Técnicos Superiores de Desporto do Distrito de Viseu*. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Porto.

JOHNSON, P. (2006). *Os criadores*. Brasil: Elsevier Brazil.

KARNAS, G.S. (2013). *Perfil do gestor desportivo dos municípios do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Porto.

LAMPERT, E. (2009). *A universidade e o currículo: possibilidades de redimensionar o fazer-pedagógico*. Revista Linhas: Revista do Programa de Mestrado e Cultura Florianópolis, v.10, n.2, p. 144-155. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1423/1472>>. Acesso em: março/2018.

LAMBRECHT, K. W. (1987). *An Analysis of the Competencies of Sports and Athletic Club Managers*. Journal of Sport Management, 1, 116-128.

LE BOTERF, G. (2003). *Desenvolvendo a competência dos profissionais*. 3. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Bookman: Artmed.

MACEDO, R.S.A. (2007). *Currículo: campo, conceito e pesquisa*. Petrópolis: Vozes.

MANFREDI, Sílvia Maria (1998). *A educação profissional no Brasil*. São Paulo: Escrituras Editora.

MARTINS, ACPM (2002). *Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais*. In: Acta cirúrgica brasileira vol. 17 suppl.3. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01026502002000900001. Acesso em: Novembro/2017.

MAZZEI, L.C.; BARROS, J.A.F. (2012). *Gestão de federações esportivas*. In: L. C. Mazzei & F. C. Bastos (Eds.), *Gestão do esporte no Brasil: desafios e perspectivas* (pp. 65-90). São Paulo: Ícone.

MAZZEI, L.C.; BASTOS, F.C. (2012). *Gestão do esporte no Brasil: desafios e perspectivas*. São Paulo: Ícone.

MAZZEI, L.C.; AMAYA, K.; BASTOS, F.C. (2012). *Programas acadêmicos de graduação em gestão do esporte no Brasil*. II CIFPEF. Florianópolis.

MEC – Ministério da Educação (2002). Conselho Nacional de Educação/Câmara de Ensino Superior. Resolução 1 de 18 de fevereiro de 2002. Institui diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf. Acesso em: Março/2018.

MEC - Ministério da Educação (2007). Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 4 de outubro de 2007. Altera o § 3º do art. 10 da Resolução CNE/CES nº 7/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces007_07.pdf. Acesso em: Março/2018.

MEINBERG, E. (1989). *Para uma nova ética do desporto*. In: BENTO, J. O.; in MARQUES, A. (Eds.). *Desporto, ética, sociedade*. Porto: FCDEF.

MINTZBERG, H. (1973). *The nature of managerial work*. Disponível em: <http://hib510week9.pbworks.com/f/The+Nature+of+Managerial+Work,+Mintzberg+1973.pdf>. Acesso em: fevereiro/2018.

MONTAGNER, P. C.; SCAGLIA, A. J; AMAYA, K. G. (2012). *Desafios da formação em esporte para intervenção profissional no contexto da gestão: investigações iniciais*. IN: NASCIMENTO, J. V.; FARIAS, G. O. (Org). *Construção da identidade profissional em Educação Física: da formação à intervenção*. Florianópolis: Ed. Da UDESC, 2012.

MOREIRA, A.F.B; TADEU, T. (2011). *Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução*. In: MOREIRA, A.F.B; TADEU, T. (orgs). *Currículo, cultura e sociedade*. 12ª ed. São Paulo: Cortez.

MOTTA, F.C.P.; BRESSER-PEREIRA, L.C. (2003). *Introdução à organização burocrática*. São Paulo.

MOTA, V.S. (2008). *Espaços públicos de lazer em Manaus: o papel das políticas públicas*. Manaus: Editora Valer.

MULLIN, B. J.; HARDY, S. & SUTTON, W. A. (2004). *Marketing Esportivo* (2a ed.). Porto Alegre: Bookman/Artmed.

NASCIMENTO, J. V. (2006). *Formação do profissional de Educação Física e as novas diretrizes curriculares: reflexões sobre a reestruturação curricular*. IN: Souza Neto, S e Hunger, D. (Org.) *Formação profissional em Educação Física*. Rio Claro: Biblioética Editora, 2006. p.59-75.

NASPE-NASSM (1993). *Joint Task Force on Sport Management Curriculum and Accreditation*. Standards for curriculum and voluntary accreditation of sport management education programs. *Journal of Sport Management*, 7, 159-170.

NOLASCO, V.P. et. al. (2005). *Administração/Gestão Esportiva*. In: COSTA, L. P. (Org.). *Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape.

OLIVEIRA, T.M.V. (2001). *Amostragem não probabilística: Adequação de Situações para uso e Limitações de amostras por conveniência, Julgamento e Quotas*. Administração On-Line. Prática - Pesquisa – Ensino. (jul/ago/set) Disponível em: http://www.fecap.br/adm_online/art23/tania2.htm. Acesso em: dezembro/2017.

PARKHOUSE, B. L. (1996). *The management of sport. Its foundation and application*. St. Louis: Mobsy Year Book. In: ZOUANI, D. M.; PIMENTA, R. C. *Perfil dos profissionais de administração esportiva no Brasil*. In: WORLD SPORT CONGRESS. Barcelona, 2003 Disponível em: <http://www.ebape.fgv.br/academico/asp/dsp_rap_sobre.asp>. Acesso em: Dezembro/2017.

PARKS, J.; ZANGER, B.K. (1990). *Sport & Fitness Management*. Career Strategies and Professional Content. Illinois: Human Kinetics Books.

PARKS, J., QUATERMAN, J., & THIBAUT, L. (2011). Managing sport in the 21st century. In P. Pedersen, J. Parks, J. Quarterman & L. Thibault (Eds.), *Contemporary sport management* (4th ed., Vol. 4, pp. 5-27). Champaign, IL: Human Kinetics.

PIERKAZ, M. (2009). An overview of sport management. In Bill K (ed.). *Sport management*. Exeter: Learning Matters.

PIRES, G. (2005). *Gestão do Desporto – Desenvolvimento organizacional*. Porto: APOGESD.

PIRES, G. (2007). *Agôn - Gestão do Desporto o jogo de Zeus*. Porto Editora, Porto.

PITTS, Brenda G.; STOTLAR, David K. (2002). *Fundamentos de Marketing Esportivo*. Trad. Ieda Moriya. São Paulo: Phorte.

PLATÃO (1987). *A República*. Introdução, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. 5ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

QUINTANA, Mário (1980). *Esconderijos do tempo*. Porto Alegre: L&PM.

RAMOS, J.J. (1982); *Os exercícios físicos na história e na arte*. São Paulo: Ibrasa.

REZENDE, J.R. *Organização e administração no esporte*. Rio de Janeiro, Sprint, 2000.

REPPOLD, A., Pinto, L., Rodrigues, R., & Engelman, S. (2009). *Olimpismo e educação olímpica no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

RICHARDSON, R.J.; PERES, J.A.S; WANDERLEY, J.C.V; CORREIA, L.M. PERES, M.H.M. (2007). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3ª ed. São Paulo: Atlas.

ROBINSON, L. & PALMER, R. (2011). *Managing voluntary sport organisations*. Abingdon: Routledge.

ROCCO JÚNIOR, A.J. (2012). *Marketing e gestão do esporte*. São Paulo: Atlas.

ROCHA, C.M.; BASTOS, F.C. (2011). *Gestão do esporte: definindo a área*. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte (vol.25): RBEFE.

ROCHE, F.P. (2002). *Gestão Desportiva, planejamento estratégico nas organizações desportivas*. Porto Alegre: Artmed.

ROFA, J.H. (1994). El Perfil del Gestor Deportivo Municipal. Gestiona Dossier, n.28 (pp. 25-27).

SACRISTÁN, J.G. (2008). *O significado e a função da educação na sociedade e na cultura globalizadas*. IN: GARCIA, R.L; MOREIRA, A.F.B. (orgs.) Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios. 3ª ed. São Paulo, Cortez.

SANDBERG, J. (1994). *Human competence at work: an interpretative approach*. Disponível em: [http://www.scirp.org/\(S\(351jmbntvnsjt1aadkposzje\)\)/reference/ReferencesPapers.aspx?ReferenceID=575155](http://www.scirp.org/(S(351jmbntvnsjt1aadkposzje))/reference/ReferencesPapers.aspx?ReferenceID=575155). Acesso em: janeiro/2018.

SARMENTO, J.P.; PINTO, A. & OLIVEIRA, A.E. (2006). *O perfil organizacional e funcional do gestor desportivo em Portugal*. In: Mesa Redonda em Gestão e Mídia Esportiva - XI Congresso Ciências do Desporto e Educação Física dos países de língua portuguesa.

SCHON, Donald (1987). *Education the reflexive practitioner*. San Francisco: Jossey-Bass.

SILVA, T.T. (2009). *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica.

SILVA, Zulene C. & NETTO, Sidney (2010). *O perfil do gestor dos Centros Esportivos de Lazer – Prefeitura Municipal de Manaus*. In: FIEP BULLETIN. Volume 80 - Special Edition. Disponível em: www.fiepbulletin.net. Acesso em: maio/2018.

SOUÇIE, Daniel (2002). *Organizacion Y Gestion Deportiva*. Barcelona: Inde Publicaciones.

TASHAKKORI, Abbas & TEDDLIE, Charles (1998). *Mixed methodology: Combining qualitative and quantitative approaches*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications. Disponível em: https://books.google.pt/books/about/Mixed_Methodology.html?id=qtW04-pRJZ0C&redir_esc=y. Acesso em Março/2017.

TAFFAREL, C. N. Z; LACKS, S. (2005). Diretrizes curriculares: proposições superadoras para a formação humana. In: FIGUEIREDO, Z. C. C. (org). *Formação profissional em educação física e mundo do trabalho*. Vitória, ES: Gráfica da Faculdade Salesiana, p. 89-109.

TOJAL, João Batista (2005). Formação de profissionais de educação física e esportes na América latina. *Movimento & Percepção*, Espírito Santo de Pinhal, SP, v.5, n.7, jul./dez.

TUBINO, M. (2010). *Estudos brasileiros sobre o esporte: Ênfase no esporte-educação*. Maringá: Eduem.

TUBINO, M.J.G.; TUBINO, F.M.; GARRIDO, F.A.C. (2007). *Dicionário enciclopédico do esporte*. São Paulo: Senac Editora.

TRALDI, Lady L. (1987). *Currículo: conceituação e implicações, metodologia de avaliação, teoria e prática, formas de organização, supervisão, fundamentos, currículo universitário*. 3.ed. São Paulo: Atlas.

USP – Universidade de São Paulo. *Memória por unidades*. Acesso em: Setembro/2017. Disponível em: http://200.144.182.66/memoria/por/unidade/144-Escola_de_Educacao_Fisica_e_Esporte

VALENTE, Lílian (2011). *O perfil do gestor desportivo: Um estudo nos Centros de Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Manaus*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Técnica de Lisboa, Portugal.

VELVE, C. (2000). *An alternate conception of competence: implications for vocational education and practice*. In: UTS Research Centre Vocational Education & Training Working Knowledge: Productive Learning at Work, 2000, Sydney. University of Technology Sydney, New south Wales 2000, p. 1-11.

VERGARA, S.C. (2009). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 10^a ed. São Paulo: atlas.

ANEXO 1:

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO**

UMA NOVA POLÍTICA PARA O DESPORTO BRASILEIRO

Esporte Brasileiro: Questão de Estado
Comissão de Reformulação do Desporto
Relatório Conclusivo
DEZEMBRO/1985
INDICAÇÃO N.º 02

TÍTULO: DO CONCEITO DE ESPORTE NO BRASIL

A Comissão de Reformulação do Desporto Nacional, instituída pelo Decreto nº91.452, de 19 de julho de 1985, e regulamentada pela Portaria Ministerial nº598, de 01 de agosto de 1985;

CONSIDERANDO que, no conceito de esporte indicado para o Brasil, a manifestação Esporte-Educação é fundamental, pois é aquela que abrange toda a infância e a adolescência da população brasileira,

VERIFICANDO que é justamente nas faixas etárias dos praticantes do Esporte-Educação que reside a maior parte da dívida social do país,

CONFIRMANDO que as maiores possibilidades de ação educativa do Esporte incidem no processo educacional,

CONHECENDO que, muitas vezes, o termo Educação Física e Esporte se confundem pela sua interdependência, quando utilizados no ambiente,

RECONHECENDO a necessidade de formação e treinamento de pessoal competente e qualificado para o desenvolvimento dos esportes no país.

SABENDO que o desenvolvimento de qualquer modalidade desportiva recebe a influência do nível de capacitação dos recursos humanos que nela exercem atividades.

RECONHECENDO que a evolução constante no conhecimento técnico e científico sobre o esporte no mundo, leva o Brasil à uma necessidade de acompanhamento desse novo setor através de processos de aperfeiçoamento dos seus recursos humanos.

DIAGNOSTICANDO que a maioria das modalidades desportivas no Brasil não contam com recursos humanos especializados para o exercício das suas atividades técnicas específicas.

***ENFATIZANDO* que o professor de educação física é o principal recurso humano que atua na direção técnica do esporte, no Brasil, nas três manifestações indicadas, por ser o único que possui uma formação específica nesse sentido ao nível de graduação.**

SABENDO que existem outros recursos humanos imprescindíveis para o desenvolvimento do esporte no Brasil, como administradores, psicólogos, médicos e outros.

INDICA que a formação, treinamento e desenvolvimento de recursos humanos para o esporte sejam reconhecidas na alocação de recursos financeiros.

***INDICA* que as Universidades e Escolas de nível superior sejam reconhecidas como locais apropriados de formação de recursos humanos técnicos e as entidades de direção desportiva possam promover o treinamento e desenvolvimento de pessoal de apoio técnico (árbitros, mesários, cronometristas, etc.).**

INDICA que no treinamento e desenvolvimento de recursos humanos para o esporte no Brasil, nas suas três manifestações (Esporte-educação, Esporte-participação e Esporte-performance) devem ocorrer intercâmbios entre:

1. A Universidades e as Confederações;
2. Os órgãos estaduais de Educação e Esporte (Secretarias de Estado, Conselhos, etc.) e as Federações Desportivas;
3. Os Órgãos municipais de Educação e Esporte (Secretarias Municipais, Conselhos ou Comissões) e as Ligas Desportivas.

***INDICA* que o MEC deve promover sistematicamente estudos em conjunto com escolas, Institutos e Departamentos de Educação Física e Desportos das Universidades e Faculdades isoladas, sobre o currículo dos cursos de Educação Física para que a formação de recursos humanos qualificados para o esporte (professores, técnicos desportivos, planejadores, administradores, supervisores e outros), atendam a demandas sociais e às diversidades regionais do país.**

INDICA que o currículo ou programa de treinamento para os profissionais do esporte deve refletir o significado dessas atividades em termos de desenvolvimento intelectual, psicológico e moral no ser humano nas várias etapas do seu desenvolvimento.

ANEXO 2:

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR RESOLUÇÃO Nº 7, DE 31 DE MARÇO DE 2004. (*) ()**

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no Art. 9º, do § 2º, alínea “c”, da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento no Parecer CNE/CES 58/2004, de 18 de fevereiro de 2004, peça indispensável do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 18 de março de 2004, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena, assim como estabelece orientações específicas para a licenciatura plena em Educação Física, nos termos definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de graduados em Educação Física definem os princípios, as condições e os procedimentos para a formação dos profissionais de Educação Física, estabelecidos pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para aplicação em âmbito nacional na organização, no desenvolvimento e na avaliação do projeto pedagógico dos cursos de graduação em Educação Física das Instituições do Sistema de Ensino Superior.

Art. 3º A Educação Física é uma área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

Art. 4º O curso de graduação em Educação Física deverá assegurar uma formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da intervenção acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética.

§ 1º O graduado em Educação Física deverá estar qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das diferentes manifestações e expressões do movimento humano, visando a formação, a ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas, para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

§ 2º O Professor da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, deverá estar qualificado para a docência deste componente curricular na educação básica, tendo como referência a legislação própria do Conselho Nacional de Educação, bem como as orientações específicas para esta formação tratadas nesta Resolução.

Art. 5º A Instituição de Ensino Superior deverá pautar o projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física nos seguintes princípios:

- a) autonomia institucional;
- b) articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- c) graduação como formação inicial;
- d) formação continuada;
- e) ética pessoal e profissional;
- f) ação crítica, investigativa e reconstrutiva do conhecimento;
- g) construção e gestão coletiva do projeto pedagógico;
- h) abordagem interdisciplinar do conhecimento;

- i) indissociabilidade teoria-prática;
- j) articulação entre conhecimentos de formação ampliada e específica.

Art. 6º As competências de natureza político-social, ético-moral, técnico-profissional e científica deverão constituir a concepção nuclear do projeto pedagógico de formação do graduado em Educação Física.

§ 1º A formação do graduado em Educação Física deverá ser concebida, planejada, operacionalizada e avaliada visando a aquisição e desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- Dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática.
- Pesquisar, conhecer, compreender, analisar, avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões do movimento humano, tematizadas, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, visando a formação, a ampliação e enriquecimento cultural da sociedade para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.
- Intervir acadêmica e profissionalmente de forma deliberada, adequada e eticamente balizada nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.
- Participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da educação, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, dentre outros.
- Diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas portadoras de deficiência, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas nas perspectivas da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer e de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.
- Conhecer, dominar, produzir, selecionar, e avaliar os efeitos da aplicação de diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias para a produção e a intervenção acadêmico-profissional em Educação Física nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.
- Acompanhar as transformações acadêmico-científicas da Educação Física e de áreas afins mediante a análise crítica da literatura especializada com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional.
- Utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a ampliar e diversificar as formas de interagir com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos específicos da Educação Física e de áreas afins, com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional.

§ 2º As Instituições de Ensino Superior poderão incorporar outras competências e habilidades que se mostrem adequadas e coerentes com seus projetos pedagógicos.

§ 3º A definição das competências e habilidades gerais e específicas que caracterizarão o perfil acadêmico-profissional do Professor da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, deverá pautar-se em legislação própria do Conselho Nacional de Educação.

Art. 7º Caberá à Instituição de Ensino Superior, na organização curricular do curso de graduação em Educação Física, articular as unidades de conhecimento de formação específica e ampliada, definindo as respectivas denominações, ementas e cargas horárias em coerência com o marco conceitual e as competências e habilidades almejadas para o profissional que pretende formar.

§ 1º A Formação Ampliada deve abranger as seguintes dimensões do conhecimento:

- a) Relação ser humano-sociedade
- b) Biológica do corpo humano
- c) Produção do conhecimento científico e tecnológico

§ 2º A Formação Específica, que abrange os conhecimentos identificadores da Educação Física, deve contemplar as seguintes dimensões:

- a) Culturais do movimento humano
- b) Técnico-instrumental
- c) Didático-pedagógico

§ 3º A critério da Instituição de Ensino Superior, o projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física poderá propor um ou mais núcleos temáticos de aprofundamento, utilizando até 20% da carga horária total, articulando as unidades de conhecimento e de experiências que o caracterizarão.

§ 4º As questões pertinentes às peculiaridades regionais, às identidades culturais, à educação ambiental, ao trabalho, às necessidades das pessoas portadoras de deficiência e de grupos e comunidades especiais deverão ser abordadas no trato dos conhecimentos da formação do graduado em Educação Física.

Art. 8º Para o Curso de Formação de Professores da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, as unidades de conhecimento específico que constituem o objeto de ensino do componente curricular Educação Física serão aquelas que tratam das dimensões biológicas, sociais, culturais, didático-pedagógicas, técnico-instrumentais do movimento humano.

Art. 9º O tempo mínimo para integralização do curso de graduação em Educação Física será definido em Resolução específica do Conselho Nacional de Educação.

Art. 10. A formação do graduado em Educação Física deve assegurar a indissociabilidade teoria-prática por meio da *prática como componente curricular, estágio profissional curricular supervisionado e atividades complementares*.

§ 1º A *prática como componente curricular* deverá ser contemplada no projeto pedagógico, sendo vivenciada em diferentes contextos de aplicação acadêmico-profissional, desde o início do curso.

§ 2º O *estágio profissional curricular* representa um momento da formação em que o graduando deverá vivenciar e consolidar as competências exigidas para o exercício acadêmico-profissional em diferentes campos de intervenção, sob a supervisão de profissional habilitado e qualificado, a partir da segunda metade do curso.

I. - o caso da Instituição de Ensino Superior optar pela proposição de núcleos temáticos de aprofundamento, como estabelece o Art. 7º, § 1º desta Resolução, 40% da carga horária do *estágio profissional curricular* supervisionado deverá ser cumprida no campo de intervenção acadêmico-profissional correlato.

§ 3º As *atividades complementares* deverão ser incrementadas ao longo do curso, devendo a Instituição de Ensino Superior criar mecanismos e critérios de aproveitamento de conhecimentos e de experiências vivenciadas pelo aluno, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais e/ou à distância, sob a forma de monitorias, estágios extracurriculares, programas de iniciação científica, programas de extensão, estudos complementares, congressos, seminários e cursos.

§ 4º A carga horária para o desenvolvimento das experiências aludidas no caput deste Artigo será definida em Resolução específica do Conselho Nacional de Educação.

Art. 11. Para a integralização da formação do graduado em Educação Física poderá ser exigida, pela instituição, a elaboração de um trabalho de do curso, sob a orientação acadêmica de professor qualificado.

Art. 12. Na organização do curso de graduação em Educação Física deverá ser indicada a modalidade: seriada anual, seriada semestral, sistema de créditos ou modular.

Art. 13. A implantação e o desenvolvimento do projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física deverão ser acompanhados e permanentemente avaliados institucionalmente, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários a sua contextualização e aperfeiçoamento.

§ 1º A avaliação deverá basear-se no domínio dos conteúdos e das experiências, com vistas a garantir a qualidade da formação acadêmico-profissional, no sentido da consecução das competências político-sociais, ético-morais, técnico-profissionais e científicas.

§ 2º As metodologias e critérios empregados para o acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio projeto pedagógico do curso deverão estar em consonância com o sistema de avaliação e o contexto curricular adotados pela Instituição de Ensino Superior.

Art. 14. A duração do curso de graduação em Educação Física será estabelecida em Resolução específica da Câmara de Educação Superior.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDSON DE OLIVEIRA NUNES
Presidente da Câmara de Educação Superior em exercício